

Revista **Socialismo e Liberdade** n°29 | 2020

PORTUGAL PÓS-GERINGONÇA

Em meio à pandemia, o governo do PS não resiste à tentação financista e sofre oposição do Bloco de Esquerda

EDMILSON RODRIGUES

“As condições de disputa política são muito mais propícias, apesar de as condições de vida estarem mais difíceis”


FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO**



As pragas que nos atacam

O negacionismo, a falta de investimento e a sabotagem oficial às políticas de prevenção levam a pandemia à situação de descontrole. A única reação do governo é acelerar o desmonte do Estado e a retirada de direitos dos trabalhadores. Bolsonaro é hoje sócio do vírus

Presidente
Francisvaldo Mendes de Souza

Diretor Técnico
Frederico de Oliveira Henriques

Diretor Administrativo-financeiro
Rodrigo da Silva Pereira

Conselho de Curadores
Presidente: **Luiz Arnaldo Dias Campos**;
Membros efetivos: **Carolina de Paula Peters, Honório Luiz de Oliveira Rego, Ewerson Cláudio de Azevedo, José Carlos Miranda, Rosa Maria Marques, Haroldo Freitas Pires de Saboia**; Membros suplentes do Conselho de Curadores: **Rodolfo Vianna Baldocchi, Breno de Souza Rocha e José Luis Oca.**

Membros do Conselho Fiscal
Presidente: **Alexandre Varela**; Membros efetivos: **Leandro Tavares Fontes Coutinho e Miguel Tadeu Carvalho**; Membros suplentes do Conselho Fiscal: **Luciana Gomes de Araújo, Eliane da Silva.**

Conselho Editorial
Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Gilmar Mauro
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Haroldo Saboia
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Luciana Araújo
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Marcelo Freixo
Maria Rita Kehl
Michael Löwy
Milton Temer
Valerio Arcary

Revista
**Socialismo
e Liberdade**

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo. As ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Gilberto Maringoni**. Comitê Executivo: **Denise Simeão, Edson Carneiro Índio, Fernando Antônio Pinto da Silva, Luiz Arnaldo Dias Campos, Luiza Coppieters, Mário Azeredo, Odilon Guedes, Rodolfo Vianna, Rosa Maria Marques, Valerio Arcary**. Produtor editorial: **André Trindade**. Revisão: **Martiza Waleska Arruda**. Editoração Eletrônica: **Alternativa Mídia e Gestão**.

Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos Elíseos, São Paulo/SP - Brasil - CEP: 01202-002. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br fundacao@laurocampos.org.br - facebook.com/laurocampos Tiragem: 10 mil exemplares.

S U M Á R I O

EDITORIAL _____	3
Francisvaldo Mendes de Souza	
SÓ AS RUAS PODEM SUPERAR O CAOS ECONÔMICO E SANITÁRIO _____	4
Mário Azeredo	
BOLSONARO: CAOS E CONTINUIDADE _____	10
Luis Felipe Miguel	
ENTREVISTA: EDMILSON RODRIGUES BOLSONARO NÃO É UM FENÔMENO ISOLADO, É PARTE DE UM PROJETO MAIOR _____	16
Gilberto Maringoni	
PANDEMIA, ELEIÇÕES E PROGRAMA _____	22
Paulo Spina	
QUE TIPO DE FRENTE POLÍTICA O BRASIL PRECISA? _____	29
Polêmica: Milton Temer e Félix Sánchez	
O ESTADO NA CRISE DA COVID-19 _____	32
Rosa Maria Marques	
OS DESAFIOS DO SUS PARA O ENFRENTAMENTO DO NOVO CORONAVÍRUS _____	36
Antônio Gonçalves Filho	
O MUNDO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI E SEUS DESAFIOS _____	42
Cristina T. Marins	
A “NECROPOLÍTICA” OU RACISMO SISTÊMICO COMO OBSTÁCULO FUNDAMENTAL À DEMOCRACIA _____	48
Walter Altino de Sousa Júnior	
PORTUGAL: A PANDEMIA E O QUE FOI (E JÁ NÃO É) A GERINGONÇA _____	53
Luis Leiria	
A POLÍTICA INTERNACIONAL E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS _____	60
Flávio Rocha de Oliveira	
FLORESTAN FERNANDES, 100 ANOS A ATUALIDADE DE UM INTELLECTUAL MILITANTE _____	66
Plínio de Arruda Sampaio Jr.	
QUADRINHOS ADEMAR VIEIRA, SURPREENDENTE _____	73
PLÍNIO, 90: CORAGEM, TENACIDADE E FORÇA _____	75

Capa a partir de “O Triunfo da Morte” (1562), de Pieter Bruegel



E D I T O R I A L

PRECISAMOS DE HUMANIDADE E SOLIDARIEDADE, POTENCIALIZANDO A VIDA

Apresentamos o número 29 da revista **Socialismo e Liberdade**. No meio desta política destruidora que faz a pandemia ser devastadora, apostamos na ciência e na ação coletiva que podem trazer otimismo e avançar em conquistas, direitos e dignidade humana. É nessa estrada que apresentamos exemplos de solidariedade e humanidade, como o professor Florestan Fernandes e a ótima entrevista com Edmilson Rodrigues. São fontes de inspirações para o estudo, o conhecimento, a formação, ações coerentes e práticas coletivas que criam fortes ondas na maré contrária que predominam no capitalismo.

Mas, para além disso, avançamos na política. A unidade de todas as pessoas que vivem da venda da força do trabalho é elemento central para superação da ordem que nos é imposta. Mais que isso, o mundo clama por democracia e humanidade para fazer com que a vida exista e seja cada vez mais potente. Por isso, apresentamos análises da política que articulam as condições de vida na periferia e o bom debate sobre a ação de superação do caos, desgovernos e da necropolítica que predomina no mundo.

O desafio colocado para a esquerda socialista é de grande importância e com vulto tão amplo que há poucas vezes, no tempo da cronologia humana, que podemos encontrar referências que se igualam a situação que nos toma hoje. Sabemos que formação, organização e ação coletiva são caminhos que orientam práticas radicais para a democratização progressiva em todas as dimensões da vida. Mas precisamos encontrar a tonalidade que nos unifique e seja inspiradora para movimentar ações assertivas que nos faça avançar em transformações.

Queremos acabar com esse modelo que toma o mundo e consegue aparecer como normal a desigualdade na sociedade e presente na mente da maioria do povo, criando a inverdade de acúmulo de riqueza de uns e a pobreza da maioria como fruto da natureza, mas que é fruto do capitalismo. O capitalismo não é um “palavrão”, mas um conceito que precisamos entender na profundidade e raiz para transformar e superar. Esse sistema que hoje toma os continentes e aparece como se

não houvesse alternativa e que toda disputa existente se limita ao rumo, ao formato e à organização é uma inversão profunda do real que só o conhecimento pode mostrar o quanto essa vocação que predomina contra a vida precisa ser superada pela política a favor da vida.

Quando falamos das ruas, por exemplo, não estamos incentivando que sejamos irresponsáveis no meio da imposição de doença e morte que a política hegemônica faz ampliar em tempo de vírus. Ao contrário, estamos usando o símbolo de ação que nos motiva de potência e otimismo nesta fase e que busque o verdadeiro sentido de viver.

Apostamos nas pessoas, as que vendem a força do trabalho e esta é a única mercadoria que possuem para viver. Nossa aposta é coletiva e solidária e tem chamadas poderosas de otimismo para reconhecer a diversidade dos sujeitos da transformação e do avanço da humanidade, potencializando a vida. É isso, simples assim, somos socialistas. Apostamos na plenitude da dignidade humana em todas as condições materiais e espirituais para que a natureza seja transformada a favor das pessoas e não para a exploração, como predomina neste mundo, com o capitalismo.

Dessa forma, somos defensores da mais profunda democracia. Construiremos coletivamente um mundo no qual as pessoas vivam e façam da vida um grande mar de criatividade, com conquistas que bordeem nossas diferenças com um grande formato de força e com a qualidade que construímos na unificação. A inteligência coletiva, com toda a diversidade que envolve as pessoas que precisam vender a força do trabalho para sobreviver, formamos como classe nesse processo rico de consciência coletiva e é a nossa aposta para superar governos, parlamentos, judiciários ou qualquer aparelho de Estado que se volte para dominar e controlar as pessoas de forma autoritária por meio das leis que são aplicadas contra a maioria do povo. Vamos superar esse Estado contra a vida criando nossa inteligência coletiva e apostando nas mudanças. Nossa revista é uma contribuição para esse fim e segue mais este número para contribuir com todas as pessoas que podem dizer sim à revolução.

Francisvaldo Mendes de Souza
Diretor-presidente da Fundação
Lauro Campos e Marielle Franco

SÓ AS RUAS podem superar o caos econômico e sanitário

Mário Azeredo

O desprezo com a situação dos mais necessitados, com os desempregados, com os setores médios e, principalmente, o trato com a saúde da população em plena pandemia, desidratou parte da base eleitoral de Bolsonaro. A prisão de Queiroz, as investigações da CPI sobre *fake news* e as detenções de bolsonaristas que atacam as instituições devem chegar à família Bolsonaro e ampliar o desgaste. É por isso que os generais do governo saíram às pressas para comprar deputados do “Centrão”, tentan-

do evitar um possível *impeachment*.

Se até agora a disputa de alternativas se concentrava entre os dois setores da elite brasileira, daqui para frente as ruas vão dar o tom do embate e nosso prognóstico é que Bolsonaro não deve terminar o mandato e sua tropa de fanáticos e criminosos milicianos vão acirrar os ataques. A esquerda consequente, mesmo aquela em quarentena, tem a obrigação de chamar ao enfrentamento para derrubar Bolsonaro. É com um programa com medidas anticapitalistas, sem Bolsonaro na Presidência, que o Brasil poderá enfrentar a

grande depressão econômica e o dissabor das mortes pela Covid-19, fruto das criminosas políticas de governo que negam a ciência e as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

UMA TRAJETÓRIA DESASTRADA

Há um ano, Bolsonaro estava na ofensiva. Parte considerável dos 57 milhões que nele votou, ainda tinha muitas expectativas no novo governo. Mas, uma sucessão de fatos vem desgastando o presidente. As crises econômicas, social, ambiental e, principalmente, a sanitária se entre-

Como no mito da caverna, de Platão, uma parte da esquerda olha de dentro do confinamento as sombras gigantes do governo Bolsonaro e conclui tratar-se de um monstro imbatível. Mas se formos olhar a realidade, como nos propõe o grego, o mundo mudou muito da posse para cá. Um ano e meio depois, as expectativas em seu governo e na “nova política” prometida já não empolgam o eleitor que votou preocupado com o futuro do Brasil

cruzam. Nesse último ano, vimos estarecidos Brumadinho ser engolida pela lama da Vale do Rio Doce e o dia do fogo, que fez São Paulo anoitecer no meio da tarde. Na Amazônia a ordem foi: matem líderes indígenas e ocupem as terras.

No terreno econômico, os indicadores davam mostras de desaceleração da produção industrial e do investimento. O mesmo acontecia com os indicadores da construção civil. O emprego formal praticamente desapareceu e o Brasil vê saltar o trabalho informal para 39,5 milhões de trabalhadores, sendo 14 milhões ocupa-

dos em aplicativos.

Na arena internacional, o Brasil foi rompendo pontes, uma atrás da outra. Bolsonaro lamentou a vitória de Alberto Fernández na Argentina e disse que o povo escolheu mal o presidente. No Oriente Médio ofendeu palestinos ao anunciar a transferência da Embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém e agora o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, desagrada israelenses comparando a prisão de seus apoiadores com a Noite dos Cristais. O mesmo ex-ministro criou um incidente internacional com piadas sobre

Na arena internacional, o Brasil foi rompendo pontes, uma atrás da outra. Bolsonaro lamentou a vitória de Alberto Fernández na Argentina e disse que o povo escolheu mal o presidente. No Oriente Médio ofendeu palestinos ao anunciar a transferência da Embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém e, agora, o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, desagrada israelenses comparando a prisão de seus apoiadores com a Noite dos Cristais

os chineses, desagradando o poderoso agronegócio.

No terreno político Bolsonaro é um verdadeiro “bombeiro louco” que, à falta de água, joga gasolina ao fogo. A promessa de reduzir o número de ministérios foi pelos ares. No desespero para evitar o *impeachment*, ampliou para 24 os ministérios, para acomodar corruptos do Centrão, da velha política do toma lá dá cá. Chama manifestações pelo AI-5 e guerra contra o Congresso e o STF.

ECONOMIA, PANDEMIA E MILÍCIA

No meio deste “novo normal” na política de Brasília, três fatos são centrais para seu desgaste: a crise econômica, a resposta à pandemia e a relação da família Bolsonaro com as milícias (assassinato de Marielle, laranja, morte do miliciano Adriano e prisão de Queiroz). Afirmamos que os mais de 50 mil mortos e a brutal crise econômica estão derretendo o capital eleitoral de Bolsonaro, afastando setores importantes da burguesia tradicional e da classe média que veem na administração do ex-capitão e nas relações entre os poderes da República um verdadeiro desastre para seus negócios.

A reunião ministerial de 22 de abril último foi a gota d’água, um verdadeiro “circo dos horrores”, para uma gestão em turbulências sérias.

Em nenhum momento, os participantes trataram das dificuldades do SUS para enfrentar a pandemia e nada foi dito sobre o atraso no pagamento do auxílio emergencial. Na verdade, ficou evidente que os mercenários, encabeçados por Bolsonaro e Paulo Guedes, só trataram de expor seus projetos íntimos. Intervir na Justiça e na Polícia Federal para proteger familiares e amigos. Enquanto a mídia divulga as mortes, eles aproveitam para “passar a boiada” de destruição da legislação sobre a preservação ambiental, reservas naturais, território dos povos originários e quilombolas; venda do patrimônio público, incluindo o Banco do Brasil e prender os ministros do STF.

UMA CORRENTE FASCISTA MINORITÁRIA

Bolsonaro é parte de um processo internacional que veio se formando na esteira da crise de 2008. Não é um fenômeno isolado. A xenofobia cresceu assustadora-



Bolsonaro é parte de um processo internacional que veio se formando na esteira da crise de 2008. Não é um fenômeno isolado. A xenofobia cresceu assustadoramente com a maior onda migratória que a Europa presenciou desde a II Guerra Mundial. Grupos neonazistas proliferam na Alemanha e em outras regiões do mundo

mente com a maior onda migratória que a Europa presenciou desde a II Guerra Mundial. Muros para conter refugiados e imigrantes, que fogem de guerras, miséria, fome e perseguições, foram levantados em diversos países. Partidos fascistas e ultranacionalistas viram seus votos aumentarem na Itália, França, Espanha, assim como, grupos neonazistas proliferam na Alemanha e em outras regiões do mundo. Governos como de Modi na Índia e de Viktor Orbán, na Hungria, são também expressões desse fenômeno de intolerância religiosa, nacionalista e com traços fascistas como Bolsonaro. Donald Trump é a expressão mais perigosa dessa vertente, porque preside os EUA, o centro do capitalismo e, conseqüentemente, influencia os demais países.

Esse fenômeno se expressou também na negação desses governos em seguir as orientações da OMS para conter a propagação da Covid-19. Defenderam o efeito rebanho, indo contra o que cientistas de todo mundo apontavam – e que na prática se mostrou correta – política do isolamento. Bolsonaro, mesmo com mais de um milhão de contaminados segue a política da “gripezinha”.

O importante para nós militantes políticos e lutadores sociais é que independentemente da manutenção ou não de Bolsonaro na presidência, o bolsonarismo é uma corrente que vai seguir atuando na política, no submundo e nas ruas. Tais movimentos respondem a uma base objetiva. Portanto, enquanto não os enfrentarmos politicamente com um programa radical contra as desigualdades e que ataque aos milionários deste país, Bolsonaro seguirá sendo porta-voz de milhões. O líder é o fruto podre de uma sociedade historicamente injusta, que jamais enfrentou o passivo de mais de 300 anos de escravidão e o fato de ser o último país em nosso continente a construir universidades, campeão em concentração de renda e de um Estado autoritário e violento, com a polícia que mais mata e que mais morre e que foi administrado, na maior parte de sua história pelas Forças Armadas ou no mínimo tutelado por elas.

O GOLPE ACONTECEU EM 2016

A existência do bolsonarismo como corrente fascista no país não significa que não podemos derrotá-lo. Para alguns

setores da sociedade o grande perigo que corremos é de um golpe que feche mais o regime. Para nós, o golpe já ocorreu. Pouca gente viu esse processo ou quando viu ele já estava consolidado. Pode haver mais restrições às instituições democráticas, claro que sim. No entanto, o que vemos hoje é um movimento inverso. O bloco golpista dividido, as instituições como o STF, Congresso Nacional e frente de governadores enfrentando o governo em diversas pautas democráticas e de combate à pandemia. Por outro lado, todos seguem com a agenda neoliberal de ataque aos direitos e privatizante. Por isso, o “novo” bloco formado por FHC/PSDB, *Folha de São Paulo*, *Estadão*, Luciano Huck, Governadores, Maia e STF, não tem nada de novo. Representam a velha elite brasileira que articulou o golpe e foi vítima dele também.

COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?

O bolsonarismo tem bases objetivas na realidade recente. As insuficientes respostas à crise econômica nos governos de conciliação de classes, em especial de Dilma, somadas à política de descartar o PT como gestor dela, setores do Judiciário com a Lava Jato e a grande mídia impulsionaram o *impeachment* e a prisão de Lula. Tudo isso com muita *fake news*.

Mas, o golpe só foi vitorioso porque Dilma fez escolhas erradas.

O líder é o fruto podre de uma sociedade historicamente injusta, que jamais enfrentou o passivo de mais de 300 anos de escravidão, e do fato de ser o último país em nosso continente a construir universidades, campeão em concentração de renda e de um Estado autoritário e violento, com a polícia que mais mata e que mais morre

Perry Anderson, em um artigo de 2016, já apontava que a presidenta, ao assumir o segundo mandato, implantou medidas de austeridade que causaram uma profunda recessão, derrubando o PIB em -3,4% ao ano entre 2015/2016. Ela optou por assumir o projeto de seu adversário derrotado nas eleições. Um verdadeiro estelionato eleitoral que cobrou seu preço. Três meses depois da posse, mais de dois milhões de pessoas estavam nas ruas pedindo o *impeachment*.

Esse processo foi arquitetado pelos partidos de oposição, pela mídia corporativa e por grande parte dos aliados do governo de coalizão de Dilma, inclusive o MDB do vice Michel Temer. Eles se apoiaram em setores da classe média e dos trabalhadores que viram suas expectativas de consumo e melhoria de vida serem frustradas com o governo da petista.

Temer, na transição, anunciou o Projeto “Ponte para o Futuro”, que nada mais era do que o ultraliberalismo em defesa



O bolsonarismo tem bases objetivas na realidade recente. As insuficientes respostas à crise econômica por parte dos governos de conciliação de classes, em especial o de Dilma, somadas às políticas de descartar o PT como gestor da mesma política por parte de setores do Judiciário com a Lava Jato e da grande mídia impulsionaram o impeachment e a prisão de Lula. Tudo com muita fake news. Mas o golpe só foi vitorioso porque Dilma fez escolhas erradas

do capital financeiro e dos grandes empresários, em detrimento dos direitos e conquistas dos trabalhadores. O plano golpista da burguesia tradicional, no entanto, deu errado. Não foi Alckmin que se beneficiou do golpe e da campanha contra o PT e a esquerda de conjunto, mas um ex-capitão com discurso fascista e defensor da ditadura militar.

PÓS-PANDEMIA PROMETE O CAOS

A crise econômica não é produto da crise sanitária, como tenta passar a mídia corporativa. A pandemia da Covid-19, acelerou todos os sintomas da “gripe” econômica anterior. Vivemos uma gigantesca crise humanitária. Ela tende a aumentar muito até que se consiga uma vacina para aplacar essa tragédia. Mas a crise econômica, que já víamos sintomas desde meados do ano passado, teve um crescimento exponencial com a pandemia. David Harvey já havia alertado de que a política dos juros infinitos levaria a uma explosão da economia.

A pandemia expôs as contradições do

ultraliberalismo. Os representantes no governo diziam não ter dinheiro para investir em saúde, educação, transporte público ou no aumento do salário mínimo. Mas do nada surgiram R\$ 1.2 trilhão para os bancos e mais de 50 milhões de brasileiros estão recebendo, com atraso, uma ajuda emergencial de R\$ 600,00.

A promessa pós-pandemia é de milhões de desempregados, subempregados e de miseráveis no mundo. Em um país como o Brasil de economia dependente, será explosivo. Agora sabemos, dinheiro há. Por isso, organizar nossa tropa, estimular e participar das mobilizações que virão em resposta ao ataque a nossa classe será uma grande tarefa.

QUEM VAI PAGAR A CONTA NO PÓS-PANDEMIA?

Se depender dos banqueiros, dos Trump e dos Bolsonaro da vida, seremos nós, numa “superexploração” jamais vista. Com ampliação geométrica da miséria e com repressão redobrada sobre as populações pobres e periféricas. Hoje, estamos a

passos largos em direção a um limite: superação do capitalismo ou o aumento da repressão sobre as populações periféricas e pobres, por parte das forças policiais, com restrições de espaços democráticos.

O assassinato de George Floyd nos EUA, assim como o de Marielle Franco se constituíram em sementes de uma rebelião da população negra e periférica que não aguenta mais a repressão policial, os políticos corruptos que servem ao patrão, as injustiças e a falta de perspectiva num mundo formatado para uma minoria. Agora, estamos assistindo a uma onda internacional contra o racismo e em defesa da saúde pública, como foi o levante em mais de 200 cidades francesas. O Brasil é parte dessa mudança de ânimo das massas.

Nessa fase tensa da luta de classes onde a extrema direita se organiza para ocupar cada vez mais espaços de poder e legitimidade numa parte da sociedade, faz-se necessário, mais do que nunca, apresentar saídas que apontem para a superação do capitalismo.



A crise sanitária expôs as contradições do ultraliberalismo. A promessa pós-pandemia é de milhões de desempregados, subempregados e de miseráveis no mundo. Em um país como o Brasil, de economia dependente, o resultado será explosivo. Agora sabemos que há dinheiro. Por isso, organizar o povo, estimular e participar das mobilizações que virão em resposta ao ataque à nossa classe serão as grandes tarefas do médio prazo

ORGANIZAR NOSSA TROPA: FORA BOLSONARO!

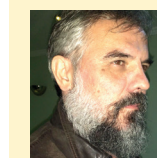
Mas nada acontecerá por fora da luta encarniçada inter e entre classes. Portanto, não é secundário o dilema colocado a nós em plena pandemia. Sair ou não sair às ruas?

Ninguém quer sair às ruas. A maioria vai trabalhar porque precisa ou porque os patrões obrigam. Os trabalhadores da saúde, os garis, os policiais e milhares de trabalhadores envolvidos diretamente na produção só saem, diariamente, para trabalhar porque suas tarefas são consideradas serviços essenciais. O auxílio emergencial de R\$ 600,00 aprovado pelo Congresso Nacional, além da demora, deixou de fora milhões de famílias por questões burocráticas que nada têm a ver com a emergência da vida das pessoas. Então, é claro que o povo pobre sairá e continuará saindo às ruas, mesmo sabendo do risco de ser infectado e de colocar a vida em risco. Outros milhões sequer têm casa ou água e sabão.

Todos saem em busca de sobrevivência, de comida para não morrer de fome. Fazem isso porque o Brasil está entre as nações com pior distribuição de renda, com um governo que nega a pandemia, se recusa a seguir as orientações da OMS e mantém o projeto ultraliberal de desmonte da saúde e educação públicas, para entregar aos tubarões do “mercado”. De nossa parte, da esquerda, de movimentos sociais e das próprias torcidas antifascistas que começaram a sair às ruas, também somos parte de um serviço essencial para combater o vírus: derrotar Bolsonaro.

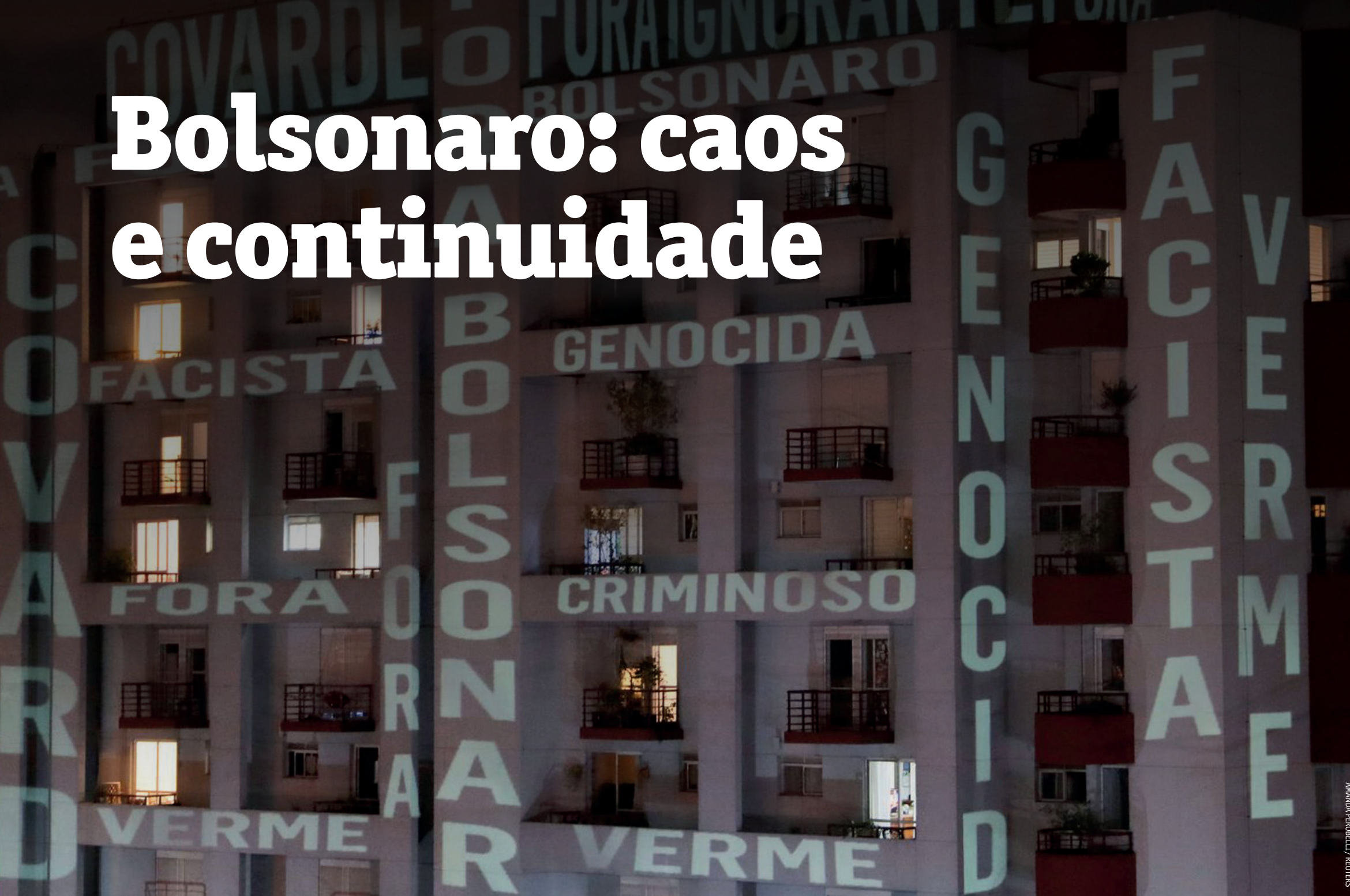
Portanto, a luta de classes determina a impossibilidade de termos um isolamento social total. Inclusive os grupos bolsonaristas estão submetidos a essa lógica. Se eles não forem às ruas mostrar apoio ao presidente, se não radicalizarem a luta, tendem a ver a base eleitoral de seu chefe se esvaír por completo.

Nessa guerra, acreditamos que mais do que nunca temos que fortalecer o PSOL como parte fundamental da reorganização do movimento de esquerda no Brasil e de um novo bloco histórico.



Mário Azeredo é dirigente estadual do PSOL-RS

Bolsonaro: caos e continuidade



AMANDA PERRELLI/REUTERS

Herdeiro indesejado do golpe de 2016, cujos líderes projetavam uma saída “civilizada” à direita por meio de alguém com o perfil de Geraldo Alckmin, Bolsonaro se mostrou instrumental para o trabalho de destruição ao qual foi capaz de imprimir ritmo ainda mais veloz do que Temer

A continuidade do governo Bolsonaro significa mais crise, mais mortes e disseminação do caos. Seus apoiadores seguem propagando o confronto, sob a velha cantilena de defesa da “ordem”. A cúpula das Forças Armadas parece ter decidido permanecer fiel ao presidente, ao mesmo tempo em que ameaça o país com algum tipo de intervenção mais profunda. Os movimentos pela saída da extrema direita do poder não podem servir para sacramentar a manutenção de seu programa antipopular, retirando de cena as reivindicações democráticas e igualitárias do campo popular

3

Um dos temas centrais do discurso da direita, em particular do setor mais extremado, que funda boa parte do apelo de massas, é a ordem. A extrema direita

promete esmagar o crime, restaurar as hierarquias e silenciar os movimentos contestatórios. Autoridade e disciplina garantiriam o bom funcionamento da sociedade. Na Itália de Mussolini, os trens partiam no horário: como certa vez escre-

veu Fernando Pessoa, “os fascistas matam seu pai, mas você tem a certeza que, metendo-se no comboio, chega a tempo para o enterro”. No Brasil, no entanto, um ano e meio de governo Bolsonaro nos empurraram na direção do caos. A pandemia

global do novo coronavírus, que recebeu do presidente e de sua entourage uma resposta não apenas incompetente ou negligente, mas francamente criminosa que acelerou um processo já em curso.

Herdeiro indesejado do golpe de 2016, cujos líderes projetavam uma saída “civilizada” à direita, com alguém com o perfil de um Geraldo Alckmin, Bolsonaro se mostrou instrumental para o trabalho de destruição (dos direitos, das políticas sociais, da ordem constitucional pactuada em 1988), ao qual foi capaz de imprimir ritmo ainda mais veloz do que Temer. Mas o governo é congenitamente inapto para promover uma pacificação, seja entre os grupos integrantes da coalizão golpista, seja na relação com os grupos dominados. Para tanto, contribuem o comportamento belicoso e o etos machista que são centrais na identidade do bolsonarismo, a falta de

traquejo político do núcleo do governo e, em especial, o descompasso entre as prioridades algo paroquiais do círculo íntimo de Bolsonaro e os projetos ambiciosos dos grupos que se aliaram a ele, vindos da aristocracia financeira, do agronegócio e do lavajatismo.

CONTINUIDADE INSUSTENTÁVEL

Com a crise sanitária, tornou-se insustentável a continuidade do governo Bolsonaro. A cada dia, ela se conta em mais mortes. Os esforços do sistema de saúde são sabotados por palavras, por exemplos, por omissões e por ações. As tensões com os outros poderes se transmutaram em conflito aberto. Sérgio Moro, que era surrealmente o principal ativo de credi-

bilidade do governo, demitiu-se. Mesmo economistas conservadores admitem que o fundamentalismo de mercado esposado por Guedes é impróprio para enfrentar a nova situação. A Rede Globo e outros grandes veículos de imprensa passaram a advogar pela retirada do presidente. Diante disso, impõe-se a pergunta: por que Bolsonaro não cai?

O primeiro fator a ser considerado é a manutenção de uma considerável, ainda que cada vez mais minoritária, base popular. Comentaristas políticos e jornalistas têm difundido uma suposta “lei” sociológica, de que um processo de *impeachment* só vinga caso as pesquisas de opinião detectem menos de 15% de apoio ao presidente. Não creio que seja algo tão mecânico, muito menos que as respostas a uma enquete resolvam a questão.

O fato de que uma proporção tão expressiva de pessoas ainda avalie positivamente um governo tão grotesco merece atenção. Uma parcela tende a aprovar qualquer governo, por servilismo introjetado ou por confundir apoio ao presidente de plantão com “torcer pelo país”. Outra, é vítima da confusão, sabidamente usual, entre Estado e governo – assim, o auxílio emergencial de R\$ 600 durante a pandemia, obtido pela oposição no Congresso contra forte resistência de Guedes, turbinou a popularidade de Bolsonaro. Por fim, há a fatia do “bolsonarismo raiz”, cativada pelo discurso de ódio e de reafirmação das hierarquias sociais e prisioneira dos circuitos de desinformações próprios da chamada “pós-verdade”.

O CONFRONTO COMO MÉTRICA

Mais importante do que a quantidade de adeptos, porém, é o ânimo aguerrido da base bolsonarista. Desde o começo do governo, mas crescentemente conforme sua posição fica mais incerta, Bolsonaro alimenta entre os seguidores a disposição para o confronto. Nos últimos tempos, tem estimulado a formação de grupos armados, o que converge para a antiga suspeita de uma relação íntima com milicianos do Rio de Janeiro. A radicalização se completa com os acenos, sempre encobertos, mas cada vez mais frequentes, a grupos neonazistas e supremacistas brancos, por parte de Bolsonaro e de seu círculo íntimo.

A estratégia, portanto, é de intimidação. Converte para ela o segundo fator a ser

considerado, o apoio das Forças Armadas e das polícias. Bolsonaro fala diretamente aos praças, suboficiais e oficiais inferiores do Exército, assim como aos policiais. São setores sensíveis ao discurso pró-violência, contrário aos direitos humanos e às minorias. Não é algo fortuito. Como observou Poulantzas, os dispositivos repressivos do Estado capitalista parecem em geral agir de forma “falha”, com excesso de brutalidade, racismo e viés de classe escancarado. Eles deixam sistematicamente de cumprir a lei pela qual deveriam zelar – mas é essa falha que permite que eles estejam sempre disponíveis nos momentos em que as classes dominantes decidem caminhar no rumo da fascitização¹.

Com a cúpula militar, em especial da força terrestre, a relação é mais complexa, embora haja forte concordância no autoritarismo, no anticomunismo e mesmo no alinhamento automático aos Estados Unidos. Cabe observar que o vice-presidente, Hamilton Mourão, que é razoável ver como um dos principais representantes do generalato no governo, mudou de postura. Se no início do mandato fez movimentos para se apresentar como alternativa a Bolsonaro, adotando um discurso mais conciliador e mais racional, hoje marca distância de maneira muito mais sutil e não poupa ocasiões para afirmar de público sua lealdade e solidariedade.

GENERALATO E GOVERNO

Embora sejam reportadas tensões internas e constrangimento com atitudes e declarações, o generalato parece ter decidido cerrar fileiras com Bolsonaro. Isso tem tomado a feição de frequentes notas e declarações, cifradas e não tão cifradas, indicando que qualquer tentativa de deposição do presidente, por decisão do Legislativo ou do Judiciário, enfrentará oposição militar. Em interpretações mais ousadas, o sistema constitucional de controles é equiparado a um confronto entre poderes, que exigiria uma intervenção moderadora – papel que as forças armadas atribuíram a si mesmas em muitos momentos da história brasileira. Cumpre lembrar que, tendo adotado um perfil discreto durante a deflagração do golpe de 2016, os militares passaram a uma expo-

Bolsonaro alimenta entre os seguidores a disposição para o confronto. Nos últimos tempos, tem estimulado a formação de grupos armados, o que converge para a antiga suspeita de uma relação íntima com milicianos do Rio de Janeiro. A radicalização se completa com os acenos, sempre encobertos, mas cada vez mais frequentes, a grupos neonazistas e supremacistas brancos. A estratégia é de intimidação

sição maior já durante o governo Temer. Basta pensar no tuíte do general Villas-Boas ameaçando o STF no caso da prisão de Lula – e do agradecimento “misterioso” que Bolsonaro fez a ele durante a transmissão do cargo de ministro da Defesa.

Muitas vezes a questão se coloca como sendo definir o quanto há de blefe nesses pronunciamentos e o quanto há de disposição efetiva para uma intervenção de força. Creio que, apresentada dessa forma, a questão está deslocada. O blefe, sobretudo quando surte efeito e quando não leva a uma punição, já é uma forma de intervenção. E permite tanto que os limites do papel político dos militares sejam paulatinamente distendidos quanto que um novo golpe seja construído como possibilidade dentro do generalato. As escaramuças entre ministros do Supremo e porta-vozes militares do governo sobre a interpretação do artigo 142 da Constituição – de fato um texto ambíguo, fruto ele próprio da pressão castrense – já mostram uma situação anômala. Afinal, pelo nosso ordenamento institucional não cabe dúvida de que a palavra final sobre a interpretação do texto constitucional caberia à corte máxima do país. Assim, a estratégia de intimidação toma com clareza a feição de uma chantagem, pela qual a continuidade do governo, a despeito das evidên-

cias que sustentam as iniciativas tanto para a cassação da chapa quanto para o *impeachment*, seria o preço a pagar para que não ocorra um novo golpe.

Aceita a chantagem, a democracia brasileira, que nos últimos anos sofreu tantos reveses que é difícil justificar a permanência do rótulo, torna-se definitivamente tutelada. Partindo do entendimento de que a disposição das forças armadas para uma nova intervenção de força, nos moldes de 1964, não está formada, fica claro que a ameaça só será debelada com uma resposta vigorosa das instituições e da sociedade civil. A nova pergunta que se impõe, então, é por que a reação às ameaças do bolsonarismo se mostra tão pífia. Creio que aqui se torna central o terceiro e mais importante fator a ser considerado: o fato de que, entre os grupos dominantes do país, tanto no empresariado como na elite política, a necessidade de retirar Bolsonaro na presidência é sentida, sobretudo, dada a irracionalidade no combate à pandemia, mas contrabalançada por outras considerações.

A INFLEXÃO DO GOLPE

Para entender isso, é necessário ter em mente que o grande momento de inflexão da política brasileira recente não foi a eleição de Bolsonaro, mas o golpe de 2016. Este colocou em marcha a criminalização

O generalato parece ter decidido cerrar fileiras com Bolsonaro. Isso tem tomado a feição de frequentes notas e declarações, cifradas e não tão cifradas, indicando que qualquer tentativa de deposição do presidente, por decisão do Legislativo ou do Judiciário, enfrentará oposição militar

da esquerda, a macarthização da vida política, a instrumentalização aberta do aparelho repressivo de Estado e a tolerância ou mesmo o estímulo à agressividade da direita radicalizada, elementos sem os quais não seria possível a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018. Seu sentido final foi fazer com que o campo popular deixasse de ser admitido como interlocutor legítimo no debate político, permitindo a retirada unilateral, sem qualquer espaço para negocia-

ção, de tantas conquistas históricas.

Bolsonaro foi, de certa maneira, um acidente de percurso. Programada para ser uma coadjuvante, a tropa de choque acionada nos momentos necessários, a extrema direita ganhou o proscênio quando o eleitorado mostrou que se recusaria a cumprir o papel no script, elegendo para a presidência um conservador civilizado como Alckmin. Ao optarem pelo então candidato do PSL, em vez de por um mode-



¹ Nicos Poulantzas, *L'État, le pouvoir, le socialisme* (Paris: Les Prairies Ordinaires, 2013).

A solução para a crise, de acordo com o projeto da nova oposição de centro-direita, é retirar Bolsonaro e manter o Brasil do pós-golpe. Violência estatal menos escancarada, menos irracionalidade no poder e aceitação ritual dos direitos humanos. Tiramos Bolsonaro e seguimos em frente, com CLT despedaçada, desigualdades ampliadas, Estado subfinanciado e conspiração judicial contra a esquerda

rado disposto a negociar como Fernando Haddad, as classes dominantes deixaram claro que não estavam dispostas a recuar um milímetro no programa de redução de direitos vitorioso com o golpe.

Os excessos do ex-capitão eram desagradáveis, mas Guedes entregava as “reformas” desejadas e os movimentos populares eram mantidos na defensiva.

A pandemia alterou o quadro. Bolsonaro está empurrando o país para um desastre sanitário inimaginável e mesmo Guedes, cuja incompetência como gestor econômico não pode mais ser disfarçada, ficou menos atraente.

Há, então, um movimento duplo. Por um lado, tenta-se usar o que resta da institucionalidade derivada da Consti-

tuição de 1988 para impor limites ao bolsonarismo no poder. O Supremo, o Congresso Nacional e, em alguma medida, os governadores estaduais têm agido nesse sentido. É um caminho, no entanto, restrito, dados os amplos poderes que nosso arranjo legal confere ao presidente da República. Bolsonaro pode ser contido, mas não tutelado: sua margem de manobra permanece ampla.

Por outro lado, tenta-se garantir que a eventual saída de Bolsonaro do cargo não implicará a perda do terreno conquistado pelas classes dominantes com o golpe. É o objetivo que preside a construção de uma “frente ampla” que não coloque em questão a retração de direitos, o desmonte do Estado social ou mesmo a aberta instrumentalização política de seu aparato repressivo.

BODE NA SALA

A necessidade imperiosa de imprimir uma direção menos irracional ao combate à crise sanitária, que dá sentido de urgência à retirada do ex-capitão da presidência, tornou tentadora a ideia da frente. A velha hierarquização das lutas, em que a obtenção das liberdades democráticas tem prioridade sobre a defesa dos direitos da classe trabalhadora e de outros grupos dominados, foi de novo posta em cena. Não cabe aqui discutir o equívoco dessa

hierarquização, apoiada numa leitura redutora da separação histórica entre o político e econômico, esposada em geral por pessoas objetivamente privilegiadas pelo padrão de desigualdades vigente no Brasil. Basta anotar que, caso essa compreensão triunfe, Bolsonaro está pronto para cumprir o último serviço aos golpistas de 2016: ser o bode na sala.

A solução para a crise, de acordo com o projeto da nova oposição de centro-direita, é retirar Bolsonaro e manter o Brasil do pós-golpe. Violência estatal menos escancarada, menos irracionalidade no poder e aceitação ritual dos direitos humanos. Tiramos Bolsonaro e seguimos em frente, com CLT despedaçada, desigualdades ampliadas, Estado subfinanciado, conspiração judicial contra a esquerda. Em especial, a disputa política continua tutelada de maneira a excluir, de antemão, o campo popular – e, portanto, deixar caminho aberto para o aprofundamento de todas as desigualdades. O paralelo com as Diretas Já, evocado no manifesto do “Juntos” publicado nos jornais brasileiros no dia 30 de junho, é equivocado. As Diretas Já foram um movimento amplo em busca de um objetivo pontual, a volta das eleições diretas para presidente, que visava alargar e democratizar a disputa política. Para que isso ocorra hoje não basta retirar Bolsonaro da presidência. É preciso, no mínimo, restaurar a plena vigência da Constituição de 1988, o que, por sua vez, requer o desfazimento do golpe. Trata-se de reabrir caminhos para a luta popular e para a construção de um Brasil menos injusto e menos violento. Abrir mão de assumir esse discurso é abrir mão da disputa política e aceitar os limites que a direita impõe.

As classes dominantes apresentam essa plataforma limitada de ação conjunta como “pegar ou largar”. Ela negocia em condições de força – não é à toa que exhibe o adjetivo “dominante”. Mostra que pode se acomodar com Bolsonaro, se nós não aceitarmos todas as suas condições. Não por acaso, no momento em que crescentes setores da esquerda demonstraram relutância em aderir à “frente ampla”, o presidente do PSDB, deputado Bruno Araújo, anunciou em entrevista que seu partido defendia a permanência de Bolsonaro e Mourão no cargo até o final do mandato.

Há, porém, limites na possibilidade

O momento é desafiador para o campo popular, que acumula derrotas históricas nos últimos anos. A democracia eleitoral sob o capitalismo, como se sabe, une o voto como forma de legitimação política com o veto real da classe burguesa à ação do Estado. No Brasil, este veto se estendeu tanto que passou a interditar até mesmo o “reformismo fraco” do petismo no poder

dessa acomodação com Bolsonaro. Se ela fosse tão tranquila, os acenos à derrubada não estariam nem sendo feitos. O Brasil está se tornando um pária no sistema internacional. Está caminhando para o colapso, com a gestão obtusa e criminoso da crise sanitária e econômica – e, embora as palavras sejam fortes, não há nelas exagero retórico.

OBJETIVOS E DIFERENÇAS

A classe dominante tem mais condições de pretender que pode prosseguir com essa situação indefinidamente do que de fato estendê-la. Por isso, submeter-se a seu programa não é a única alternativa. É possível afirmar a disposição por ação conjunta em relação a um objetivo pontual – derrubar Bolsonaro – sem deixar de reafirmar as diferenças profundas e irreconciliáveis, sem silenciar as reivindicações democráticas e igualitárias do campo popular, sem compactuar com a normalização dos retrocessos. Na verdade, a campanha do “fora, Bolsonaro”, articulando as premissas do momento com um programa igualitário e democrático, tem condições de renovar o protagonismo do campo popular e de recolocá-lo do centro do tabuleiro político.

O momento é desafiador para o campo popular, que acumula derrotas históricas nos últimos anos. A democracia eleitoral sob o capitalismo, como se sabe, une o voto como forma de legitimação política com o veto real da classe burguesa à ação do Estado. No Brasil, esse veto se estendeu tanto que passou a interditar até mesmo o “reformismo fraco” do petismo no poder. Se o poder de veto não for contido, o que depende da força do movimento popular, o poder do voto será sempre irrelevante.

Brasília, 15 de junho de 2020.



Luís Felipe Miguel é professor titular do Instituto de Ciência Política da Universidade

de Brasília e autor de *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016* (Expressão Popular, 2019), entre outros livros.





Entrevista

Edmilson Rodrigues

Bolsonaro não é um fenômeno isolado. É parte de um projeto maior

Para um dos mais atuantes deputados federais da oposição, não se pode entender o atual presidente como uma exceção. “Bolsonaro é expressão de uma ideia entreguista e antissoberana de Nação”. Edmilson coloca a pandemia como algo funcional para a extrema direita brasileira. “Há quem acredite que o Brasil, para ser um país do futuro, deva eliminar as diferenças étnicas. Há quem acredite na existência de apenas um único povo brasileiro, e por isso não se poderia reconhecer heterogeneidades internas a esse povo”. Não haveria motivos para se reconhecerem povos quilombolas, tradicionais, são 305 etnias diferentes em tribos indígenas. Existiria uma concepção perversa de que tais diferenças devem ser eliminadas. “Então, por que eles protegeriam esses povos? É por isso que o governo cruza os braços, pois quanto mais pobres, indígenas, quilombolas morrerem de Covid, mais a perspectiva racista se consolida”, afirma ele

Gilberto Maringoni

Como você está vendo a situação em que nos encontramos?

O neoliberalismo avançou e foi se impondo com uma ideologia ao longo de décadas, e a Constituição vem sendo remendada nesse período. Em 1995, apenas sete anos depois de promulgada, já tivemos mudanças muito significativas. Uma delas era reconhecer que uma empresa com sócio brasileiro é brasileira também. Essa pequena alteração formal, na verdade, traz uma potência de internacionalização da economia e de exportação dos lucros para as matrizes. Os países têm suas geopolíticas e as grandes corporações têm relações com interesses geopolíticos. Não é à toa que a tecnologia de 5G tem sido o principal mote de toda essa guerra comercial entre Estados Unidos e China. Mas por que tanta briga? É porque, no fundo, as grandes corporações capitalistas mantêm laços estratégicos com as estruturas dos Estados nacionais. Isso se dá de forma diversa no Brasil de hoje. Então, o que nós temos? A consolidação de uma derrota histórica, que é a perda de referência no Estado-Nação



O fato de expressar um programa reacionário deu a Bolsonaro a possibilidade de ganhar a confiança de generais. Isso aconteceu, em grande medida, pelo fato de o Brasil nunca ter conseguido romper com a estratégia da geopolítica estadunidense da segunda metade do século XX, responsável por implantar ditaduras na América Latina e por formar generais que comandariam os regimes sanguinários em nossa região



brasileiro. As referências foram perdidas em grande medida porque Bolsonaro não é um fenômeno isolado da história e nem uma invenção do presente. Ele é expressão de um projeto entreguista e antissoberano de Nação, apesar da característica tosca.

Ele é expressão de um projeto maior?

Sim. Como se explica que um cara de inteligência aparentemente abaixo da média, expulso do Exército por planejar explodir bombas em instalações militares, tenha demonstrado capacidade e determinação para afrontar a ordem? O fato de expressar um projeto reacionário deu a ele a possibilidade de ganhar a confiança de generais. Isso aconteceu, em grande medida, pelo fato de o Brasil nunca ter conseguido romper com a estratégia da geopolítica estadunidense da segunda metade do século XX, responsável por implantar ditaduras na América Latina e por formar generais que comandariam os regimes sanguinários em nossa região. A Escola das Américas, centro de formação do Departamento de Estado e que ficou instalada por décadas no Panamá, continua formando os nossos generais. Até hoje, Augusto Heleno mantém relações com essa instituição da Guerra Fria. Nessa situação, temos um sujeito tosco que venceu a eleição e estabeleceu um clima em que, mesmo dizendo trabalhar contra a ordem, segue sustentado nessa ordem, exibindo 30% de apoio ao seu governo. Por que isso acontece? Repito: porque, no fundo, ele representa um projeto. Às vezes, nós abandonamos a ideia de imperialismo. Li recentemente Os engenheiros do caos, de Giuliano Da Empoli, e não tem como não ver o que se passa aqui. Quando se acha que Bolsonaro é burro e que falou algo por estupidez, sua intervenção sempre se mostra vinculada à necessidade de se criar um debate sobre algum tema que, de algum modo, dialogue com sua base e a fidelize ainda mais, transformando-a em massa de manobra. Assim, o presidente cria, num conjunto de pessoas incautas, aquilo que o Milton Santos chamava da “confusão dos espíritos”, uma dificuldade da vítima perceber quem é o seu algoz. Ao mesmo tempo, ele desvia a atenção do que é principal.

Qual é o papel das Forças Armadas no governo?

Quando um militar ocupa um cargo de ministério ou de secretário nacional em algum dos ministérios, ele deixa de ser militar.

O CABANO TRANQUILO

EDMILSON BRITO RODRIGUES é o que se poderia classificar como um radical tranquilo. Os gestos, a voz calma e pausada e o riso fácil às vezes explodem de indignação diante da ação de um forte sobre um fraco ou em embates com a extrema direita no Congresso Nacional. “É o sangue cabano”, brinca ao fazer referência à Cabanagem, intensa rebelião popular contra o governo regencial que se espalhou pela província do Grão-Pará, entre 1835-40.

O instinto rebelde o acompanha desde o movimento estudantil e tem o primeiro reconhecimento amplo ao se eleger por duas vezes deputado estadual pelo PT, em 1986 e 1990. Seis anos depois, após duro enfrentamento, sagra-se vitorioso na campanha pela prefeitura de Belém, exercendo dois mandatos consecutivos até 2004. As gestões mudaram o modo e o sentido de se fazer política na capital de um dos estados mais pobres da Federação. Ampliou a participação popular em vários órgãos de governo, expandiu a oferta e a qualidade dos serviços municipais de educação e saúde, instituiu metas no planejamento, urbanizou bairros caracterizados por moradias insalubres e desenvolveu uma série de projetos sociais e culturais que lhe valeram muitas premiações nacionais e internacionais, como Prefeito Amigo da Criança.

Edmilson saiu do PT em 2005, em direção ao PSOL. Cinco anos depois, tornou-se o deputado estadual mais votado da história do Pará. Em 2014 obteve o primeiro mandato para a Câmara dos Deputados, onde está até hoje.

Edmilson é professor da Universidade Federal Rural da Amazônia. Aos 63 anos, esse arquiteto e doutor em Geografia pela USP se prepara novamente para disputar a prefeitura de sua cidade. O sangue cabano vai arrearpiar!



OCTAVIO CARDOZO



MARCELO SEABRA

Quando assume um cargo administrativo, ele assume como civil, mesmo que use uniformes militares. Não há problema que use, mas a atividade dentro do governo é civil, com exceção dos comandantes das Forças Armadas. Um soldado ou um cabo que concorra a deputado estadual ou federal, obrigatoriamente, se tiver menos de 10 anos de carreira, perde o cargo original. Não tem como voltar. Mas há, na lei, a possibilidade de se permanecer após a ocupação do cargo. Esse general que hoje ocupa o ministério da Saúde, se for exonerado ou pedir para sair, deixa o trabalho civil e volta a ser militar.

Com tudo isso, o projeto neoliberal segue de pé?

Claro. Vejamos alguns exemplos. Não há mais nenhuma distribuidora de energia pública no Brasil. Tudo foi privatizado ao longo dos anos. Agora, Paulo Guedes, por meio de meras portarias privatizou as que ainda estavam sob controle público. As subsidiárias da Petrobras estão sendo entregues. A Caixa tem outro mecanismo, que é o acesso do recurso do FGTS das grandes corporações, das construtoras e incorporadoras de imóveis, que se tornou um mecanismo indireto de apropriação da massa de recursos que são dos trabalhadores. Bolsonaro, na minha avaliação, é representante disso. E ele não cai facilmente por ser funcional ao grande capital. Se Temer deu um passo na reforma

Quando um militar ocupa um cargo de ministro ou de secretário nacional em algum dos ministérios, ele deixa de ser militar. Quando assume um cargo administrativo, ele assume como civil, mesmo que use uniformes militares

trabalhista, Bolsonaro fez estrago no direito dos trabalhadores que ninguém teve capacidade de fazer, porque há uma hegemonia liberal no Congresso Nacional, nos tribunais superiores e até no tribunal do Trabalho, que era tido como a instituição de justiça mais voltada à defesa dos trabalhadores. Não é mais.

Há risco de golpe no Brasil?

Um governo de caráter fascista não precisa ser resultado de uma ruptura. Os estrangulamentos institucionais impostos por Bolsonaro são parte de uma estratégia que impõe o acovardamento das instituições. Há mais de 30 processos de impeachment na Câmara. E, com a compra do centrão, se antes Rodrigo Maia não conseguia iniciar um processo, muito menos agora se exporá, sabendo que as chances da medida prosperar são pequenas. Então, para que golpe? Para que chamar de ruptura se esse processo de normatização do uso do território pode ganhar ares de legalidade? O centrão pode não ter votos para eleger o presidente da Câmara, mas eles têm uma capacidade de movimentação grande.

Como você vê a pandemia sob o governo Bolsonaro?

As pesquisas de opinião mostram um descontentamento do povo em relação à postura do governo em vários aspectos do que seria

uma política para o momento da pandemia. Muitas das ações não são apenas equivocadas, mas intencionais, de destruição dos mecanismos técnicos e científicos orientadores de políticas públicas. O governo, quando nega a ciência, nega com base em um projeto intencional. Há quem acredite que o Brasil, para ser um país do futuro, deve eliminar as diferenças étnicas. Há quem acredite na existência de apenas um povo brasileiro, e por sermos um povo não podemos reconhecer heterogeneidades internas a esse povo. Nesse sentido, não haveria por que reconhecer povos quilombolas, tradicionais, e 305 etnias diferentes em tribos indígenas, falando 274 idiomas. Se você concebe que tais diferenças devem ser eliminadas porque, a rigor, nunca deveriam ter existido, por que proteger esses povos? Para quem tem uma visão nessa perspectiva, se você é pobre, é porque você naturalmente nasceu para se reproduzir enquanto pobre. Essa ideia faz com que o governo cruze os braços, pois quanto mais pobres, indígenas, quilombolas morrerem de Covid num país como o nosso, a perspectiva eugênica de uma raça superior se consolida. Talvez eles vejam que não será fácil fazer isso, mas a autoridade máxima do governo faz questão de dizer que todos vamos nos contaminar e podemos morrer. E grande parte da população – porque 30% é grande parte da população – não é capaz de perceber o papel e o lugar do presidente na sociedade. Há uma base de sustentação que permite a ele falar tais coisas, que integram seu projeto, visando criar confusão para consolidar essa base que, mesmo sendo vítima, concorda com o algoz. Essa é a base do desleixo governamental para com a crise da pandemia.

E como a doença tem afetado as comunidades indígenas?

Tenho chorado de tristeza ao ver as notícias. O povo Asurini, do Trocará (Sudeste do Pará) tinha, na segunda quinzena de junho, cem doentes entre os 305 membros. Foi uma das vítimas mais diretas da hidrelétrica do Tucuruí. Morreram o cacique Poraquê, a esposa, a irmã e até o pajé, a maior autoridade espiritual e médico da comunidade. Ao matar os caciques, você está matando uma história. O filho do cacique Poraquê – que é professor – escreveu um texto bonito. Ele disse que, com a morte deles, perderam uma sabedoria ancestral, e agora vão enriquecer a biblioteca divina. Ele falou com a dor de quem perdeu pai, mãe e tia, e

O governo, quando nega a ciência, nega com base em um projeto intencional. Há quem acredite que o Brasil, para ser um país do futuro, deva eliminar as diferenças étnicas. Há quem acredite na existência de apenas um povo brasileiro, e por sermos um povo não podemos reconhecer heterogeneidades internas a esse povo. Essa é a base do desleixo governamental para com a crise da pandemia

de um povo que chegou a ter até 2 mil membros em uma aldeia no Trocará e que, por conta do linhão da Eletronorte e da estrada que foi aberta dentro das suas terras, hoje tem seis vezes menos integrantes, adoecidos pelo álcool e drogas, com as crianças e adolescentes violentadas sexualmente.

Como está a situação sanitária em Belém?

Aqui, a despeito de o governador não ser de esquerda, é do MDB, ele ouviu sanitistas e decidiu obedecer às orientações da OMS. No momento mais crítico da pandemia, houve uma postura importante na defesa de toda uma estratégia de isolamento social enquanto construíam hospitais de campanha nas regiões como Santarém, no Marajó, em Breves, no sul e sudeste do Pará, em Marabá, bem como em Belém. Foi implementado um processo interessante de investimento. Naturalmente, houve situações constrangedoras para o governo e problemáticas para o povo, com diversas denúncias de ilegalidades na contratação de compras de equipamentos, como os respiradores e outros insumos indispensáveis para o enfrentamento da Covid-19. Tirando esse aspecto, que deve ser investigado e punido caso haja comprovação de desvios, há uma política, de modo geral, em favor do isolamento e do investimento no tratamento, na cura e na prevenção. Muitas prefeituras não conseguem ter a mesma orientação. Foi o caso de Belém, cujo prefeito tucano teve uma postura de omissão irresponsável e de completo desprezo com a vida da população. Foi revoltante assistir pessoas morrendo sem assistência nas portas de UPAS e de hospitais municipais. Também é importante destacar que o governo federal nada faz e o governo estadual, mesmo que eu tenha de reconhecer, faz aquém do que seria preciso diante da gravidade extrema da pandemia. Há uma queda, calculada pela consultoria do Congresso Nacional, de 30%, na média nacional, nas arrecadações dos estados e municípios, por conta da pandemia. O Pará é um estado estruturalmente muito pobre. Aqui, dos quase 9 milhões de habitantes, nós temos 4 milhões com uma renda per capita inferior a meio salário mínimo. Um grande contingente da população está naquela faixa determinada internacionalmente abaixo da linha da pobreza. Então, é um quadro de miséria muito significativo.



MICHEL JESUS CAMARAOSS DEPUTADOS

Quais são suas perspectivas para o cenário que está por vir?

Eu sou um otimista estrutural, pois estou certo que o futuro será socialista. Mas sou um pessimista conjuntural. Acredito, realmente, que as condições de disputa política são muito mais propícias, apesar das condições de vida estarem mais difíceis. Nós não podemos duvidar da capacidade de resistência do nosso povo. A estratégia do governo foi destruir os sindicatos. Nós, da esquerda, sempre criticamos a Carta Del Lavoro da Itália de Mussolini que inspirou o sindicalismo brasileiro e impôs contribuições sociais e o imposto sindical. Esses mecanismos sustentaram as burocracias sindicais, inclusive de esquerda, por muito tempo. Mas, com a reforma trabalhista e o fim do imposto sindical, isso teve impacto na desestruturação das entidades. Acho que o movimento sindical vai reacender numa perspectiva mais autônoma. Agora, para se ter sindicato forte, é preciso ter respeitabilidade na base. É preciso fazer o esforço de visitar fábrica, conversar, filiar, e produzir uma nova consciência da importância da organização.

Mas, independentemente disso, há uma dinâmica da sociedade, baseada no uso das redes sociais, que vai ocorrendo a despeito dos movimentos mais tradicionais. Acho que isso pode nos surpreender e, em alguma medida, já está surpreendendo. A pandemia não será eterna, e as ruas

vão se impor, quando ela acabar. Pode parecer que isso seja um otimismo exagerado, mas creio que essas formas novas de resistência possam nos surpreender, e nós possamos em breve festejar a queda de Bolsonaro, como fruto de uma grande mobilização popular.

Bolsonaro é funcional ao grande capital. Se Temer deu um passo na reforma trabalhista, Bolsonaro fez um estrago no direito dos trabalhadores que ninguém teve capacidade de fazer porque há uma hegemonia liberal no Congresso Nacional, nos tribunais superiores e até no tribunal do Trabalho

Pandemia, eleições e programa

O descontrole que a propagação da Covid-19 adquiriu no Brasil impacta todas as esferas da vida política, econômica, social, cultural e afetiva da população brasileira. Não há sentido em se pensar campanhas eleitorais sem levar em conta a devastação que estamos atravessando. Assim, candidaturas e programas com vistas às eleições municipais precisam ser criativas e incidir em temas concretos e transformadores das vidas das coletividades, em especial, dos mais pobres

Paulo Spina

A pandemia de 2020 produziu uma força avassaladora que rompeu o cotidiano das pessoas e compeliu transformações num curto período. As coordenadas de referência das instituições e da sociedade foram impactadas por incertezas estruturais. Os sentidos para o cenário atual e para a pós-pandemia estão em disputa, com crises entrelaçadas – sanitária, política e econômica – nas quais é possível constatar elementos conjunturais como aumento das opressões, desemprego, ampliação das desigualdades e aceleração dos confrontos políticos. Um momento importante

desse processo de conflito acontecerá nas eleições municipais de 2020 no Brasil.

Independente dos cenários que teremos nas campanhas eleitorais e nas eleições, vivenciaremos uma mudança completa para a qual não estamos nos preparando. Quero aprofundar neste texto o impacto da conjuntura para a realização dos programas eleitorais. As ideias em circulação neste processo político brasileiro serão fundamentais para os sentidos possíveis.

REVISAR PROGRAMAS

Um programa de governo que almeja transformar o *status quo*, mesmo em condições normais, precisa desafiar e vencer

uma força que atua na realidade para manter os acordos e esquemas. A pandemia, ao movimentar os cenários de maneira imprevisível, pode potencializar uma força de transformação. Entretanto, é preciso advertir a esquerda: qualquer programa imaginado antes da pandemia não serve para este momento. As racionalidades dispostas mudaram completamente e o primeiro passo é reconhecer que as respostas que vinham sendo dadas são insuficientes. Da mesma maneira, os métodos de construção de um programa que, na maioria das vezes, levam a elaborações fragmentadas, improvidas, superficiais e panfletárias precisam ser revistos.

A força atrativa para o centro, para barrar os avanços de uma ultradireita que está destruindo o país, precisa ser problematizada. É preciso estar nítido que foi também a racionalidade neoliberal que orbita o centro político hegemônico, aplicado pela direita e, infelizmente, também pela esquerda, que nos aproximou da encalacrada que tentamos sobreviver atualmente. Negar tal força de atração também não leva a mudança da realidade, pois o isolamento nos condena à impotência.

Avançemos em proposições concretas do que fazer. Penso que precisamos nomear soletrando palavra por palavra que nosso programa vai mudar o sentido do

Um programa de governo que almeja transformar o *status quo*, mesmo em condições normais, precisa desafiar e vencer uma força que atua na realidade para manter os acordos e esquemas. Entretanto, é preciso advertir a esquerda que qualquer programa imaginado antes da pandemia não serve para este momento

Estado – no caso da esfera municipal. Esta que, invariavelmente, constituiu-se numa relação de subordinação com outras esferas para sustentar o lucro de setores privados de grande porte, cobrar impostos e oferecer alguns serviços sociais precisará ser completamente transformada. A cidade deverá ser organizada para potencializar uma perspectiva comunitária de organização da vida.

Entretanto, para que uma organização comunitária da cidade? O que tal organização tem a ver com a pandemia? Em que isso beneficiaria as pessoas?

BENEFÍCIOS PARA O TOPO

As cidades foram constituídas para beneficiar o topo das pirâmides econômicas, políticas e sociais. Mesmo com grupos de pessoas criativas que reinventam realidades diante de cenários adversos, as cidades não servem para as pessoas mais pobres. São elas que morrem em maior número na pandemia e, dia a dia, passam por diversas mazelas que vão do caos no transporte à falta de acesso à saúde. Um Estado, na esfera municipal, que fortaleça uma organização comunitária poderá beneficiar as pessoas ao enfrentar diversos problemas transformando a cidade em um espaço que poderemos exercer nossa potência criativa e colaborativa para criarmos nossos filhos e melhorarmos nossa própria realidade.

Tal proposta orientadora de um programa encontra três campos com grandes aliados na sociedade: os que defendem direitos sociais como, em geral, trabalhadores públicos; moradores das periferias, sobretudo as mulheres, que já vivenciam no cotidiano a necessidade de redes de apoio mútuo; e os pequenos comerciantes ou pequenos negócios que oferecem produtos e serviços em comunidades periféricas.

Um programa numa perspectiva comunitária exige de nós a construção de uma constelação de processos envolvendo escuta, imaginação, cooperação e criação que signifiquem uma democracia de alta intensidade capaz de nos tirar da apatia e nos mostrar que a normalidade anterior tinha uma face autodestrutiva.

Para avançarmos em transformações precisamos compartilhar convicções que – apesar das inúmeras possibilidades de posições diferentes entre nós – aponte-

-nos um sentido de mudança. O primeiro momento de elaboração de um programa é a análise coletiva dos principais problemas da cidade. Analisar como a população local compreende suas necessidades, fazer um diagnóstico histórico da evolução dos problemas e identificar as ineficiências das administrações anteriores. Tal momento diagnóstico deve ser acompanhado de formulações gerais e concretas que apontem o sentido dessa análise, o horizonte de transformação almejado e, também, considerar as dimensões diferentes presentes do urbano: os bairros, as relações funcionais, econômicas e relacionais com a região e com cidades vizinhas. Sugere-se sete formulações concretas que podem ser a base para analisar a realidade e propor um programa de transformação:

1. DAS ESTRUTURAS SISTÊMICAS DE CORRUPÇÃO AO MODELO DE GOVERNO ABERTO

O histórico político de administração dos territórios desde as capitânias here-

ditárias e a divisão do pacto federativo contemporâneo privilegiaram o benefício de castas políticas, econômicas e sociais. É desse processo de constituição de regalias

e racismo estrutural que a corrupção sistêmica se instalou. É óbvio que os valores de justiça e honestidade das pessoas à frente de uma prefeitura importam, mas o funda-

Nosso programa vai mudar o sentido do Estado, na esfera municipal. O poder público que se constituiu numa relação de subordinação com outras esferas para sustentar o lucro de setores privados de grande porte, cobrar impostos e oferecer alguns serviços sociais precisará ser completamente transformado

mental é um programa capaz de mudar a estrutura que combaterá e impedirá a corrupção sistêmica que assola as prefeituras do nosso país. Quais são as formas atuais de gestão que facilitam a corrupção? Quais são os processos de centralização do poder que impedem uma transparência efetiva em determinada cidade? Como transformar o poder público de forma a combater sistematicamente a corrupção?

A centralização e falta de transparência são, nitidamente, problemas da gestão que favorecem a lógica da corrupção sistêmica. É completamente necessário ascender as luzes de todos os espaços do poder municipal, promovendo uma efetiva transparência das ações em cada segmento – o Governo Aberto.

Governo Aberto é um conjunto de medidas de transparência que envolve a criação de um observatório independente dos gastos públicos; plataformas permanentes de participação e controle dos gastos em todas as ações governamentais ou que envolvem investimentos públicos; audi-

Quais são as formas atuais de gestão que facilitam a corrupção? Quais são os processos de centralização do poder que impedem uma transparência efetiva em determinada cidade? Como transformar o poder público de forma a combater sistematicamente a corrupção?

toria de todos os contratos municipais; revisão e reversão de contratos contrários ou que mercantilizam o bem comum e os direitos sociais; redução constante dos custos do alto escalão do governo e cargos de confiança; metodologias transparentes de avaliações coletivas dos serviços públicos ou comunitários; planos de desenvolvimento por bairro e planos setoriais – impulsionado pelo poder municipal e realizado coletivamente com a população; orçamento e definição de prioridades de forma participativa; publicação de declaração patrimonial e conflito de interesses de funcionários do alto escalão; monitoramento de execução dos planos dentro dos prazos; e programa de proteção aos denunciadores de corrupção.

2. DA SOLIDÃO DAS CIDADES PARA A AMPLIAÇÃO DA SOLIDARIEDADE E DA POTÊNCIA CRIATIVA COMPARTILHADA

As cidades atualmente são organizadas para o desenvolvimento de um suposto desempenho individual competitivo, no qual as pessoas se esbarram numa correria que atende aos interesses das mercadorias e não o das próprias pessoas. As cidades se tornaram ambientes hostis para os próprios habitantes, fazendo das pessoas seres atomizados, sem uma rede que possam compartilhar problemas e soluções e, dessa forma, desperdiçam um potencial criativo que só pode emergir a partir de espaços comuns. Mesmo em cidades pequenas, o isolamento tem sido uma realidade comum. Onde e quando os moradores de determinada cidade se sentem isolados, abandonados ou desprezados pela estrutura pública ou comunitária? Como uma cidade pode envolver os diversos segmentos da sociedade, sobretudo, os mais vulneráveis, em determinado planejamento e execução da política urbana?

Mudar o sentido do poder municipal significa colocar toda a estrutura de governo a serviço das pessoas e comunidades, como indutor da solidariedade e de processos compartilhados que estimulem a criatividade e a resolução dos problemas comuns. São fundamentais formulações capazes de maximizar o potencial da cidade por meio de um sólido conhecimento da realidade urbana de cada bairro. Isso só é possível por meio de uma segmentação com estruturação urbana do território em



uma efetiva escala de intervenção colaborativa, fomentando, dessa forma, a coesão e o bem viver dos moradores. É a territorialização das políticas com efetiva participação popular por meio da combinação de coordenação horizontal comunitária com regulação, investimento e coordenação vertical pela prefeitura.

3. DA GESTÃO CENTRALIZADA E INEFICIENTE PARA A MULTIPLICAÇÃO DOS COLETIVOS COMUNITÁRIOS E DE TRABALHADORES

A estrutura do poder municipal nas diversas cidades do Brasil, com o poder executivo centralizado nas figuras de prefeitos e secretários determinando o planejamento e a execução das políticas, tem sido espaços, em geral, associado a interesses de minorias privilegiadas. Quais são os processos de centralização do poder que impedem uma gestão efetiva em benefício das classes populares? Quais medidas são necessárias para a transformação do arcabouço do poder municipal?

O sentido de transformação deve apontar para a descentralização do poder de planejar e executar as políticas urbanas. Dessa forma, a estrutura clientelista de governos executivos e câmaras municipais que regulam, filtram e distribuem políticas de acordo com seus interesses precisa ser modificada na base por meio da multiplicação de coletivos comunitários e de trabalhadores que podem se transformar em planejadores, influenciadores e executores de políticas urbanas, por meio de chamamentos públicos democráticos, transparentes, orientados para um determinado fim, regulados e avaliados por princípios governamentais construindo um tecido social de comunidades urbanas.

Com essa proposição política, afirma-se o entendimento de que os bairros pertencem a moradoras e moradores, trabalhadoras e trabalhadores, com a constituição de projetos e estratégias comuns de fortalecimento social, que podem resultar em obras de melhorias urbanas, paisagísticas e arquitetônicas realizadas pelos próprios coletivos por meio de processos públicos, transparentes e democráticos. Busca-se a solução dos desafios e problemas locais na própria comunidade, baseando-se em habilidades e experiências.

O sentido de transformação deve apontar para a descentralização do poder de planejar e executar as políticas urbanas. Assim, a estrutura clientelista de governos executivos e câmaras municipais que regulam, filtram e distribuem políticas de acordo com interesses precisam ser modificados na base por meio da multiplicação de coletivos comunitários e de trabalhadores

4. DO ENRAIZAMENTO DO PRECONCEITO AO VIR-A-SER DAS SINGULARIDADES PRÓPRIAS

Infelizmente, as realidades das cidades e das comunidades não estão imunes à ampliação do preconceito e da discriminação engendrada pela política reacionária de uma extrema direita no poder federal. Não podemos ignorar que a irrupção de uma antipolítica que expressa ódio ao invés de diálogo traz problemas concretos para o nível municipal. Como tal fenômeno ganha contornos concretos na dimensão local?

Para o desenvolvimento de um programa e o enfrentamento desse grande problema, duas questões devem se entrecruzar na direção de soluções. Como será possível uma administração, que tem como base o envolvimento participativo, lidar com indivíduos e coletivos que se expressam politicamente destilando ressentimentos, ódio e preconceitos? Como um programa pode engendrar e potencializar uma mentalidade solidária e afetos fortalecedores do diálogo com o diferente?

Não há saída fácil. É preciso instituições transparentes e processos democráticos que acolham os coletivos e os cidadãos de forma completamente imparcial, aberto a divergências, mas que barre expressões públicas de misoginia, homofobia, racismo, demais preconceitos, difamações e mentiras. Um poder municipal que possibilite políticas urbanas e comunitárias que fortaleça o vir-a-ser de singularidades próprias.

5. DO RECONHECIMENTO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA A MUDANÇAS EFETIVAS NO PARADIGMA ECONÔMICO DA CIDADE

A pandemia de 2020 arrefeceu o debate sobre a emergência climática que vinha ganhando as ruas com protestos mundiais organizados por estudantes. O reconhecimento de que o nosso tempo histórico, além da pandemia, tem o desafio de implementar medidas urgentes relacionadas à diminuição do impacto ambiental traz consequências para um programa municipal transformador.

Uma das questões que dificultam o aprofundamento de medidas de proteção ambiental está relacionada à associação comum entre o modelo econômico e o crescimento e à melhora de índices sociais



e de qualidade de vida da população. Como podemos organizar as cidades para diminuir o impacto ambiental e ampliar o acesso das pessoas a uma vida de qualidade?

Está claro que medidas pontuais não irão produzir mudanças no ritmo necessário para o planeta. E, independentemente do tamanho da cidade, cada programa deve ter a coragem de propor um plano de transição que garanta diminuição significativa do impacto ambiental com a efetiva mudança do modelo econômico da cidade.

Soluções caminham na direção da economia circular; economia de base comunitária; comércio de proximidade; uso eficiente de recursos; processos e cadeias produtivas da cidade e padrões de consumo; trabalho inclusivo e renda básica de remuneração do trabalho doméstico; soluções ecológicas baseadas na natureza como edifícios ecológicos, transporte público sustentável e energia renovável, entre outras.

6. DA CRISE DO SERVIÇO PÚBLICO À REINVENÇÃO PARTICIPATIVA COM AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS

Os trabalhadores públicos de diversas áreas têm sido constantemente atacados

O sentido da transformação do serviço público de diversas áreas deve ser o de potencializar as relações de trabalho, de forma solidária, achatando hierarquias, fortalecendo autonomia, transparência e criatividade desses serviços

pelas políticas e estão subordinados a gestões estruturalmente opressoras. Candidatos de todos os matizes vão proclamar com discursos eficiência da gestão, valorização dos trabalhadores e meritocracia. Entretanto, com a manutenção da estrutura opressora – seja gerido diretamente pelo Estado, seja pelas gestões privatizadas – o resultado só poderá ser de aprofundamento da crise do serviço público.

Um programa transformador para as cidades deverá reconhecer que o problema é estrutural e ter a coragem para fazer uma reinvenção do serviço público a partir dos próprios trabalhadores e dos usuários dos serviços. Qual deverá ser o sentido dessa reforma do sistema público? Como avançar em tais mudanças ampliando direitos para a população?

O sentido dessa transformação do serviço público de diversas áreas deve ser o de potencializar as relações de trabalho, de forma solidária, achatando hierarquias, fortalecendo autonomia, transparência e criatividade dos serviços nos planejamentos estratégicos compartilhados entre trabalhadores e comunidades. Isso combinado a ações verticais de avaliações



constantes, regulações gerais, difusão das melhores práticas e investimentos.

7. DO CAOS NO TRÂNSITO, ÀS VIAS ABERTAS PARA AS CLASSES POPULARES

O aparente não planejamento das cidades com o trânsito caótico, tornam-se um dos principais exemplos com os veículos particulares em abundância e, principalmente, as enormes distâncias que os trabalhadores precisam percorrer entre as casas e os trabalhos, na verdade, são resultados de políticas que seguem o planejamento e a lógica dos privilégios de elites empresariais ligadas ao transporte. Tal organização dos deslocamentos nas cidades não serve aos trabalhadores e, ainda, impactam de forma significativa e nociva o ambiente.

É preciso transformar a lógica de des-

locamento e não apenas acrescentar promessas de melhorias no transporte de massa ou tipos de transporte alternativo. Com a pandemia e os reais receios de proximidade social, as pessoas sentiram-se atraídas para o transporte individual, que resultará em piora do trânsito e mais poluição ambiental. Só uma administração municipal disposta a mudar a lógica do transporte poderá inverter tal comportamento pós-pandemia. Como modificar a lógica do transporte nas cidades?

São quatro ações simultâneas que poderão provocar uma reforma do transporte nas cidades, para que o deslocamento das pessoas se torne um direito social e não uma mercadoria: diminuição gradativa dos custos do transporte para os usuários em direção à tarifa zero; ampliação efetiva da frota de ônibus com qualidade e con-

forto; mudanças na forma de contrato e remuneração de empresas do transporte; e acréscimo do transporte público por ônibus na modalidade aplicativo.

FINANCIAMENTO, URGÊNCIAS E PRIORIDADES

De forma geral, um programa também precisa se aprofundar no orçamento e apontar as fontes de financiamento de cada proposição, demonstrar a urgência das mudanças com medidas emergenciais para os primeiros seis meses e criar um índice de prioridades temporais na sua aplicação.



Paulo Spina é cientista político. Estuda participação popular e as conexões com as eleições.



Que tipo de frente política o Brasil precisa?

Milton Temer e Félix Sánchez apresentam suas posições nos próximos dois artigos

Bloco de esquerda, é com esse que eu vou!

Milton Temer

Frentes se formam contra um “quem” ou contra um “o que”; contra um déspota ou contra o regime como um todo. Contra a simples derrubada de Bolsonaro, ou contra ele e mais a essência de seu regime. Essa essência é fundada no pacote de contrarreformas antissocial e na degradação do patrimônio público e até da própria soberania territorial (como na entrega da base de Alcântara e na subalternidade militar a comandos estrangeiros).

Para uma parte da oposição brasileira, o objetivo de derrubar Bolsonaro se limita a esse primeiro foco, numa solução lampeduseana para manter a essência do que vem sendo posto em prática pelo seu governo voltado a “tirar o Estado do cangote dos empresários”. Ou seja, em transformar o Estado em instrumento forte de opressão do capital sobre o mundo do trabalho.

Nesse contexto, nada mais amplo do que defender um bloco de esquerda no confronto com os projetos autoritários em qualquer de suas formas. Contra o neofascismo, contra o neonazismo, ou contra algo mais próximo da realidade latinoamericana, o toscofujimorismo. É num Bloco de Esquerda que as forças populares se relacionam com as correntes moderadas para as ações táticas que se limitem à luta pela derrubada de Bolsonaro.

Mas tais ações táticas não podem elidir o que já está em jogo nessa etapa preliminar. Qual o projeto para a fase posterior? Essa discussão já se dá no âmbito da direita e centro-direita quando se disputam nos diversos manifestos. Para alguns, uma formulação anódina, quase despolitizada, chegando até à necessidade de “correções” formais que não cheguem ao âmago da questão. Sem tocar na manutenção da essência do modelo macroeconômico radicalmente pró-grande capital, posto em prática a partir do segundo governo Dilma, aprofundado no governo golpista de Michel Temer, e

radicalizado sob a égide do mercantilismo sem peias do *Posto Ipiranga* Paulo Guedes.

FIM DA LEGISLAÇÃO ANTIPOVO

É a partir daí que a existência de um bloco de esquerda na frente se torna imprescindível. Pois, sem que ele se forme e

Nada mais amplo do que defender um bloco de esquerda no confronto com os projetos autoritários em qualquer de suas formas. Contra o neofascismo, contra o neonazismo, ou contra algo mais próximo da realidade latinoamericana, o toscofujimorismo

se consolide, as lutas se manterão no terreno das notas e manifestos na pressão sobre as ditas instituições republicanas.

Na saída lampedusiana do “muda tudo para não se mudar nada”, tudo se concretizaria em mais uma fatídica “transição pelo alto” com que fomos brindados na instalação da Nova República, que nos levou

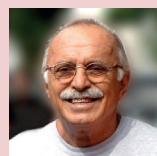
ao neoliberalismo tardio de Collor e FHC nos anos 1990, e à rendição ideológica de Luís Inácio já no século XXI. Desse caldo, o povo brasileiro não resiste a beber mais. E vai beber, mergulhando no desespero e na barbárie, se a esquerda combativa se mantiver nos limites retóricos, condenatórios da pressão que vale, nas mobilizações de rua, esperando que o candidato a ditador autorize suas iniciativas.

Não há alternativa civilizatória para o Brasil pós-pandemia que não a que passe pelo fim da legislação predadora e antipovo dos últimos anos, sem o cancelamento do famigerado teto de gastos e da contrarreforma trabalhista, sem uma reforma tributária que vire de cabeça para baixo a escala de taxaço do imposto de renda, aliviando os que vivem de salário, e impondo impostos pesados sobre o rentismo e sobre os lucros e dividendos, hoje isentos.

Não há alternativa civilizatória sem uma investida sobre os privilégios do sistema de mercado. Não há alternativa civilizatória, enfim, ao restabelecimento do Estado como instrumento indutor, não do desenvolvimento voltado para um indefinido “crescimento”, mas para a garantia de políticas públicas estratégicas na área social.

Não há alternativa civilizatória, enfim, enquanto não se colocar um fim na esbórnia dos meios de comunicação que operam por concessão de serviço público, e sustentando a verdadeira democratização da mídia por meio da garantia do ponto e contraponto em todos os temas que digam respeito ao interesse público.

E isso tudo só será levado em conta se houver um bloco de esquerda disputando políticas na frente de esquerda. **Luta que Segue!**



Milton Temer é jornalista e ex-deputado federal (1995-2002)

A tarefa da hora: uma ampla frente contra a Covid-19 e Bolsonaro

Félix Sánchez

Vivemos um tempo histórico peculiar, numa época de paradoxos que colocam a sociedade brasileira diante da degradação da uma vida democrática. Nossa democracia nunca foi plena, foi sempre dolorosamente incompleta a despeito do mantra que proclama uma suposta plenitude do funcionamento das instituições. É preciso reconhecer essa limitação histórica da democracia, mesmo diante do bolsonarismo encastelado no poder Executivo.

A necessidade de massificar a campanha pelo Fora Bolsonaro é um óbvio ululante. Bolsonaro e o bolsonarismo ferem cotidianamente o mais elementar sentido de democracia, mesmo esta nossa, ainda mais limitada depois do golpe institucional de 2016, que derrubou um governo constitucionalmente eleito.

Naquela ocasião, tivemos uma participação ativa em uma campanha conservadora intensa que, depois, já em 2018, diante do fiasco do governo Temer, promoveu a convergência da extrema direita proto-fascista com os cavaleiros da ordem que haviam cerrado fileiras no golpe de 2016 em nome de uma colossal reversão de direitos sociais e trabalhistas.

Os golpistas e apoiadores da conspiração que resultou no último ataque tiveram a missão de definir uma nova correlação de forças entre as classes sociais. Era preciso precarizar direitos e, assim, aguçar as violências cotidianas e estatais, numa sociedade habituada a desconhecer e até renegar setores amplamente majoritários composto por negros, mulheres, idosos, migrantes e LGBTQTIQ. Grandes segmentos empresariais e políticos tradicionais apostaram, com Bolsonaro, numa opção capaz de aumentar estrondosamente a exploração da mão de obra livre do país e no sepultamento dos direitos e condições de vida em nome do fortalecimento da competitividade neoliberal do Brasil.

A resposta ao fracasso monumental da aposta golpista de 2016, expressa no fra-

caso do governo Temer, dinamitou a opção eleitoral tucana de Alckmin em 2018. E, assim, só restou a essa elite a solução do tenente expulso das Forças Armadas para ser capitão da reserva – figura que cultivou durante quase 30 anos concepções extremistas, anticientíficas, de violência saudosista da implantação de um amalucado gulag no país.

Chegamos ao absurdo de o ministro da Saúde ser um general que não é médico. Algo que não se vê em nenhum lugar do mundo. O senso comum da sociedade clama em todo canto para o Brasil acabar com o governo Bolsonaro e suas políticas genocidas

ULTRALIBERAL E ANTIDEMOCRÁTICO

Tudo isso fez de Bolsonaro o presidente. Seu governo é uma amálgama política alicerçada na implementação de uma política ultraliberal privatista, antidemocrática e antipopular. Na mal-ajambrada composição do bolsonarismo oficial, encontram-se os objetivos de preservar os interesses do agronegócio, de privatizar tudo o que for possível, de aplicar uma política econômica que estimule a lucratividade do capital financeiro e de dar continuidade aos ataques aos direitos sociais dos trabalhadores

formais e informais precarizados da larga e quase unânime legião de milhões que compõem nossa poderosa classe trabalhadora.

Para piorar a vida, abateu-se sobre a humanidade e o país uma pandemia que afeta a todas e todos. Isso gerou uma formidável crise econômica que se soma à crise da saúde, trazendo uma gigantesca onda de desemprego em todos os países e a demanda por serviços de saúde capazes de salvar as vidas ameaçadas pela Covid-19.

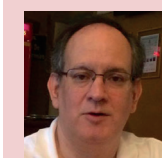
Nunca como hoje foi tão necessário ter, em nosso país, um governo comprometido em priorizar recursos e esforços para enfrentar a pandemia.

O governo Bolsonaro nada fez. Pior: negou a gravidade da doença, transformou o Ministério de Saúde em cabide de empregos de militares enquanto em todos os cantos do país só tem morte e abandono. Chegamos ao absurdo do Ministro da Saúde ser um general que não é médico. Algo que não se vê em nenhum lugar do mundo.

Sem falar das populações que moram na Amazônia, que foram entregues ao garimpo, à mineração e ao desmatamento, que põem em risco o povo e a riqueza desse pedaço fundamental da vida do planeta.

O senso comum da sociedade clama em todos cantos do Brasil e do mundo a acabar com o governo Bolsonaro e suas políticas genocidas responsáveis pela morte e o sofrimento da maioria. Nossa força deve promover a larga unificação de todos para acabar com o governo Bolsonaro já. Chega dele e seus aliados que promovem morte e destruição dos nossos direitos e das nossas vidas. Fazer uma ampla frente contra a Covid 19 e a morte que una todas e todos é a imensa tarefa nessa hora.

Fora Bolsonaro!



Félix Sánchez, paraguaio e paulistano por opção. Foi fundador e dirigente do Sindicato de Jornalistas do

Paraguai. É professor de Sociologia e militante da Coalizão do Clima



O Estado na crise da Covid-19

A crise sanitária provocada pela Covid-19 e o impacto sobre o nível de atividade econômica levaram governos do mundo inteiro a se colocarem como protagonistas no combate à doença e a adotarem uma série de medidas com o intuito de mitigar a grave crise econômica e social que assola os países. O volume de recursos envolvidos nessas ações não é desprezível, com destaque para os realizados pelas economias mais fortes. Esse fato levou muitos a caracterizarem essas ações como keynesianas e a considerarem que o mundo pós-pandemia não seria mais neoliberal. É sobre isso que trata este artigo

Rosa Maria Marques

AS MEDIDAS ADOTADAS

Em março, mês em que a Organização Mundial da Saúde (OMS), diante da propagação do novo coronavírus no globo,

definia que estávamos vivendo uma pandemia. Importantes instituições como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) defenderam enfaticamente que as perdas decorrentes da crise fossem assu-

midadas pelo Estado, ou seja, que ele atuasse como emprestador de última instância, e que houvesse uma ação conjunta dos governos para vencer as ameaças sanitária, econômica e social provocadas pela Covid-19, respectivamente.

O Banco Mundial destacou, ainda, a necessidade de as cadeias de pagamento serem protegidas, a simplificação da reestruturação extrajudicial da dívida ou de formas mais radicais como moratória ou programas de adiamento dos pagamentos (para países da América Latina e Caribe) e a possibilidade dos governos, para garantir empregos e apoiar empresas, assumirem participações de propriedade em empresas estratégicas. Já a OCDE, por meio do secretário geral, Angel Gurría, defendeu, além do esforço científico conjunto para garantir o desenvolvimento da vacina, a necessidade de os governos reforçarem a economia, atenuando o impacto negativo imediato mediante três categorias de despesas.

A primeira, em cuidados da saúde: financiar o uso intensivo de testes, o tratamento universal dos pacientes, o fornecimento de equipamentos de proteção individual para os profissionais da área e a disponibilização necessária de unidades de cuidados intensivos e de respiradores, entre outros.

A segunda, dirigida aos trabalhadores e suas famílias: financiar empregos temporários, permitir condições mais flexíveis para a obtenção do seguro-desemprego, destinar transferências de renda para trabalhadores por conta própria e garantir assistência aos mais vulneráveis.

A terceira, voltada às empresas: considerar o adiamento do pagamento de encargos e impostos; reduzir ou diferir temporariamente o imposto sobre o valor adicionado (IVA - principal imposto na Europa); garantir acesso mais amplo ao capital de giro com a criação de linhas de crédito ou garantias estatais; criar dispositivos especiais de sustentação às pequenas e médias empresas, especialmente nos setores de serviços e turismo.

Essas ações seriam combinadas com esforços de regulação e supervisão financeira pelos bancos centrais e com o combate ao alto endividamento das empresas e à desigualdade econômica entre as empresas.

E, assim, procederam os governos pelo mundo, dos mais progressistas aos que têm seus presidentes claramente identificados como sendo de direita.

POLÍTICAS FISCAIS E MONETÁRIAS

O conjunto de medidas adotado pelos países pode ser agrupado em duas categorias, além daquelas relacionadas ao iso-

É necessário financiar empregos temporários, permitir condições mais flexíveis para a obtenção do seguro-desemprego, destinar transferências de renda para trabalhadores por conta própria e garantir assistência aos mais vulneráveis

lamento social: políticas fiscais e monetárias; e políticas de emprego e social.

De maneira geral, as medidas visaram manter os contratos, adiando e cancelando pagamentos e propondo, em certos casos, a renegociação; manter a liquidez na economia mediante o aumento da oferta monetária; introduzir linha de crédito mais favorável às pequenas e médias empresas; fomentar o crédito para o capital de giro das empresas, especialmente com vista ao pagamento dos salários dos trabalhadores; apoiar os setores de atividade mais afetados pela crise econômica; manter empregos; aumentar a faixa de isenção dos serviços essenciais; ampliar a cobertura da transferência de renda para a população para os novos necessitados, imediatamente prejudicados pela paralisação das atividades econômicas; flexibilizar o acesso ao seguro desemprego; aumentar a disponibilidade de recursos para as ações da área de assistência social e serviços de saúde, nisso incluída a compra de materiais e equipamentos necessários ao combate à Covid-19, entre outras medidas. Parte dessas ações foram objeto de crítica em diversos países, seja pela demora da aplicação e/ou pela baixa efetividade.

Ao mesmo tempo, quando se tornou evidente a profundidade da crise econômica e a dificuldade que os países teriam para retomar a atividade, o que implicaria a permanência por um longo tempo de um amplo segmento da população em condição de pobreza, houve a retomada da discussão em torno da proposta de uma renda básica. Diferentemente do que ocorreu em outros momentos, essa proposta passou a ser defendida por economistas e personalidades até há pouco identificados com o pensamento neoliberal. No máximo, para sermos generosos, situados em um campo bastante heterodoxo, mas que dificilmente justificam a renda básica como um direito nascido do reconhecimento de que a sociedade deve garantir a todos o acesso ao que se considera o mínimo necessário não só para as pessoas sobreviverem, mas para poderem participar integralmente de todas as atividades, nisso incluído o lazer, a cultura, a educação, a saúde, etc.

SERÁ O FIM DO NEOLIBERALISMO?

Frente a esse evidente protagonismo do Estado (realizado por governos com diferentes orientações), não foram poucos os



NEW FRAME

que começaram a dizer que a pandemia teria enterrado o neoliberalismo e que, de certa forma, todos os governos teriam se tornado keynesianos. Os que assim procederam estão equivocados e o erro deriva da não compreensão de pelo menos três aspectos:

1 – DE QUE O NEOLIBERALISMO NÃO CONSTITUI um “regime” de acumulação e sim a expressão, no plano da política econômica e no plano do ordenamento e da reprodução societal, de um específico regime de acumulação.

2 – DE QUE A CONDUÇÃO NEOLIBERAL DO ESTADO não implica um Estado Mínimo e sim uma clara escolha das atividades onde ele atua, entregando outras ao setor privado, especialmente aquelas identificadas com o período dos trinta anos que se seguiram à II Guerra Mundial, conhecido como Estado do Bem-Estar.

3 – DE QUE O ESTADO É UM INSTRUMENTO de dominação de classe (das classes capitalistas e proprietárias), que deve prezar pela manutenção da dominação.

Há mais ou menos quarenta anos, o

capital que está no centro das relações econômicas e sociais é o capital portador de juros (chamado de capital financeiro pela mídia). Esse capital, especialmente na forma de capital fictício, não tem nenhum comprometimento com a geração de emprego e renda, colocando-se numa posição de exterioridade à da produção. Como dizia Marx, dinheiro que faz dinheiro sem passar pelas agruras da produção. E desde que esse capital readquiriu liberdade para atuar (quando foram procedidas as desregulações financeiras), o crescimento foi descomunal, principalmente enquanto capital fictício, equivalendo a dez vezes o PIB mundial.

A liberdade de ação desse capital somente pôde ser promovida se, simultaneamente, fosse defendida a liberdade de todos os capitais, isto é, se fosse colocada em marcha uma ampla desregulamentação, de modo a eleger o mercado “locus” da alocação ótima de recursos. É o que aconteceu.

A SUPREMACIA DEFINIDORA

São esses os fundamentos que nos permitem afirmar que, nas últimas décadas, a reprodução do capital ocorreu sob a supremacia do capital portador de juros, o que acarreta um conjunto de consequências no plano econômico e social que, no espaço deste artigo, não podemos aqui aprofundar.

Apenas para lembrar as principais, mencionamos: baixo crescimento; baixo nível de investimento; elevado desemprego; queda da participação dos salários na renda nacional dos países; e aumento da desigualdade e da pobreza. A dominância desse capital expressa-se, no plano ideológico e das políticas empreendidas pelos Estados, como neoliberalismo, de modo que um não pode existir sem o outro.

Pensar que a pandemia encerrou o neoliberalismo e que o mundo pós-pandemia pode se organizar de uma outra forma pela simples razão de o Estado ter assumido o protagonismo no combate à Covid-19 e à crise por ela provocada é esquecer este fato básico: que a dominância do capital portador de juros e neoliberalismo constituem uma unidade indissociável. Além disso, considerar o neoliberalismo superado é desconsiderar que o período anterior, o dos trinta anos dourados, foi resultado de uma especial configuração de fatores econômicos, políticos e sociais que se seguiram ao final da II Guerra Mundial, os quais não estão presentes no atual cenário mundial.

Ademais, o aumento do gasto dos governos observado no mundo todo – para lastrear as medidas mencionadas – não é sinônimo de abandono do neoliberalismo.

O ESTADO DAS FINANÇAS

Ao contrário do que muitos dizem, o neoliberalismo não propõe a construção de um Estado Mínimo, mas o abandono pelo Estado de certas áreas ou atividades e a entrega da economia ao setor privado. Isso, em geral, é acompanhado do aumento do Estado, sobretudo, na área de segurança e de produção de armamentos. Os Estados nacionais, mesmo aqueles que promoveram acentuada privatização de suas empresas e que diminuíram a responsabilidade nas áreas sociais, privatizando quase que totalmente a saúde e a educação, não viram o tamanho ser reduzido como percentual do PIB.

Um terceiro aspecto que precisa ser levado em conta – para se analisar o significado dos Estados terem assumido o protagonismo nesse momento de pandemia – decorre da sua natureza enquanto instrumento da manutenção da forma de dominação vigente. Na situação do avanço da Covid-19, seria totalmente inimaginável supor que os governos nada fizessem para frear a contaminação, para garantir as ações e



REVISTA SOCIALISMO e LIBERDADE

No mundo pós-pandemia, é possível que os Estados das principais economias do mundo concedam especial atenção aos sistemas de saúde, fortalecendo o lado público e elevando o nível do gasto da assistência social em geral

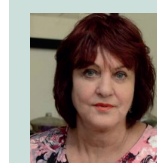
serviços de saúde e mesmo para mitigar os efeitos da crise econômica decorrente da crise sanitária. O custo político disso seria enorme, provocando um cenário de desestabilização num segundo momento.

O papel assumido pelos diferentes governos, mesmo aqueles que agiram de forma mais tímida ou descompromissada, é o de garantidor da soberania nacional, o qual o inimigo externo foi substituído pela Sars-CoV2. Permitir a entrada sem nada fazer é atestar a incapacidade de manter a ordem constituída, isto é, a manutenção da dominação das classes dominantes sobre o conjunto da população trabalhadora e, para isso, é fundamental a manutenção da coesão social. Mesmo se colocando na coluna da frente da batalha contra a Covid-19, aqueles que cometeram erros e titubeios durante a condução da pandemia não passarão impunes e serão cobrados em um momento futuro.

Uma última observação se faz necessária. No mundo pós-pandemia, é possível que os Estados das principais economias do mundo concedam especial atenção aos sistemas de saúde, fortalecendo o lado público e elevando o nível do gasto da assistência social em geral.

A EXPANSÃO DO GASTO NA PANDEMIA

A resignificação do sistema público decorre do fato de esta não ser a última pandemia a que estaremos submetidos. Frente a essa possibilidade, os governos procurarão estar preparados, inclusive mantendo ou desenvolvendo a indústria da saúde para não ficar dependente, como foi o caso da maioria dos países, da produção de equipamentos e reagentes dos testes altamente concentrada na China e na Índia. A expansão do gasto com assistência social, por sua vez, será obrigatória, decorrente da necessidade da manutenção da coesão social em um mundo em que a população pobre terá aumentado significativamente como resultado da crise.



Rosa Maria Marques é professora titular do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia

Política da PUCSP e ex-presidenta da Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABRES)



ALBERTO MEIER - CNN

Os desafios do SUS para o enfrentamento do novo coronavírus

A construção do Sistema Único de Saúde se deu na mesma dinâmica e no mesmo período histórico das lutas pelo fim da ditadura. Assim, ele se enfraquece quando a democracia é atacada. O princípio da universalização do sistema reafirma a saúde como um direito a ser garantido pelo Estado e não como uma mercadoria. O combate à doença se articula com a derrota de um governo com claros objetivos autoritários

Antônio Gonçalves Filho

O Sistema de Seguridade Social brasileiro estabelecido pela Constituição Federal de 1988, composto pelas políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social é, sem dúvida, fruto da luta de classes e tem como característica a primazia do Estado como garantidor de direitos aos trabalha-

dores. Em decorrência disso, tem sido alvo constante de alterações no contexto das contrarreformas neoliberais.

No atual momento, no qual enfrentamos a maior crise sanitária dos últimos cem anos, o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil tem cumprido um papel fundamental ainda que carente de financiamento e estruturação.

A existência de políticas sociais, de um modo geral, é atribuída à constituição da sociedade burguesa e decorrente do modo de produção capitalista, porém, como afirma Behring (2006), constata-se que o estabelecimento da questão social dar-se ao mesmo tempo em que os trabalhadores assumem um papel político relevante e até revolucionário.

DEMANDA POR DIREITOS

No Brasil, a demanda social por direitos ganhou força no final do século XIX e início do século XX, decorrente, dentre outros fatores importantes e estruturais, do processo de industrialização e do surgimento da classe operária brasileira. Greves e manifestações, influenciadas pela experiência sindical anarquista dos imigrantes europeus, contribuíram para conquistas futuras como a Previdência Social, marco na história da proteção social no Brasil.

Há de se considerar a importância da Revolução Russa de 1917, que buscou atender as reivindicações mais imediatas das camadas populares, e da formação, em 1922, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que firmou uma inevitável conjuntura política de bipolarização mundial: de um lado os países capitalistas liberais em crise e do outro a consolidação da União Soviética Socialista.

LIBERALISMO EM XEQUE

A grande depressão econômica que se inicia em 1929, põe em xeque os funda-

No Brasil, a demanda social por direitos ganhou força no final do século XIX e início do século XX, decorrente, dentre outros fatores importantes e estruturais, do processo de industrialização e do surgimento da classe operária brasileira. Greves e manifestações, influenciadas pela experiência sindical anarquista dos imigrantes europeus, contribuíram para conquistas futuras como a Previdência Social, marco na história da proteção social no Brasil

mentos do liberalismo econômico e instaura uma forte crise de legitimidade do capitalismo. Nesse ambiente, surge a Teoria Geral de John Maynard Keynes (1936), que rompe com a visão de livre mercado, em favor da intervenção estatal na economia. No período pós II Guerra Mundial, o keynesianismo foi tomado como base para a construção do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), demandando do poder público, além da regulação da economia, o incremento das políticas sociais, visando garantir a universalização dos direitos fundamentais dos cidadãos, dentre eles, saneamento básico, saúde, educação, moradia, transporte e lazer. Tem início, portanto, o que se costuma denominar de “a era de ouro” do capitalismo nos países centrais.

O novo pacto social do pós-guerra possibilitou transformações nas políticas de saúde de diversos países, como a implantação do National Health Service no Reino Unido, em 1948, primeiro sistema estatal em país capitalista. Trata-se de uma das resultantes do Relatório Beveridge de 1942, que também fundamentou o Welfare State, assim como as reformas canadenses de 1974 e aquelas resultantes da queda das ditaduras de Portugal (1974) e da Espanha (1975). Na Itália, as mudanças no sistema de saúde demandaram três décadas para que se concretizassem, dada a correlação de forças políticas.

Além da Revolução Russa, outros processos revolucionários também buscaram implementar políticas universais de saúde ao longo do século XX. Na China, em 1949, foram constituídos os “médicos de pés descalços”, profissionais de saúde sem uma formação clássica em medicina, cuja ação estava voltada para medicina preventiva e promoção em saúde. A Revolução Cubana (1959) implementou o sistema de saúde mais bem estrutura das Américas. Na Nicarágua, a Revolução Sandinista de 1979 dedicou-se à redistribuição da riqueza, bem como à promoção da saúde e da educação.

BRASIL, DITADURA E ATRASO

O Brasil, devido ao golpe civil-militar de 1964, sofreu um atraso de décadas na construção de políticas universais de proteção social e só experimentou quando a prosperidade econômica do pós-guerra chegou ao fim.



MARCIELLO CASALINI / AGENCIA BRASIL

Nesse período, o sistema de saúde brasileiro estava dividido entre a medicina previdenciária e a saúde pública. A vertente previdenciária estava a cargo dos institutos de aposentadorias e pensões (IAPs), com foco na saúde individual de trabalhadores formais, concentrados nas zonas urbanas. A saúde pública estava sob o comando do Ministério da Saúde. Voltava-se para a população empobrecida,

principalmente das zonas rurais, e apresentava ações de caráter preventivo.

O regime civil-militar agravou a situação da incipiente saúde pública brasileira. Sob o argumento que os IAPs estavam insolventes, o governo federal criou o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), eliminando a gestão tripartite (União, empregadores e empregados), ao mesmo tempo em que incentivou a expansão da

iniciativa privada na saúde. Quanto à saúde pública, ocorreu o enfraquecimento do Ministério da Saúde, cujo orçamento, conforme aponta Paim (2008), no período de 1968 a 1972, caiu de 2,1% para 1,4% do orçamento da União. Em contraste com os percentuais ascendentes destinados às forças armadas (18%) e transportes (12%).

No final dos anos 1960 e início a década seguinte, o Brasil cresceu em torno de 11% ao ano, com matriz econômica de cortes de gastos com políticas sociais e entrada de grande quantidade de capital estrangeiro. Ampliou-se a concentração de renda, sem melhoria nas condições de vida da população.

MOBILIZAÇÃO POPULAR PELA SAÚDE

O cenário internacional era de decadência do ciclo de prosperidade econômica e de desmonte do Welfare State. A crise não tardou a chegar ao Brasil, ampliando as tensões sociais e o surgimento de mobilização popular contra a ditadura e por mudanças nas condições sociais. Estudantes, professores universitários, setores populares e entidades de profissionais de saúde passaram a defender mudanças na saúde, culminando com a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), em 1976. Em termos internacionais, a Orga-

nização Mundial da Saúde estabeleceu a meta de “Saúde para todos no ano 2000” e, no ano seguinte, em 1978, a Conferência de Alma-Ata, na URSS, elegeu a atenção primária como estratégia central para alcançar esse objetivo.

Outro marco histórico dessa mobilização social que ocorria no Brasil, denominada Reforma Sanitária, foi a criação, em 1979, da Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (Abrasco). As proposições elaboradas naquela conjuntura, para além de uma reforma setorial da saúde, apontavam para uma democratização da vida social e do Estado.

O fim dos governos da ditadura possibilitou a realização, em 1986, da 8ª Conferência Nacional de Saúde, durante a qual se reafirmou o reconhecimento da saúde como um direito de todos e dever do Estado, recomendando-se a organização de um Sistema Único de Saúde público, universal, descentralizado e sob o controle social na formulação das políticas de saúde, no acompanhamento e na avaliação.

O movimento sanitarista brasileiro, apesar de limitadas bases políticas e sociais, obteve grandes vitórias na Assembleia Nacional Constituinte, que resultaram no texto constante na Constituição Federal do Brasil de 1988 e na Lei Orgânica da Saúde de 1990 (Lei 8.080/90). Uma conquista tardia, considerando o contexto econômico mundial.

FRENTE ANTINEOLIBERAL

O desafio que se estabelece a partir daí para a estruturação do SUS consiste em construir uma força contra-hegemônica aos princípios neoliberais reafirmados para os países da América Latina no Consenso de Washington (1989), que indicava disciplina fiscal, com redução de gastos e corte de pessoal; reforma fiscal e tributária para desonerar as empresas, além da privatização de estatais de modo a permitir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores da economia.

Os princípios e diretrizes do SUS advindos do texto constitucional e a Lei 8.080/90 são muito consistentes e estruturantes, o mesmo, porém, não se pode dizer das fontes de financiamento. Revisitá-los nos ajuda a compreender as dificuldades concretas na garantia do direito à saúde, ainda mais em um contexto de enfrentamento à pandemia, quando a

O regime civil-militar agravou a situação da incipiente saúde pública brasileira. Sob o argumento que os IAPs estavam insolventes, o governo federal criou o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), eliminando a gestão tripartite (União, empregadores e empregados), ao mesmo tempo em que incentivou a expansão da iniciativa privada na saúde

articulação das ações em saúde é fundamental para salvar vidas.

O princípio da universalização do sistema reafirma a saúde como um direito a ser garantido pelo Estado e não uma mercadoria. A equidade visa reduzir as desigualdades, compreendendo que as pessoas são diferentes, assim como as suas necessidades. Isso significa investir mais onde há mais carência. A integralidade é um princípio que amplia o conceito de assistência em saúde, pois considera a pessoa como um todo e aponta para a integração das ações, por meio da promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento e reabilitação. Pressupõe ainda a articulação da saúde com as demais políticas públicas.

A visão mercantil da saúde, que se expressa fortemente na oferta pelo mercado dos ditos “planos de saúde” ou “seguro saúde” (saúde suplementar), desconsidera tais princípios e são acionados, na maioria das vezes, apenas quando já há um processo de adoecimento em curso, sem ações de prevenção de doença ou promoção da saúde. E ainda o fazem com grande restrição de acesso tanto pelos valores exorbitantes das mensalidades, quanto pelas notas de rodapé nos contratos, que estabelecem carências e coberturas. Os “planos de saúde” empresariais, diferentemente dos individuais que são submetidos a alguma regulação no reajuste dos preços, ganharam muito espaço no último período e são os mais vendidos atualmente, pois estão livres para aumentar mensalidades, sem regulação pelo Estado.

ORGANIZAÇÃO DO SUS

Os princípios organizativos do SUS estabelecem que a gestão pública deve ser descentralizada, com distribuição de competências entre municípios, estados, Distrito Federal e União, e os serviços organizados por região geográfica (regionalização), com níveis crescentes de complexidade (hierarquização) e sob controle e participação da sociedade.

Obtivemos grandes avanços nos últimos 30 anos com a implementação desse modelo de assistência em saúde. Aumentamos a cobertura vacinal, reduzimos as mortalidades infantil e materna, estabelecemos uma política eficiente no enfrentamento da pandemia do HIV/AIDS, assim como avançamos na alta complexidade tecnológica, por exemplo, no transplante

O subfinanciamento crônico do SUS levou à implementação de novos modelos de gestão nos anos 1990, caracterizados pela transferência da gerência de unidades de saúde e de pessoal para Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

de órgãos. Grande parte dessas conquistas, deveu-se à mudança de uma visão hospitalocêntrica, voltada para a doença, para um novo paradigma voltado para a saúde e a atenção básica.

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e a Estratégia Saúde da Família (ESF) têm sido indispensáveis nesse processo, pois estão mais próximos dos territórios, da população da área adscrita e fortalecem a Unidade Básica de Saúde como porta de entrada do SUS, mesmo diante do subfinanciamento crônico e da má distribuição regional de profissionais médicos, concentrados que estão nas regiões sul e sudeste do país, dificultando a formação das equipes da ESF.

O financiamento do SUS sempre foi um grande obstáculo a sua estruturação. A Emenda Constitucional 29 e a Lei Complementar 141/2012 estabeleceram que os estados devem aplicar em ações e serviços de saúde o percentual mínimo de 12% da receita corrente líquida anual, os municípios 15% e o Distrito Federal 12% ou 15% a depender da fonte de arrecadação. Quanto à União, ficou como critério de piso o orçamento do exercício anterior acrescido, no mínimo, da variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no ano anterior. Entretanto, a Emenda Constitucional 95 (EC95/2016) estabeleceu um novo regime fiscal no âmbito do orçamento fiscal e da Seguridade Social da União para um período de 20 anos, com isso o orçamento anual para a saúde passou a ser o orçamento do ano anterior, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Impôs, com isso, um teto aos investimentos sociais da União por um período de 20 anos!

SUBFINANCIAMENTO CRÔNICO

O subfinanciamento crônico do SUS possibilitou a implementação de novos modelos de gestão já nos anos 1990, caracterizados pela transferência da gerência de unidades de saúde e de pessoal para Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundações ditas de apoio e no caso dos hospitais universitários, para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), sob o argumento de redução de custos, principalmente com recursos humanos, e desburocratização dos processos administrativos. Tal política

A pandemia da COVID-19 no Brasil e em diversos países tem explicitado as contradições e a face mais cruel do capitalismo. As políticas neoliberais colocam o lucro acima da vida, desumanizam e favorecem o genocídio. O mercado, com a sanha pelo lucro, não tem uma saída para a crise que seja do interesse do conjunto da classe trabalhadora

dificultou a estruturação de uma equipe perene de trabalhadores em saúde, pois é causa da alta rotatividade na contratação de pessoal; retirou direitos dos trabalhadores pelo processo de flexibilização das relações de trabalho, que se aprofunda ao longo do tempo e abriu as portas para o desvio de recursos públicos.

Com avanços e recuos desde a criação, o SUS possui ainda muitos desafios para a estruturação, seja no que tange à ampliação do financiamento, incompatível com EC 95/2016, seja no tocante à formação e composição das equipes de trabalhadores em saúde e no combate à corrupção.

A pandemia da COVID-19 no Brasil e em diversos países tem explicitado as contradições e a face mais cruel do capitalismo. As políticas neoliberais colocam o lucro acima da vida, desumanizam e favorecem o genocídio. O mercado, com a sanha pelo lucro, não tem uma saída para a crise que seja do interesse do conjunto da classe trabalhadora. Nos EUA, o número de pessoas que morreram em casa, sem assistência, aumentou enormemente no período da pandemia e muitos trabalhadores que sobreviveram estão pedindo falência pessoal após os gastos com o tratamento hospitalar.

PANDEMIA E SAÚDE PÚBLICA

Ao mesmo tempo, a pandemia demonstra a importância do Estado nacional de um sistema universal de saúde, como o SUS, assim como daqueles que estruturaram as suas ações: os servidores públicos. Os acertos que tivemos na condução da política de saúde nessa crise sanitária, deveram-se, em grande parte, aos trabalhadores de carreira do SUS e os diversos erros, aos seus algozes.

Ao todo já foram identificados sete coronavírus humanos, sendo que dois deles já causaram pandemias no século 21 anteriormente à COVID-19, a SARS (2002-2003) e a MERS (2012). Sabia-se que uma nova pandemia, muito provavelmente, seria causada por um novo coronavírus, mas não houve empenho nem tempo suficientes para que avançássemos na descoberta de uma vacina ou um tratamento eficaz contra a doença. Os cientistas e profissionais de saúde tiveram que aprender a lidar com a doença ao longo do processo de expansão da pandemia, fato que impossibilitou o salvamento de muitas vidas.

Para agravar as dificuldades inerentes ao



processo, o governo federal no Brasil, na figura do presidente da República, buscou minimizar a doença e apontou uma “saída mágica”, por meio da indicação do uso em massa da hidroxicloroquina, sem que houvesse evidências científicas para isso. A postura negacionista e anticência levou a duas trocas no comando do Ministério da Saúde, com grande impacto na condução da política de saúde nacionalmente, ficando a cargo dos governadores e prefeitos a busca pelas soluções possíveis.

DESARTICULAÇÃO A PARTIR DE CIMA

A desarticulação entre a União, estados e municípios pode-se perceber na linha de frente do atendimento aos doentes, com ausência de um protocolo de atendimento confiável, falta de equipamentos de proteção individual, de respiradores artificiais e medicamentos, além da carência de profissionais capacitados para atendimento em UTI. Esses fatores contribuíram para a alta mortalidade tanto de pacientes assistidos, quanto de trabalhadores em saúde

que os assistiam. O Brasil é líder mundial em número de mortes de profissionais de saúde pela COVID-19.

O SUS, reconhecida a sua importância, poderia ter sido uma referência mundial no combate à pandemia, mas o sucateamento e os boicotes políticos limitaram muito as ações em saúde. O cenário futuro é incerto pelos riscos de diversas ondas de contaminação e mortes até à descoberta de uma vacina eficaz ou a obtenção da imunidade de pelo menos 70% da população. E a luta política deve seguir na defesa de uma rede de proteção social, que permita o necessário isolamento social, e na defesa do SUS, uma importante conquista da classe trabalhadora.

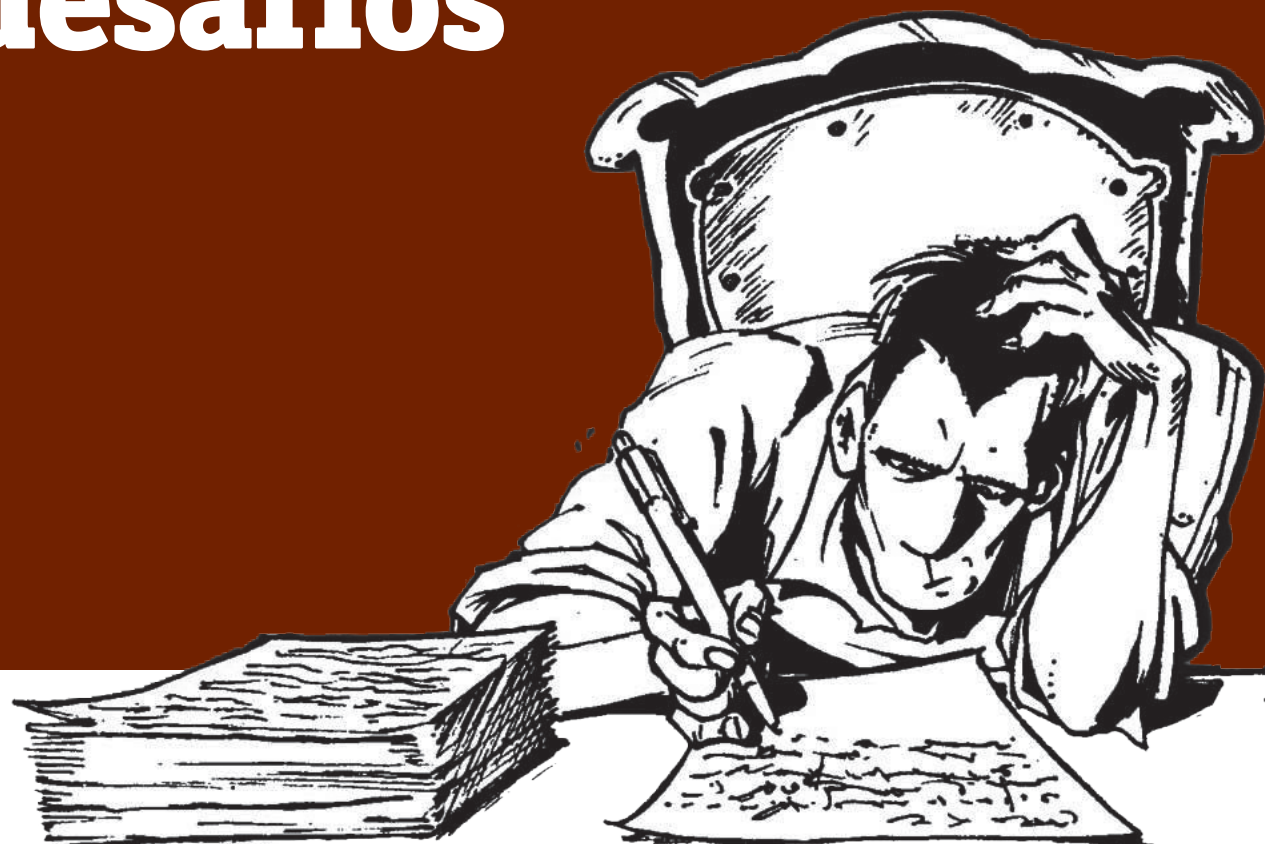
O SUS, reconhecida a sua importância, poderia ter sido uma referência mundial no combate à pandemia, mas o sucateamento e os boicotes políticos limitaram muito as ações em saúde



Antônio Gonçalves Filho é médico especializado em urologia, professor de Medicina na

Universidade Federal do Maranhão e presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes).

O mundo do trabalho no século XXI e seus desafios



Há um esforço por parte dos donos do dinheiro em separar trabalho de emprego. Mais do que um jogo de palavras, entra em cena a situação em que ganhar a vida implica renunciar a qualquer perspectiva de direitos laborais conquistados após a II Revolução Industrial. Não mais vínculos, não mais férias ou jornada de oito horas. Vale agora o empreendedorismo individual e uma competição acirrada entre trabalhadores. Precisamos entender esse universo precário difundido nas últimas três décadas para atualizar formas tradicionais de se fazer política

Crsitina T. Marins

André¹ tem pouco mais de trinta anos de idade e cresceu na periferia de uma cidade de médio porte no estado do Rio de Janeiro. Filho de mecânico, aos nove anos começou

1 O nome utilizado aqui é fictício e alguns detalhes da biografia foram ligeiramente modificados para proteger a identidade do interlocutor.

a trabalhar como ajudante de pedreiro. Na adolescência, por intermédio da avó, faxineira, conseguiu ingressar num curso de formação profissional destinado a jovens de baixa renda. Como parte do currículo, realizou dois breves estágios e acabou contratado para trabalhar no balcão de uma pequena loja de revelação fotográfica. Funcionário dedicado, com o passar do tempo, foi cobi-

çado por outros estabelecimentos. Conforme aceitava propostas, acumulava experiência e ganhava novas responsabilidades. Foi técnico, faz-tudo, atendente, e assistente de gerente antes de dar os primeiros passos em direção ao “trabalho por conta própria”.

Como principal responsável por uma pequena loja, André viu uma oportunidade nas demandas de clientes que buscavam

serviços fotográficos para além daqueles oferecidos pelo estabelecimento. Após ter combinado com o patrão os termos do trabalho extra, André conseguiu uma câmera emprestada e aprendeu a manuseá-la. Com o auxílio da companheira, passou a registrar festas de aniversário e casamentos para complementar a renda do casal. Gradualmente, a demanda cresceu e os dois passaram a trabalhar durante as madrugadas respondendo as solicitações de potenciais clientes. A companheira de André deixou o emprego de secretária num consultório médico para se dedicar integralmente ao que até ali era um “bico”. Assim, o casal obteve um incremento substancial em seus rendimentos, sem que André precisasse abandonar a ocupação principal.

Quando as economias de André e da companheira foram suficientes para a compra de um automóvel, a relação com os patrões, que já andava estremecida, piorou. O carro, segundo André, despertou a suspeita de que ele estivesse se apropriando indevidamente de parte das vendas da loja. Tomado por sentimento de injustiça, o jovem pediu as contas e decidiu apostar tudo na atividade que até então considerava secundária: “eu tinha que começar a pensar no meu”, disse. Ele investiu na compra de equipamentos, buscou se qualificar e chamou parentes para ajudá-lo na tarefa.

Na ocasião do meu encontro com André, quando eu realizava pesquisa de doutorado sobre o trabalho de fotógrafos, ele contou das conquistas obtidas por meio do “trabalho por conta própria”. Não havia muito, ele e a companheira haviam comprado um terreno onde construíam uma confortável casa e ali planejavam criar os filhos. Com a renda derivada dos negócios, auxiliara parentes, incluindo a avó e a tia que puderam deixar de lado a faxina para trabalhar numa pequena confecção que ele ajudou a montar. Ao contar sobre a “história de superação”, André deixava transparecer o orgulho que sentia da trajetória.

MICROEMPREENDEDORES SEM DIREITOS

O trabalhador apresentado na introdução deste artigo está compreendido entre os 8,1 milhões de microempreendedores individuais registrados no país², segundo

2 Os dados são da PNAD Contínua divulgada pelo IBGE em janeiro de 2020.

Muito tem se falado sobre a necessidade de um renovado diálogo com a classe trabalhadora após o preocupante desempenho eleitoral do campo das esquerdas em 2018. Contudo, isso não ocorrerá enquanto não compreendermos que a própria noção de classes no século XXI vem sendo profundamente reconfigurada

dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Junto a outros milhões de trabalhadores que atuam na informalidade, André não faz parte da parcela protegida por direitos trabalhistas – hoje minoritária. No Brasil, a tendência de conversão do trabalhador em microempresários ou trabalhadores informais foi resultado de projeto político.

A chamada “flexibilização do trabalho” ganhou fôlego renovado a partir de 2013, com os crescentes sinais de esgotamento do governo petista. Dali em diante, a agenda de retirada de direitos avançou e, no governo Temer, fora aprovada reforma trabalhista que submeteu o trabalhador brasileiro a maior insegurança e ampliou a liberdade do empregador em determinar as condições de contratação, de uso da mão de obra e das formas de remuneração do trabalho³.

O longo processo de desmantelamento de direitos trabalhistas lançou as bases para o fortalecimento do fenômeno conhecido como “plataformização do trabalho”. O funcionamento de plataformas digitais tais como *iFood*, *Uber* e *Rappi* concretizou um modelo de trabalho no qual o vínculo empregatício se tornou inexistente. Também conhecido como “uberização”, o fenômeno transformou trabalhadores em empresários de si mesmo. Conforme chama atenção a pesquisadora Ludmila Costhek Abílio⁴, trata-se de um passo adiante do fenômeno da terceirização, já que as plataformas transferem riscos e custos não mais para outras empresas, mas para a imensa massa de trabalhadores autônomos. Considerando este cenário, não surpreende que o índice de sindicalização no país venha sofrendo declínio nos últimos anos. Segundo resultados de pesquisa do IBGE, em 2018, a quantidade de trabalhadores sindicalizados no Brasil atingiu o menor patamar dos últimos anos⁵.

Após o preocupante desempenho elei-

3 KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo soc.* [online]. 2018, vol.30, n.1 [cited 2020-04-15], pp.77-104.

4 ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. *Blog da Boitempo* 22, 2017.

5 Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26423-taxa-de-sindicalizacao-cai-para-12-5-em-2018-e-atinge-menor-nivel-em-sete-anos>

toral do campo das esquerdas em 2018, como parte dos necessários balanços para reorganização de ação política, muito tem se falado sobre a necessidade de um renovado diálogo com a classe trabalhadora. Contudo, isso não ocorrerá enquanto não compreendermos que a própria noção de classes no século XXI vem sendo profundamente reconfigurada. O novo mundo do trabalho há tempos não é formado pela figura do operário da fábrica e a reestruturação produtiva criou um contingente imenso de pessoas que, sequer, identificam-se como trabalhadores, mas como empresários – ainda que de si mesmos. Saber como pensa essa massa heterogênea permanece um desafio, mas investigações do campo das ciências sociais já fornecem pistas importantes.

COMPONENTES IDEOLÓGICOS DO TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA

Em 2016, o antropólogo Antônio Carriço defendeu a tese de doutorado⁶ com os resultados de prolongada pesquisa junto a trabalhadores de padarias no Rio de Janeiro. Após ter acompanhando o cotidiano desses e experimentado na pele as jornadas exaustivas às quais eram submetidos, o antropólogo observou que as duras condições de vida eram encaradas por aquelas pessoas com certa naturalidade. Intrigado, Carriço dedicou especial atenção ao modo como a noção de classe trabalhadora se desenvolvia naquele contexto. O pesquisador concluiu que a noção de trabalhador não se dava em oposição a uma classe dominante feita de patrões ou burgueses, mas em contraste com aqueles que “não aguentavam”, com os “vagabundos” que optavam pela “vida fácil”.

Outra tese⁷ defendida, em 2017, pelo antropólogo Carlos Gutierrez também nos ajuda a entender como pensam os traba-

6 CARRIÇO, Antônio. Chapa quente: perspectivas etnográficas sobre o trabalho em padarias. Rio de Janeiro, 2016. 276f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

7 GUTIERREZ, Carlos Andrade Rivas. A reflexividade evangélica a partir da produção crítica e construção de projetos de vida na Igreja Universal do Reino de Deus. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

A relação com o sistema público de seguridade não constitui preocupação de primeira ordem para os novos trabalhadores. Se muitos de seus interlocutores jamais tiveram acesso à proteção de leis trabalhistas e previdenciárias, eles encontram suporte na rede familiar

lhadores brasileiros. Focalizando os evangélicos – que, vale lembrar, formam o segmento religioso que mais cresce no país – o pesquisador argumenta que, entre os fiéis investigados, o empreendedorismo aparece como “possibilidade real de libertação da pobreza e da conquista da autonomia, além da realização pessoal” (p.240). Mais uma vez, chama atenção a ênfase sobre o esforço individual. Naquele contexto, o “trabalho duro” e o “sacrifício”, combinados à “fé em Deus” conformavam o caminho para o sucesso material.

O MITO DO ESFORÇO INDIVIDUAL

Na literatura acadêmica brasileira, outros trabalhos recentes apontam para a força de um certo ethos empreendedor que valoriza o esforço individual, em detrimento de unidades de referência coletivas. Nesses trabalhos, o Estado aparece ora como entidade omissa, ora como entrave ao trabalho autônomo (notadamente, por recolher impostos e fazer exigências burocráticas).

Como observa a professora Wania Mesquita em artigo⁸ que trata da inserção de fiéis evangélicos no universo do trabalho autônomo, a relação com o sistema público de seguridade não constitui preocupação de primeira ordem. Se muitos de seus interlocutores jamais tiveram acesso à proteção de leis trabalhistas e previdenciárias, eles encontram suporte na rede familiar. Com efeito, a importância da família no universo de trabalhadores informais em nosso país é evidente: seja com empréstimos, auxílio no cuidado dos filhos, doações em dinheiro ou equipamentos, é ela que aparece como unidade de referência fundamental no vácuo deixado pelo Estado.

Estudos sobre o trabalho vêm sugerindo ainda – e de maneira consistente – que, no Brasil, a mudança da posição de empregado para patrão (ainda que de si mesmo) é investida de carga simbólica positiva. Mesmo quando essa passagem significa a saída de um sistema de acesso a proteções trabalhistas, verifica-se uma percepção de ascensão de quem deixa de se submeter à figura de chefe. Isso apare-

8 MESQUITA, Wania Amélia Belquior. Correndo atrás da prosperidade: trabalho e empreendedorismo entre fiéis neopentecostais. Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 9, n.9, pp. 195-215, setembro de 2007.



ce em relatos como o do personagem apresentado no início do texto que, ao investir no trabalho por conta própria, viu-se livre uma relação marcada por desconfiças e frustrações. O leitor poderá argumentar, com razão, que a trajetória ascendente de André não é representativa da realidade da maior parte dos trabalhadores brasileiros. De fato, dentre aqueles que atuam no mercado de trabalho sem as proteções trabalhistas conquistadas no século XX, a parcela mais significativa sobrevive *da mão pra boca*. Contudo, trajetórias de ascensão ou “histórias de sucesso” não devem ser desprezadas já que funcionam como fermento ideológico para grande parte da população.

Num contexto de crescimento econômico que promoveu a inclusão social por meio do consumo, trabalhadoras e trabalhadores brasileiros têm se apropriado nos últimos anos de parâmetros nitidamente importados do imaginário neoliberal. Notadamente, valores como Estado mínimo, empreendedorismo e autonomia individual passaram a integrar o universo moral. Para grande parte da população periférica brasileira, nos últimos anos, ganhou força o modelo do empreendedor. Esse tipo

É comum que entregadores trabalhem mais do que 12 horas diárias e que não tenham dias de folga. Muitos morem em lugares distantes do trabalho e acabam dormindo nas ruas para maximizar os ganhos

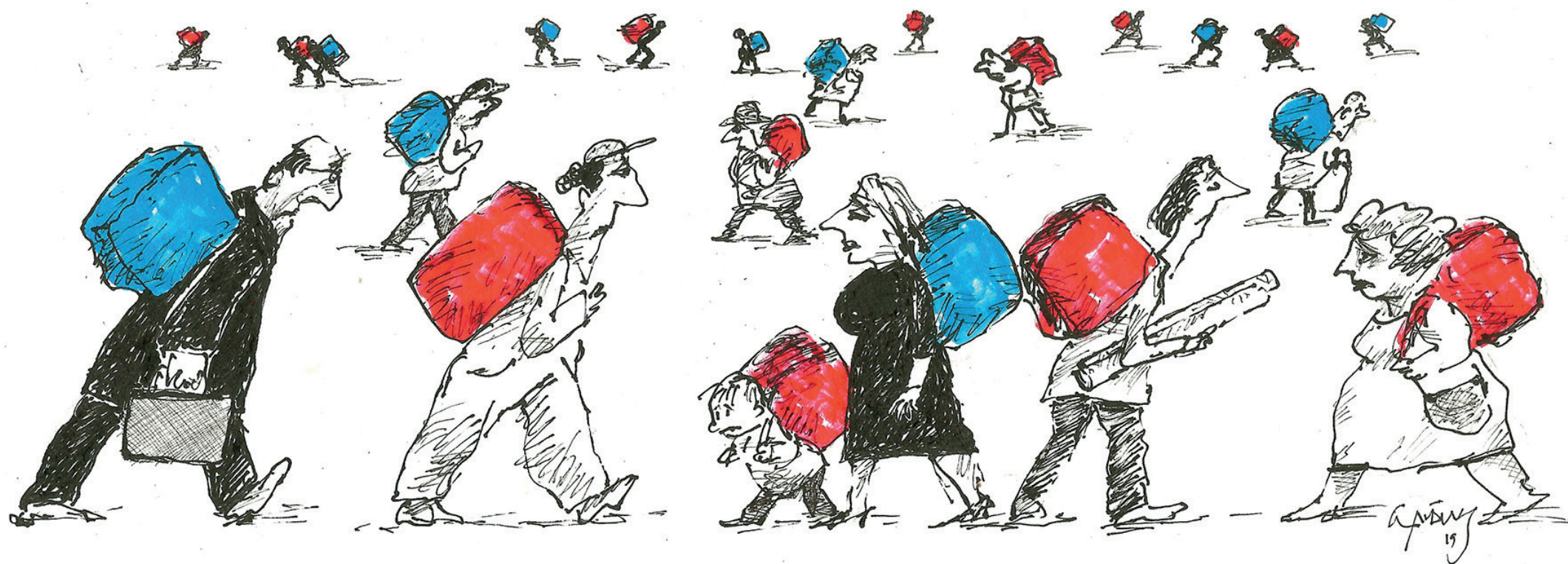
ideal articula atributos como persistência e disposição ao trabalho árduo, honradez, valorização da família e solidez de caráter. Esse modelo de trabalhador privilegia indivíduos que, a despeito das intempéries do mercado, mantêm-se firme nos propósitos e encontram soluções criativas para prosperar em condições adversas.

APLICATIVOS E COLABORADORES

São abundantes as evidências de que o ideal neoliberal de trabalho é incompatível com o mundo real. A ideia de que as condições para crescimento estão ao alcance de todos aqueles dispostos ao trabalho duro desconsidera a extrema desigualdade em que vivemos. Os avanços tecnológicos da era digital têm aprofundado ainda mais este quadro ao provocar desemprego em massa e empurrar novas gerações para condições precárias de trabalho.

Os efeitos da chamada “flexibilização do trabalho” têm sido devastadores, como demonstra a professora da Universidade da Carolina do Norte, Alexandra Ravenelle. Em seu livro⁹, a socióloga que realizou

9 RAVENELLE, Alexandra. Hustle and Gig: struggling and surviving in the sharing economy. Oakland: University of California Press, 2019.



pesquisa sobre o trabalho em plataformas tais como *Uber* e *Airbnb*, afirma que na maior parte das vezes, em lugar da liberdade financeira prometida pelas empresas, os trabalhadores são submetidos a condições de laborais semelhantes àquelas das fases iniciais da industrialização. Essa realidade tem sido verificada nos centros urbanos brasileiros onde é comum que entregadores trabalhem mais do que 12

horas diárias, não tenham dias de folga e, como muitos, morem em lugares distantes do local de trabalho e acabem dormindo nas ruas para maximizar os ganhos.

Embora empresas responsáveis pelos aplicativos apregoem que os “colaboradores” são livres para determinar os horários de trabalho, elas os gerenciam indiretamente. Por meio de algoritmos que determinam concessões de bônus ou penalidades, as

empresas operam sem transparência.

Desde o final de 2019, a insatisfação dos chamados “entregadores de aplicativos” tem produzido protestos em capitais brasileiras. No último dia 17 de abril, quando jornais noticiavam o aumento de mortes no Brasil em decorrência do coronavírus, entregadores se reuniram na Avenida Paulista para denunciar diminuição no valor do frete, “bloqueios” erráticos nos aplicativos e falta de equipamentos de segurança. Observar o teor dessas reivindicações é fundamental, assim como o é prestar atenção nas novas formas de organização que emergem nesse contexto. Com as tecnologias digitais, as ações coletivas são descentralizadas e ambíguas. Conforme chamou atenção a professora Rosana Pinheiro-Machado¹⁰, movimentos que ocorrem no país desde 2013 são ambíguos por seguirem a lógica da internet de agregação, viralização e contágio. Uma vez que os participantes desses movimentos não são sindicalizados, “sem aquela linha cla-

10 PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

ra política à qual estávamos acostumados nas manifestações do passado, reivindicam coisas múltiplas” (p.57).

MONITORAMENTO E FLEXIBILIZAÇÃO

É preciso observar também que a correlação de forças entre as empresas que gerenciam os aplicativos e os trabalhadores é extremamente desigual. Atuando com baixíssimas interferências e regulamentações dos governos locais, essas empresas realizam monitoramento metódico dos colaboradores e consumidores e isso lhes rende vantagens operacionais incalculáveis. A criação de mecanismos que questionem a neutralidade da inteligência artificial, que garantam transparência e privacidade tanto para os trabalhadores quanto para os consumidores são cruciais para a discussão sobre o trabalho no século XXI. Estamos lidando com desafios novos para o mundo todo, sem casos ainda bem-sucedidos mesmo nos países de economias ditas desenvolvidas. Nossos desafios se tornam ainda mais complexos ao considerarmos que grande parte da população brasileira se encontra ainda hoje excluída

dos benefícios da sociedade industrial.

Mesmo com uma eventual retomada econômica futura, o quadro de incertezas no qual vive grande parte dos trabalhadores neste início de século XXI tende a se agravar, já que o desenvolvimento de novas tecnologias, sobretudo na área da robótica e da inteligência artificial, dispensa o emprego de mão de obra humana em grau inédito. Embora seja correto supor que o baixo custo da mão de obra retardará o processo de robotização no país, os efeitos de recentes avanços tecnológicos já se fazem visíveis por aqui. Em parte, isso se reflete na reconfiguração de setores industriais que perdem competitividade ou, ainda, em setores em crise, tais como meios de comunicação tradicionais e instituições de ensino. No Brasil é especialmente preocupante que, em breve, a ampliação da atuação de empresas de comércio eletrônico deve enfraquecer o setor varejista – atualmente o maior empregador do país.

TENDÊNCIAS DIANTE DA PANDEMIA

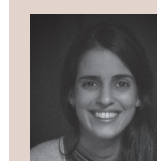
Embora seja cedo para tecer comentários conclusivos sobre os impactos sociais da Covid-19, podemos desde já identificar algumas tendências. Por um lado, a crise instaurada pela pandemia tornou ainda mais nítido que a chamada “flexibilização do trabalho” nos deixa à beira de um colapso social.

No Brasil, temos visto setores políticos até então insensíveis ao tema reconhecendo a necessidade imediata de expandir as proteções sociais. Por outro lado, é possível que o isolamento social – estratégia necessária para mitigar os efeitos devastadores da pandemia na população – antecipe a expansão das ferramentas digitais e, conseqüentemente, também os efeitos na sociedade. Depois de alguns meses de confinamento, vamos nos acostumando a fazer compras *online*, a utilizar ferramentas de ensino remoto e a realizar reuniões via internet, para citar apenas alguns exemplos de como nossos hábitos vêm sendo transformados rapidamente.

A formulação de políticas públicas que reduzam a desigualdade decorrente desse cenário deve ser prioridade de uma esquerda conectada às demandas do século XXI. Isso implica revisar os marcos teóricos que vêm nos orientando historicamente. Nesse sentido, a própria ideia de trabalho

A ideia de trabalho precisa ser repensada, uma vez que ela parece se dissociar crescentemente da noção de emprego. Nesse cenário, formas tradicionais de fazer política não devem desaparecer, mas precisam ser atualizadas para sobreviver aos novos tempos

precisa ser repensada, uma vez que, ela parece se dissociar crescentemente da noção de emprego. Assim, formas tradicionais de fazer política não devem desaparecer, mas precisam ser atualizadas para sobreviver aos novos tempos. Admitir novos canais de organização política que não os já conhecidos, encarar como legítima a militância que se forma a partir de ferramentas digitais, entender e acolher atores que participam pela primeira vez do debate político são, assim, condições imprescindíveis para uma esquerda que se pretende renovada.



Cristina T. Marins é pesquisadora especializada nos impactos sociais de novas tecnologias

e doutora em antropologia pela Universidade Federal Fluminense.

Mesmo com uma eventual retomada econômica futura, o quadro de incertezas no qual vive grande parte dos trabalhadores neste início de século XXI tende a se agravar, já que o desenvolvimento de novas tecnologias, sobretudo na área da robótica e da inteligência artificial, dispensa o emprego de mão de obra humana em grau inédito



A “necropolítica” ou racismo sistêmico como obstáculo fundamental à democracia

A violência, o preconceito de classe e o racismo se exacerbam em tempos de doença e empobrecimento generalizado

Walter Altino de Sousa Júnior

Nos últimos meses se tornou notório o debate do racismo institucional das polícias a partir do caso George Floyd, que gerou uma onda de protestos nos EUA e no

mundo. As reações e onda de passeatas e rebeliões atingiram todo o país, em uma proporção só comparada às que aconteceram durante os anos 1960 e 1970 com os movimentos dos Direitos Civis.

No Brasil, a situação da violência poli-

cial aumentou significativamente a partir da eleição de Jair Bolsonaro.

Ainda que a proposta do excludente de ilicitude tenha sido derrotada no pacote anticrime do então Ministro Sérgio Moro, houve aparentemente um entendi-

mento por parte dos policiais, sobretudo nas grandes metrópoles, de que agora “é tolerância zero”. O comportamento tem respaldo tácito tanto no discurso presidencial, como no de governadores com discurso conservador bélico de combate à criminalidade (é o caso do Rio e de São Paulo). Dados do Fórum Brasileiro de segurança pública divulgado pelo portal *G1*¹, informa que a letalidade policial cometida em São Paulo aumentou 53% em

1 g1.globo.com/google/amp/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/01/mortes-cometidas-pela-policia-entre-janeiro-e-abril-de-2020-crescem-31percent-em-sp.ghtml

No Brasil, a situação da violência policial aumentou significativamente a partir da eleição de Jair Bolsonaro. Ainda que a proposta do excludente de ilicitude tenha sido derrotada no pacote anticrime de Moro, houve aparentemente um entendimento por parte dos policiais de que agora “é tolerância zero”

abril de 2020 comparado ao ano de 2019, sendo 31% se forem tomados os meses de janeiro a abril. Já segundo dados divulgados pela *Folha de S. Paulo*², a letalidade cometida por policiais no Rio superou a cometida por crimes violentos.

AÇÕES DESASTROSAS

Essa realidade que já vinha se apresentando durante a pandemia ganhou novas proporções a partir de ações desastrosas, como a que levaram a morte do menino João Pedro, no Rio de Janeiro. O fato, entre outros, ensejou liminar do Ministro Edson Fachin, a pedido do PSB, para que não ocorra mais ações de diligência policial nas favelas do Rio enquanto durar a pandemia.

A situação da violência racial e controle social estabelecidos sobre bairros nos quais predomina a população negra, seja na nossa realidade, seja nos Estados Unidos, pode ser definida como “necropolítica”.

Por necropolítica entendemos o conceito do filósofo camaronês Mbembe Achille, que analisa o exercício da soberania do Estado moderno a partir de uma reelaboração do conceito de biopolítica, de Foucault. Segundo ele, para garantir a vida o Estado busca matar o inimigo externo, cujo exemplo mais emblemático seria o do nazismo.

Achille, a partir da observação das experiências de colonizações modernas da Europa, como do que foi o modelo de escravidão, identifica a existência nessas condições de uma política do terror e da morte, como exercício do bio poder, não como declarada política externa da soberania, mas como exercício interno, a partir de condições de excepcionalidade estabelecidas pelo aparato legal.

Assim se produzem Estados de sítio ou de exceções como normalidade, em contextos como do apartheid na África do Sul ou nas colônias. Dessa forma, ele elabora o conceito de necropolítica como algo constituinte do exercício da soberania no Estado moderno. Este para além das funções de dominação de classe, também seria constitutivo de dominação racial.

DIREITA E CENTRO-ESQUERDA

Dito isso e ilustrando nossa conjuntu-

2 www1.folha.uol.com.br/amp/cotidiano/2020/01/policia-do-rj-supera-criminosos-paulistas-em-taxa-de-mortes.shtml

A situação da violência racial e controle social estabelecidos sobre bairros nos quais predomina a população negra, seja na nossa realidade, seja nos Estados Unidos, pode ser definida como “necropolítica”



CARLOS AMARAL

ra, há contradições notáveis. Os governos até aqui citados representam administrações conservadoras, eleitas numa onda de extrema direita que levou ao poder Donald Trump lá e Jair Bolsonaro aqui. Por outro lado temos um governo como o da Bahia, que pertence a um partido de centro-esquerda (o PT), com participação de movimentos sociais na gestão. Esse último não se contrapõe à lógica da violenta política de controle sociorracial de Wilson Witzel (Rio de Janeiro) e de João Doria (São Paulo). E esse é o fenômeno de “necropolítica”.

O caso específico da Bahia se mostra emblemático como uma cultura política arraigada no Estado, cujo “modus operandi” do PT no “poder” não foi capaz de alterar um exercício de necropolítica que tem herança desde os governos neocolonialistas de ACM (Antonio Carlos Magalhães), que permitia a repressão e o extermínio desde a época da ditadura militar por meio dos “esquadrões da morte”, que posteriormente se constituem nos grupos de extermínio modernos.

Vale enfatizar que na área da segurança pública - e não só nela - nada mudou na Bahia. O bairro de Nordeste de Amaralina, na periferia de Salvador, tem sido um exemplo incontestável de “necropolítica” há anos, provavelmente por ser uma grande extensão populosa de presença negra, cercado por territórios predominantemente brancos de classe média alta. O “complexo do Nordeste” compreende os bairros de Vale das Pedrinhas, Santa Cruz e Nordeste de Amaralina, que ficam cercados pelos bairros de Alto do Itaigara, Pituba, Rio Vermelho e Horto-Candeal, estes tidos como “nobres”.

Assim, nossa população sofre desde os abusos cometidos pelas bases de segurança comunitárias que estabelecem um estado de exceção constante no citado “complexo”, pelo qual se aborda qualquer aglomeração de jovens em atividades culturais ou lazer, impondo inclusive limites de horário nessas atividades e/ou para estarem em determinados lugares, até abordagens mais violentas e tiros constantes.

ASSASSINATOS AOS MILHARES

Tivemos casos absurdos de assassinatos como o do menino Joel, 10 anos de idade, presente em peça publicitária do governo estadual, morto em sua casa por bala da polícia. Ou o de Marcos Vinícius, 20, casado, pai de um bebê que, mesmo sem ter “nenhum envolvimento” com crimes, como sempre é alegado, foi assassinado por policiais, ao sair de casa para comprar

pão. São milhares de casos nessa linha, sem exagero, que já deram origem a muitas iniciativas civis.

É necessário refletir como os setores progressistas da sociedade brasileira, em especial a esquerda, têm desprezado o combate ao racismo, que é crucial para a consolidação da democracia no Brasil.

Observamos nesse sentido, mesmo na normalidade democrática, que as nossas

favelas sempre se constituem como verdadeiros campos de concentração, nas quais a população negra vive amontoadas à revelia das políticas públicas básicas; seja de saúde, educação e lazer, saneamento básico, habitação ou mobilidade e, sobre um Estado de exceção constante de violações dos direitos humanos, pelo aparato repressor da polícia militar ou de paramilitares.

Nesses espaços não existe a noção de democracia, pois vive-se oprimido, seja sobre o controle de milícias e outros grupos criminosos, seja sobre um estado de guerra constante no fogo cruzado entre os dois Estados.

A política de segurança pública durante muito tempo foi negligenciada na disputa de hegemonia da sociedade civil pelos setores organizados e progressistas. Isso, tendo em vista a disputa pelo modelo, considerando o caráter militar, ostensivo e repressor vigente. Comparativamente, essa política não foi disputada levando-se em conta as demandas da sociedade ao Estado, pelos setores progressistas após a abertura democrática, tais como foram as políticas de educação, de cultura, saúde, habitação e economia entre outras, haja vista a experiência petista durante o período que foi governo federal e estadual, no caso específico da Bahia.

Tomamos aqui como parâmetro do entendimento de disputa de hegemonia o conceito de “hegemonia e disputa de hegemonia” de Gramsci, pelo qual o Estado se configura, mais do que um aparelho de dominação, mas como uma arena a partir do qual se dão as lutas e disputas de “classe e fração de classe” pela hegemonia do modelo societário.

Não por acaso vai ser justamente dessa área de segurança que ressurgir, agora ameaçando toda a sociedade, o fantasma do fascismo a partir desse governo neofascista e genocida de Jair Messias Bolsonaro.

A política de segurança pública durante muito tempo foi negligenciada na disputa de hegemonia da sociedade civil pelos setores organizados e progressistas



Walter Altino de Souza Junior é professor, pesquisador, bacharel em

antropologia e mestre em Ciências Sociais pela UFBA e militante do PSOL e do movimento negro.

Exclusão e pandemia nas periferias

Conversamos com três lideranças de trabalhadores das periferias de Maceió, Aracaju e Recife. Os depoimentos mostram como a pandemia aumenta as desigualdades

Da Redação



ELIANE SILVA



As pessoas não conseguem se isolar por causa da fome. A pandemia escancara o sofrimento dos que têm seus direitos reduzidos enquanto o desemprego aumenta e deixa as maiorias sem renda. O auxílio emergencial não chega para todos. O governo de Alagoas decidiu reabrir o comércio com a doença em expansão. Não há nenhum plano de emergência para as periferias e para a população pobre. Graças às lutas dos partidos de oposição, conquistamos a possibilidade de as mulheres receberem o auxílio emergencial de R\$ 1.200, mas não chega a todas. Assim, os movimentos sociais, os sindicatos, o MTST e várias associações organizam redes de solidariedade, com vaquinhas on-line, compras de alimentos e cozinhas coletivas. Ou seja, o movimento social faz o que o Estado se mostra incapaz de fazer.

Eliane Silva, agricultora assentada em programa de reforma agrária e militante do PSOL e do MTST. Atua na zona rural de São Luís do Quitunde, a 70 km de Maceió



IZADORA GAMA BRITTO



Tivemos um corte absurdo no programa Bolsa-família, no Nordeste. Com o aumento do desemprego e da informalidade, vivemos um quadro de caos e fome, com forte aumento da população de rua. Assim, uma das saídas emergenciais dos movimentos sociais, como em Alagoas, foi montar cozinhas coletivas para distribuir alimentos aos moradores de rua. Em Sergipe, cerca de 80% da população não recebem nem dois salários mínimos. As políticas sociais da época dos governos petistas chegaram, mas não se consolidaram, apesar de terem movimentado as economias da região. Não vamos conseguir ter uma política de isolamento eficiente sem auxílio emergencial. As pessoas estão indo para a rua e correndo o risco de contágio por não terem como sobreviver em casa.

Izadora Gama Britto, advogada de movimentos sociais, Aracaju, Sergipe



RUD RAFAEL SOUZA E SILVA



Recife é a capital mais desigual do país, onde predominam formas precárias de moradia em favelas e palafitas. O mais preocupante aqui é a volta da fome. Num quadro de aumento da contaminação e do número de mortes é que se dá a retomada das atividades econômicas, sem nenhum plano de expansão de leitos e de assistência médica. A solução é fazer com que o dinheiro chegue às mãos das pessoas. A maioria não pode cuidar da higiene para evitar a doença, pois 60% da cidade não tem saneamento básico. Além disso, o isolamento social sem o auxílio emergencial tem o impacto de cortar uma movimentação de R\$ 4,5 milhões de reais entre os trabalhadores ambulantes informais da capital.

Rud Rafael Souza e Silva, assistente e educador social da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e membro da Coordenação Estadual e Nacional do MTST

PORTUGAL A pandemia e o que foi (e já não é) a geringonça

O país lusitano já foi, no Brasil, alvo de piadas que o retratavam como atrasado e analfabeto. Hoje é visto como o Eldorado dos brasileiros que querem migrar. Como diz o provérbio: “Nem tanto ao mar, nem tanto à terra”. Neste artigo, num rápido panorama, procuramos mostrar como Portugal enfrenta, até agora, a Covid-19, e esclarecemos a história da “geringonça”

Luis Leiria

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) de Portugal é uma conquista da Revolução do 25 de abril de 1974, conhecida no mundo como Revolução dos Cravos, que derrubou uma ditadura de 48 anos. Até ao ano de 1979, quando o SNS foi criado, não havia no país uma saúde pública e universal. Hoje, o SNS é um orgulho nacional, pela qualidade e pelos benefícios reais que trouxe a toda população. Dois exemplos: em 1974, mor-

riam em Portugal 37,9 crianças com menos de um ano de idade por 1.000 nascimentos; em 2019, esse número havia caído para 2,8. Em 1974, a esperança de vida à nascença no país era de 68,2 anos; em 2018 já tinha subido para 80,9 anos. (Para estas e muitas outras estatísticas, consulte <https://www.pordata.pt/Homepage.aspx>).

Nestes seus 40 anos de vida, o SNS sofreu com a onda do neoliberalismo que atingiu o mundo e também Portugal. Foi enfraquecido por reduções de orçamentos, pela

abertura de portas aos interesses e negócios privados, pela imposição de gestões privadas em alguns hospitais públicos. Mas, apesar desses recuos, ainda esteve à altura do surto da Covid-19 no país e, com o esforço e a dedicação dos profissionais, demonstrou eficácia superior à de outros países europeus com orçamentos de saúde mais avultados.

PORTUGAL NA PANDEMIA

Portugal apresentava, no dia 14 de ju-

nho, 36.690 casos confirmados de Covid-19, com 3.519 mortes. No ranking europeu, são 149 óbitos por milhão de habitantes, o que o coloca atrás de (e portanto melhor que) Bélgica, Reino Unido, Itália, Suécia, França, Holanda, Irlanda, Suíça e Luxemburgo, citando apenas os países europeus.

O governo do Partido Socialista beneficiou-se de um certo atraso que a pandemia teve ao chegar ao país e preparou-se para o que estava para vir. Assim, no dia 2 de março, quando foi anunciada a primeira infecção por Covid-19 em território luso (dois casos), a Itália, por exemplo, já contava 2.036 casos e 52 mortes.

Apesar de tudo, o governo hesitou quanto ao encerramento das aulas, que só foi decretado no dia 12 de março, quando já havia uma enorme pressão dos pais, que se recusaram a levar os filhos às escolas. A primeira morte em Portugal ocorreu no dia 16 e no dia 18 foram anunciadas as medidas de confinamento, encerramento de todo o comércio, exceto o de bens essenciais, o fecho de teatros e cinemas, adoção do teletrabalho dos funcionários públicos e de todas as empresas e serviços em que fosse possível. Os infetados pela pandemia que não estivessem internados eram forçados a ficar em casa, e foi recomendado que todos os cidadãos não se afastassem do bairro de residência e só saíssem por motivos indispensáveis, como ir à farmácia ou comprar comida.

O governo instituiu uma série de medidas de apoio social: por exemplo, aos pais que tivessem de faltar ao emprego para cuidar dos filhos e aos trabalhadores independentes ou precários que se viram sem rendimentos. Um sistema de *layoff* foi facultado às empresas forçadas a suspender as atividades. Por esse sistema, em troca de manterem os postos de trabalho, pagam apenas um terço do salário dos trabalhadores, ficando o Estado com o encargo de desembolsar outro terço. O trabalhador perde o restante. No início, não havia medidas dirigidas aos setores mais precarizados, mas acabaram por ser aprovadas, devido à pressão da esquerda.

As medidas de confinamento mereceram uma aceitação geral por parte da população, a que não foi estranha, também, uma grande unidade de todos os partidos com representação parlamentar em torno da única medida disponível para conter o sur-

O Serviço Nacional de Saúde, criado a partir da Revolução dos Cravos, é um orgulho nacional, pela qualidade e pelos benefícios reais que trouxe a toda população. Dois exemplos: em 1974, morriam em Portugal 37,9 crianças com menos de um ano de idade por mil nascimentos; em 2019, esse número tinha caído para 2,8. Em 1974, a esperança de vida à nascença no país era de 68,2 anos; em 2018 já tinha subido para 80,9 anos



Catarina Martins, deputada na Assembleia da República, Marisa Matias, deputada no Parlamento Europeu e ex-candidata à presidência, e Mariana Mortágua, deputada na Assembleia da República, todas pelo Bloco de Esquerda (da esquerda para a direita)

to da doença e impedir o colapso dos serviços de saúde. Na verdade, quando houve reação, foi para acentuar as medidas de confinamento. A Autoeuropa, a maior fábrica do país, não tinha intenção de fechar; mas os trabalhadores faltaram em massa, paralisaram as linhas de montagem e forçaram a empresa a negociar a suspensão das atividades. Nos *call centers* foram ameaças de greve que obrigaram muitas empresas a ceder e mandar para casa os funcionários que exigiam teletrabalho.

ACERTOS E ERROS

O respeito da população ao confinamento e a antecipação com que foram adotadas as medidas permitiu que o resultado de controle da pandemia fosse melhor que o de muitos dos principais países europeus, embora pior do que países como a Grécia, um dos maiores casos de sucesso na Europa. Os principais erros foram não dar a prioridade necessária e óbvia aos lares de idosos – onde ocorreu mais de um terço das mortes –; a oferta insuficiente de transporte público, que levou muita gente forçada ao trabalho presencial a viajar em trens ou ônibus cheios, onde o

distanciamento era impossível; e o confinamento não ter sido estendido a muitas fábricas cuja produção não era essencial.

A crise sanitária abriu caminho a uma profunda crise econômica, com graves consequências sociais. Trouxe à tona a crise estrutural do capitalismo e as profundas desigualdades que marcam a sociedade portuguesa. Seus fundamentos estão na fragilidade de uma economia excessivamente dependente do exterior e movida pelo trabalho precário e mal pago. Apesar das medidas sociais, o governo recusou-se a proibir as demissões, medida decretada em outros países. No curto prazo, a crise reduziu em mais de 8% o total das rendas do trabalho, antecipando uma recessão pesada com previsões de mais de 10% de taxa de desemprego já no fim do ano. Em apenas três meses, a pobreza mostrou a sua face em plena capital do país.

QUEM GOVERNA PORTUGAL JÁ NÃO É A “GERINGONÇA”

O governo de António Costa aumentou a popularidade durante a crise da pandemia. Mas, ainda antes de terminada essa fase, estourou um escândalo envolven-

A crise sanitária abriu caminho a uma profunda crise econômica, com graves consequências sociais. Trouxe à tona a crise estrutural do capitalismo e as profundas desigualdades que marcam a sociedade portuguesa

do novas revelações sobre a negociação de venda de um banco privado, o Novo Banco, oriundo da falência do centenário Banco Espírito Santo, a um fundo abutre estadunidense, o Lone Star. O acordo de venda, negociado já pelo governo de Costa em 2017, mantido secreto, foi agora tornado público devido à insistência de partidos como o Bloco de Esquerda (PCP e Bloco votaram contra esse acordo). Dessa forma, os portugueses ficaram sabendo que o governo está mesmo obrigado a investir no banco quase 4 bilhões de euros e, mais incrível ainda, que o Estado terá de dar ao banco mais verbas a título de compensação pelos supostos problemas causados pela pandemia.

Justamente quando é mais necessário reforçar o Serviço Nacional de Saúde e combater a crise econômica, o governo já jogou e pode vir a jogar novamente nas mãos dos especuladores verbas preciosas.

Perguntará o leitor: mas afinal que governo é esse? Portugal não era governado por uma coligação de esquerda que conseguiu reverter o ciclo de austeridade do governo anterior, da direita? De onde vem então esse serviço prestado a mais aberta

Em muitas oportunidades, os partidos da geringonça votaram contraditoriamente. Nas questões europeias e naquelas referentes ao sistema financeiro, o Bloco de Esquerda e o PCP votaram contra o PS, que se assegurou do apoio da direita para prevalecer. O mesmo nas leis trabalhistas. Nas eleições de outubro de 2019, a geringonça não se manteve

especulação financeira?

Quem não acompanha de perto o cenário político luso tem facilmente a ideia de que como o primeiro-ministro é o mesmo, António Costa, do Partido Socialista, o governo saído das eleições de 4 de outubro de 2015 e o que resultou das eleições seguintes, de 6 de outubro de 2019 são a mesma coisa. Mas não são. O primeiro ficou conhecido como o governo da “geringonça”, o segundo marcou, justamente, o fim da “geringonça” e deixou de ser condicionado pelos partidos a sua esquerda.

O QUE FOI A GERINGONÇA

Segundo o dicionário, uma geringonça é uma “coisa malfeita ou construção com pouca solidez.” São sinónimos de geringonça: engenhoca, caranguejola. O apelido do governo nascido das eleições de 2015 foi inventado por um dos líderes da direita, prevendo que a sua “pouca solidez” seria a curto prazo comprovada. A esquerda gostou do epíteto, e resolveu adotá-lo, e tornou-se um hábito falar do governo da geringonça. A “pouca solidez” não se confirmou.

A “geringonça”, na verdade, teve um sucesso razoável: por um lado, conseguiu evitar que os partidos da direita, o PSD e

o CDS, se mantivessem no governo e prosseguissem o caminho do empobrecimento do país e do corte de salários e aposentadorias. Por outro lado, pôs fim a esse ciclo de pobreza, repondo o que fora retirado a trabalhadores e aposentados, abolindo os impostos extraordinários e repondo até os feriados que tinham sido abolidos. A retomada do crescimento econômico e a redução do desemprego, apesar do aumento do trabalho precário, deram um novo ânimo e uma outra respiração ao país.

Mas então por que esse nome de “geringonça”? Porque o governo se baseou num tipo de acordo nunca feito antes. Ao contrário do que muitos pensam, o governo da “geringonça” não foi uma coligação entre o PS, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português. Nem Bloco, nem PCP tinham ministros no governo. O que houve, sim, foram acordos entre o PS, por um lado, e o PCP, o PEV (Partido Ecologista Os Verdes, um satélite do PCP) e o Bloco de Esquerda, que deram as bases de sustentação parlamentar ao primeiro-ministro António Costa, garantindo a aprovação do primeiro orçamento de Estado e abrindo o caminho para a aprovação dos seguintes.

“O Bloco de Esquerda não pode integrar governos que subscrevem” compromissos

com que o Bloco não concorda, em que “o povo não foi ouvido” e que “não permitem romper totalmente com a austeridade”, esclareceu a líder do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, à época, referindo-se ao Tratado Orçamental da União Europeia, que força os países a ter déficits inferiores a 3%, e à negativa do PS de reestruturar a dívida pública do país.

Em muitas oportunidades, os partidos da geringonça votaram contraditoriamente. Nas questões europeias, nas questões referentes ao sistema financeiro – e especificamente no exemplo citado no início deste artigo, o da venda do Novo Banco – Bloco e PCP votaram contra o PS, que se assegurou do apoio da direita para prevalecer. O mesmo nas leis trabalhistas, para dar outro exemplo relevante.

Mesmo dessa forma “especial”, foi a primeira vez que o Partido Socialista – um partido ligado à social-democracia europeia – fez um acordo de governo com os partidos à sua esquerda. Isso não se explica por posições “mais à esquerda” do líder do PS, que em congressos anteriores do partido se destacara pelos ataques desferidos ao Bloco de Esquerda, mas pelo pragmatismo: era a única possibilidade de o PS governar. A matemática eleitoral

a isso obrigava: para ter votações majoritárias, o PS tinha de contar com os votos do PCP e do Bloco de Esquerda. Se um falhasse, era o suficiente para perder a maioria. Essa matemática se explica pelo maior peso que os partidos à esquerda do PS tiveram no resultado eleitoral, somando quase 20% – o PCP subiu de 7,9% (em 2011) para 8,2%, e particularmente o Bloco de Esquerda, que quase duplicou a votação, passando de 5,1% para 10,1%.

O FIM DA “GERINGONÇA”

Como dissemos acima, António Costa fez os acordos da “geringonça” por ser essa a única forma de chegar a primeiro-ministro. Mas nunca se sentiu confortável com as concessões que foi fazendo à sua esquerda. Na parte final do mandato, só pensava em obter maioria absoluta para governar com maioria parlamentar, sem depender do voto de qualquer outro partido. Acontece que essa maioria, no sistema político português, é difícil de ser obtida por um só partido. E há uma má recordação da última maioria absoluta de um só partido, a do PS de José Sócrates (2005-2009).

A obsessão da maioria absoluta levou António Costa a momentos de desorien-



António Costa, primeiro-ministro de Portugal desde 2015



Desfile de campanha no centro da cidade do Porto, em 2019

A geringonça teve um sucesso razoável. Conseguiu evitar que os partidos da direita, o PSD e o CDS, se mantivessem no governo e prosseguissem o caminho do empobrecimento do país e do corte de salários e aposentadoria

O que é o Bloco de Esquerda?

Fundado em 1999, o Bloco de Esquerda atingiu os seus 21 anos de existência já como o terceiro partido político do país. É algo que faz pensar, num mundo em que a esquerda radical, anticapitalista, parece ter mais tendência a definhar ou fraccionar-se do que a crescer, e onde algumas aparentes exceções a essa regra acabaram mal.

Na origem do Bloco estiveram três antigos partidos da antiga extrema esquerda portuguesa, oriundos do trotskismo, do maoísmo e do PCP, aos quais se juntou um conhecido historiador e militante, Fernando Rosas. O Bloco foi fundado para ocupar um espaço político que permanecia aberto, de uma esquerda que se sentia órfã perante o mapa político do país, marcado pelo rotativismo entre os dois partidos majoritários (PS e PSD) que se alternavam no governo, tendo à sua direita o CDS e à esquerda o PCP.

Uma das bases da sua fundação foi que a unidade de militantes de origens tão diferentes se faria em torno de um programa político concreto, e não sobre o balanço que cada um fazia da Revolução Russa ou Chinesa. As campanhas políticas do Bloco teriam como objetivo colocá-lo no centro do debate político, mesmo que não fossem majoritárias, e ao mesmo tempo ligá-lo aos movimentos sociais. Em outubro de 1999 o Bloco elegeu os seus primeiros dois deputados, Francisco Louçã e Luís Fazenda, começando a cumprir a promessa de mudar o mapa político português.

VOLTA POR CIMA

Em 21 anos, o Bloco não teve uma trajetória de crescimento linear e uniforme, como é natural. Sofreu algumas rupturas, tanto à sua esquerda quanto à sua direita, sofreu derrotas eleitorais pesadas, como nas eleições de 2011, quando perdeu metade da sua bancada parlamentar.

Mas também soube mostrar a sua capacidade de dar “a volta por cima” colado a lutas como aquela que mobilizou a maioria do país contra a austeridade imposta pela troika (FMI, Banco Central Europeu, União Europeia), que lhe valeu superar a crise e ter o seu maior resultado até agora nas eleições de 2015. Um ano antes, o Bloco vivera a sua mais importante crise, quando pela



Na origem do Bloco estiveram três antigos partidos da antiga extrema esquerda portuguesa, oriundos do trotskismo, do maoísmo e do PCP. O Bloco foi fundado para ocupar um espaço político que permanecia aberto, de uma esquerda que se sentia órfã perante o mapa político do país, marcado pelo rotativismo entre os dois partidos majoritários (PS e PSD) que se alternavam no governo, tendo à sua direita o CDS e à esquerda o PCP

primeira vez no seu congresso duas tendências que se equivaliam disputaram a direção. Tão equilibrada foi a disputa que as listas (chapas) empataram, e foi necessário um trabalho de grande paciência de parte a parte para chegar a uma nova convivência.

Os anos passaram, as fronteiras das organizações fundadoras desvaneceram-se e hoje a maioria dos militantes nunca pertenceu a nenhuma delas. Aliás, as próprias organizações ou se dissolveram ou se mantêm apenas como associações.

Curiosamente, depois do primeiro coordenador, Francisco Louçã, vindo do PSR, um dos partidos fundadores, João Semedo, que lhe sucedeu, teve 30 anos de militância no PCP antes de aderir ao Bloco, e a atual coordenadora, Catarina Martins, não tinha experiência anterior de militância partidária e só entrou no Bloco em 2010.

NOVA GERAÇÃO

Um dos segredos do sucesso do Bloco foi o de saber fazer, no momento, certo a transição da direção, assumindo o comando do partido uma geração mais jovem rejuvenescendo-a e com grande presença feminina, onde ressaltam a coordenadora nacional, Catarina Martins, a deputada europeia Marisa Matias e a economista Mariana Mortágua. O jornal *The Guardian* foi um dos que notou essa característica no artigo “Women who conquered macho world of Portuguese politics prepare for power” (Mulheres que conquistaram o mundo machista da política portuguesa preparam-se para o poder), de novembro de 2015.

No momento de atingir a “maioridade”, o Bloco de Esquerda é um partido mais maduro. Sobre os ombros pesa uma responsabilidade muito superior. Quem tem 10% dos votos determina políticas concretas que fazem a diferença no quotidiano das pessoas. Pode decidir se um governo fica ou cai.

Há quem diga que o Bloco perdeu o frescor dos primeiros anos. Mas os mais críticos deveriam, antes de julgar, conhecer a experiência que levou o Bloco a se tornar um partido de massas. Terão muito boas surpresas.

Os principais sites do Bloco de Esquerda: esquerda.net
bloco.org

Com mais margem de manobra que antes para negociar, o primeiro-ministro António Costa, do Partido Socialista, optou por manter um governo minoritário só do seu partido, sem qualquer acordo parlamentar de sustentação, tendo que negociar a maioria a cada votação parlamentar. Esse é o governo atual, marcadamente de centro, com favorecimentos à especulação financeira, imobiliária ou aos interesses do patronato em matéria de legislação trabalhista

tação, como foi o caso da Lei de Bases da Saúde. O Bloco de Esquerda apresentara uma proposta elaborada pelo criador do SNS, o já citado Antônio Arnaut, e pelo médico João Semedo, ex-coordenador do Bloco. O PS, ignorando a iniciativa do seu militante histórico, avançou com uma lei própria e foi negociá-la com a direita. Esse processo durou meses, até que o PS desistiu e regressou às negociações com a esquerda, ainda a tempo de aprovar uma lei que reforçou o SNS num momento que se revelaria decisivo.

O mesmo final feliz não ocorreu, porém, com as alterações ao Código do Trabalho, votadas pelo PS junto com o PSD e contrariando sempre os interesses dos trabalhadores. O Bloco também criticou a “obsessão do déficit” do Ministério das Finanças, que preferiu perseguir o déficit zero a fazer investimentos que o país precisava.

Nas eleições de outubro de 2019 o PS subiu, como se esperava, mas ficou a oito deputados da maioria absoluta (foi de 32,3% para 36,4%). A direita teve uma das maiores derrotas da história, o Bloco de Esquerda manteve os 19 deputados, descendo ligeiramente na votação (de 10,1% para 9,5%) e o PCP teve uma queda importante, perdendo 5 deputados (de 8,2% para 6,3%). Outros partidos entraram no Parlamento. Somando tudo, os partidos



Catarina Martins, coordenadora nacional do Bloco de Esquerda

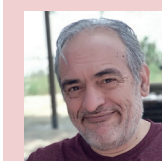
da “geringonça” tinham uma maioria mais folgada, sendo que, para fazer maioria, o PS precisaria apenas do apoio de PCP ou Bloco, não precisando mais da soma dos dois. Mas não era isso que Costa queria.

Iniciadas as negociações, verificou-se que o PCP não aceitava se comprometer com um novo acordo escrito, enquanto que o Bloco pretendia a renovação do acordo em novas bases. Não se tratava já, como ocorrera quatro anos antes, de impedir o governo da direita. Um novo acordo teria, portanto, de ter bases políticas mais ambiciosas. Ainda assim, a proposta do Bloco começava pela revogação de normas trabalhistas introduzidas pela direita no código do trabalho, contra as quais o PS, na altura, votara.

Mas o PS pensava diferente e recusava-se a mexer nelas (por exemplo, a redução do valor das horas extras). Por isso, interrompeu e encerrou as negociações. Catarina Martins, a coordenadora do Bloco, anunciou então que o PS tinha posto “um ponto final à existência do modelo de acordo político que ficou conhecido como geringonça”.

Com mais margem de manobra que antes para negociar, António Costa optou por manter um governo minoritário só do seu partido, sem qualquer acordo parlamentar de sustentação, tendo que negociar a maioria a cada votação parlamentar. Esse é o governo atual.

Sem os acordos que o vinculavam a compromissos firmados, com mais margem de manobra perante os partidos à sua esquerda, o Governo do Partido Socialista governa ao centro. Para cada política acertada, como foi em grande parte a do distanciamento social que impediu o morticínio ocorrido em outros países, há uma política de favorecimento à especulação financeira, imobiliária ou aos interesses do patronato em matéria de legislação trabalhista.



Luis Leiria é jornalista, foi fundador do Esquerda.net, portal de notícias do Bloco

de Esquerda, para o qual trabalhou durante quase dez anos. Hoje é um colaborador regular do portal, especializado na cobertura do Brasil, país onde viveu 20 anos. É militante de base do Bloco de Esquerda.

A política internacional e a catástrofe sanitária

Quais os efeitos imediatos do contágio da Covid-19 nas disputas globais? A crise revela não apenas o crescimento de tensões diplomáticas, como aguça disparidades dentro de cada país. O atraso ou ineficácia de ações governamentais se traduz em aumento do número de mortes e desastres na economia, com elevação dos índices de desemprego, falências e miséria

Flávio Rocha de Oliveira

A epidemia global do novo coronavírus afeta o planeta em vários âmbitos: sanitário, social, econômico e político. Desde o momento em que as primeiras informa-

ções deram conta de que um vírus havia surgido na China, até à situação de pandemia no final de junho, mais de 9 milhões de casos foram diagnosticados, com cerca de 500 mil mortes nesse período, o que implica, grosseiramente, uma porcenta-

gem de óbitos da ordem de 5,4%. São dados globais e provavelmente alguns países e regiões terão porcentagens ainda maiores, dependendo de vários fatores.

A pandemia causada pela Covid-19 começou e está se desenvolvendo numa

conjuntura internacional marcada por uma “nova era” de competição entre as grandes potências. Os três grandes protagonistas são a China, os EUA e a Rússia.

Apesar de serem os três atores mais poderosos num agregado de fatores (poder militar, recursos naturais, tamanho da população, presença geopolítica, economia etc), eles não estão sozinhos nessa disputa. Potências regionais, com variados graus de capacidades, também se tornaram protagonistas: Japão, Coreias, Índia, Austrália, Irã, Arábia Saudita, Turquia e Brasil. A título de informação, apenas alguns têm procurado aumentar a sua influência nos primeiros anos do século XXI. E há, ainda, a existência de grupos sociais e interesses econômicos que agregam complexidade a essa situação.

O CONTEXTO IMEDIATO

As indicações de que uma cepa completamente nova de um vírus havia sido descoberta na China começaram a ganhar os noticiários em dezembro de 2019. Um mês depois, a China já havia reconhecido a extrema gravidade do problema. No dia 23 de janeiro, o governo central decretou um *lockdown* em Wuhan, o epicentro da epidemia, e em outras cidades vizinhas. Essa medida afetou diretamente cerca de 57 milhões de habitantes. A título de comparação, a Colômbia possui cerca de 49 milhões de habitantes, ou seja, *Beijing colocou em quarentena forçada um número de pessoas maior do que o número de habitantes do nosso vizinho sul-americano.*

Ao conseguir ser bem-sucedida em estancar o número de mortes dentro de suas fronteiras, a China vai além: como é o grande centro produtor de manufaturas no mundo, e inclusive de produtos de saúde, ela alia essa posição singular com a experiência de política pública emergencial no caso da Covid-19 e passa a oferecer ajuda aos países europeus, com destaque para a Itália, e a outros governos.

O coronavírus se propaga rapidamente fora da China. Quando chega a Europa, o mundo assiste ao impacto que a expansão da doença tem sobre os sistemas de saúde na Itália, Espanha, França e Reino Unido, para citarmos apenas alguns. Isso acontece entre fevereiro e abril com velocidades crescentes. Também, deve-se levar em conta que a prevalência do vírus se con-

Com o avanço da epidemia, declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março, as desigualdades existentes entre os países e dentro dos países ganham destaque. Desigualdades no tocante ao poder político, a capacidades econômicas e tecnológicas e as divisões entre as classes sociais e as etnias são escancaradas. Fica claro que os EUA são lentos na reação inicial e têm que lidar com iniquidades brutais dentro da sua própria população

centra mais em algumas regiões desses países do que em outras.

O VÍRUS NA AMÉRICA

Segundo matérias nos principais jornais norte-americanos, como o *New York Times*, o governo Trump já possuía oficialmente informações sobre a gravidade da Covid-19 em 3 de janeiro de 2020. Somente no último dia do mês é que começaram as restrições de entrada de pessoas vindas da China, mas o mesmo não se aplicou aos cidadãos estadunidenses provenientes daquele país.

O presidente Trump minimizou o perigo do vírus até o dia 27 de fevereiro, nas entrevistas dadas e na conta na rede social Twitter. Vale a pena lembrar que, do final de dezembro de 2019 até fevereiro de 2020, o Departamento de Estado e o Pentágono estavam concentrados numa confrontação com o Irã. Em dezembro houve um ataque contra bases americanas dentro do Iraque, e em 6 de janeiro os estadunidenses assassinaram o General Suleimani, da Guarda Revolucionária Iraniana, que havia ajudado a conter, por terra, o Estado Islâmico (ISIS). Os próprios EUA começaram a advertir o Irã de que poderiam escalar as ações militares contra o país na região do Golfo Pérsico.

Em 29 de fevereiro, morreu, oficialmente de coronavírus, a primeira pessoa no território americano, apesar de haver informações dando conta que a primeira vítima da doença havia falecido 23 dias antes.

Segundo o *New York Times*, nesse período, cerca de 40 mil pessoas provenientes da China circulavam pelos EUA. Em 17 de março já eram 100 pessoas oficialmente diagnosticadas, e no dia 20 de março apenas a cidade de Nova York já confirmava 5,6 mil casos. No dia seguinte, o Departamento de Saúde (Governo Federal) fez um requerimento em larga escala de máscaras N95, ou seja, entre 3 de janeiro e 21 de março, foram mais de dois meses perdidos pelo governo enquanto o vírus se disseminava entre a população estadunidense.

REAÇÃO DOS MERCADOS

Enquanto isso, os mercados também foram impactados, com um *crash* na bolsa de Nova York no final de fevereiro, motivado também pela crise do coronavírus.

No dia 3 de abril, o Departamento do Trabalho indicava que o desemprego havia

chegado a 13%, sinalizando que o país – e o mundo – poderia estar a caminho de uma grande depressão pior do que a de 1929.

Com o avanço da epidemia, declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março, as desigualdades existentes *entre* os países e *dentro* dos países ganharam destaque. Desigualdades no tocante ao *poder político*, a *capacidades econômicas* e *tecnológicas* e as *divisões entre as classes sociais* e *as etnias* são *escancaradas*. Fica evidente que mesmo Estados que já fizeram o básico em termos de saúde pública, como Itália e França, têm o sistema vergado sob o peso da expansão da doença. E fica mais claro ainda que os EUA são lentos na reação inicial e têm que lidar com essas desigualdades brutais dentro da própria população, que dificulta a identificação dos infectados. A natureza do sistema de saúde norte-americano – privado – impede ou desestimula a população menos abastada a procurar por ajuda ou por testes para identificar se são portadoras do vírus.

CONFUSA REAÇÃO DE TRUMP

Como observado, o governo Trump demorou a reagir à doença. Quando o fez, foi de forma totalmente egoísta e voltada para

Tão logo os norte-americanos lançaram a ideia de que poderiam se retirar da Organização Mundial da Saúde, Beijing tratou de aumentar a sua contribuição financeira. Ao longo dos próximos anos, veremos essa disputa se acirrar

a satisfação dos próprios interesses. Surgiram, na imprensa europeia e estadunidense, informações que davam conta de que o governo federal e os governos estaduais começaram a sair a campo para comprar suprimentos médicos e respiradouros do único grande fornecedor global, a China. Utilizaram a grande capacidade de compra, mais o peso geopolítico, para atravessar acordos prévios de aquisição feitos por governos de países aliados, como Alemanha e França. Também foi amplamente notado por analistas e observadores na cena internacional que *os Estados Unidos se esquivaram de liderar qualquer esforço de resposta conjunta aos efeitos da pandemia*, o que terminou abrindo espaço para a diplomacia de países rivais, como a própria China e mesmo Cuba.

A BATALHA DE NARRATIVAS

O fato é que a resposta doméstica estadunidense foi desordenada na comparação com a reação chinesa. E o governo Trump tratou de politizar a questão, e passou para o ataque contra a China.

O dirigente estadunidense e o secretário das Relações Exteriores, Mike Pompeo, tentam emplacar o nome “vírus chinês” com o intuito de causar prejuízos

à imagem do país asiático. Os EUA começaram a acusar Beijing de ter, propositalmente, escondido informações sobre a propagação do vírus no território durante a fase inicial, tendo contado com a cumplicidade da OMS para isso. O vice-primeiro ministro japonês, Taro Aso, já havia feito tal acusação contra a Organização Mundial da Saúde antes dos EUA, ou seja, um aliado de Washington fez um tipo de declaração que se inseriu numa batalha de narrativas em torno da Covid-19. Em março, o presidente norte-americano começou a ameaçar o órgão da ONU com o desligamento dos Estados Unidos.

A China rechaçou essas afirmações. Antes, porém, a diplomacia russa manifestou-se em defesa de Beijing e criticou a posição estadunidense em 12 de abril, num comunicado do próprio chanceler russo, Sergei Lavrov. O comunicado elogiava a OMS e dizia que ela estava agindo de acordo com as linhas de orientação, respeitando todos os países membros. Sem adotar meias palavras, o governo russo disse que os EUA estavam tentando desviar a atenção da opinião pública do fato de que haviam cometido erros grosseiros no tratamento da pandemia.

O Porta-Voz do Ministério das Relações

Os efeitos do Coronavírus afetarão os países do chamado Sul-Global. A esmagadora maioria desses países tem problemas econômicos e sociais muito sérios, agora agravados pela pandemia. Há regiões com sistemas de saúde precários que buscam lidar com outras epidemias, como é o caso de Estados africanos e latino-americanos

Exteriores chinês, Zhao Lijian, saudou a posição russa e tratou de apresentar a China como um líder internacional no combate ao coronavírus. Ao mesmo tempo, atacou os EUA por politizar qualquer forma de cooperação antipandemia e foi além. Disse que os chineses estavam prontos a trabalhar com a OMS, a Rússia e qualquer país no sentido de conter os efeitos do novo coronavírus. O Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, saiu em defesa da OMS contra as acusações norte-americanas. Os chineses também começaram a acusar os norte-americanos de terem levado o vírus para seu território durante os jogos militares que ocorreram em Wuhan no final de 2019, o que contribuiu para elevar ainda mais a tensão com os Estados Unidos.

O EFEITO DURADOURO

O Coronavírus já tem um efeito que pode se tornar duradouro na política internacional: a imagem dos EUA como líder hegemônico sai arranhada por conta da atuação, que foi oscilante e na qual abriram mão de toda e qualquer liderança. Isso se deu principalmente pelo fato de não terem ensaiado nenhuma forma efetiva de apoio aos aliados europeus. Em contrapartida, a China conseguiu dar uma resposta efetiva na contenção da Covid-19 dentro de suas fronteiras, além de usar sua singular situação econômica para oferecer ajuda a países necessitados, como foi o caso da Itália.

Todavia, mesmo tendo sido bem sucedida, paira a dúvida sobre a transparência das informações veiculadas pelo governo chinês nas fases iniciais do problema. Não é impossível que governantes em níveis regionais (cidades e províncias) e, mesmo, no plano nacional, tenham tentado segurar informações, enquanto tomavam ciência da situação. Se isso ocorreu de modo a evitar pânico ou porque houve uma decisão de não veicular a informação por conta da situação política doméstica e internacional (estavam ocorrendo os protestos em Hong Kong, há a situação no Xingiang e disputas geo-econômicas com os EUA e territoriais no Mar do Sul da China), é algo que ainda precisa ser elucidado.

MINAR A IMAGEM DA CHINA

Ao mesmo tempo em que a liderança estadunidense simplesmente não opera,



também se observa que há um esforço acentuado do governo Trump para minar a imagem da China. Pesquisas feitas nos EUA em abril pelo *Pew Research Center* indicavam que 62% dos entrevistados consideravam a República Popular da China como uma ameaça global aos Estados Unidos. Isso, certamente está sendo usado com objetivos de curto, médio e longo prazo, em que se deve levar em consideração o calendário das eleições presidenciais e os efeitos da competição geopolítica e econômica com Beijing.

A Covid-19 também afetou outra disputa em curso no sistema internacional: a busca por controle ou influência de organizações internacionais. Isso está exemplificado no caso da OMS, com os EUA e alguns aliados acusando a organização de ser conivente com a China.

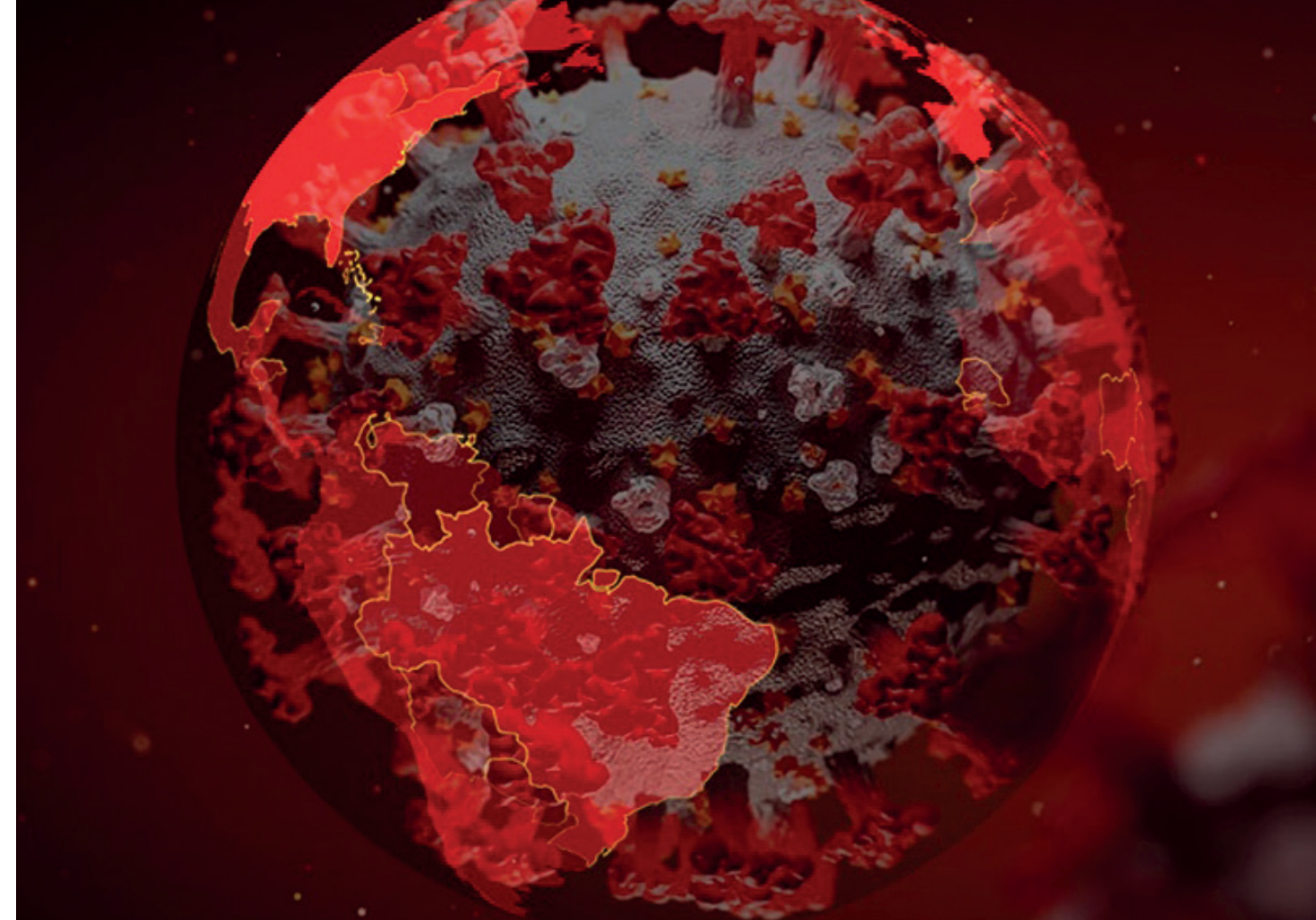
Tão logo os norte-americanos lançaram a ideia de que poderiam se retirar da Organização Mundial da Saúde, Beijing tratou de aumentar a contribuição financeira. Ao longo dos próximos anos, veremos essa disputa se acirrar, com a China e alguns países pressionando ainda mais pela reforma de importantes organizações e acusando os EUA e os aliados (principalmente a Europa Ocidental e o Japão) de tentarem manter o controle que têm sobre elas desde o final da II Guerra Mundial.

Poderemos assistir a uma aproximação ainda mais forte entre a Rússia e a China

Desde as eleições de 2018, o presidente Jair Bolsonaro tenta realizar um processo de alinhamento com a política externa norte-americana. O acordo em torno do uso da Base Aeroespacial de Alcântara, por exemplo, está totalmente inserido na competição que os Estados Unidos têm com a China

por conta da atuação dos Estados Unidos. Essa aproximação tem uma lógica econômica fundada na questão energética (necessidades chinesas e recursos russos abundantes) e na questão geopolítica (conter o excesso de poderio americano em termos militares e econômicos). No meio, poderemos ver, também, a uma rearticulação de todo um leque de alianças regionais, com países tentando se posicionarem diante dessa aproximação sino-russa em reação à política externa estadunidense. Nesse último aspecto, ressalte-se que os EUA têm uma vantagem estratégica de peso: a maioria das demais potências econômicas e militares do mundo é, de alguma forma, aliada do dispositivo geoestratégico norte-americano, ou tem interesses em conter a China. No primeiro caso, temos países como Japão, Austrália, Grã-Bretanha e França. No outro grupo, destacam-se a Índia e o Vietnã.

Os efeitos do Coronavírus afetarão os países do chamado Sul-Global e como eles se posicionarão nessa competição entre as três grandes potências. A esmagadora maioria desses países tem problemas econômicos e sociais muito sérios, agora agravados pela pandemia. Há regiões com sistemas de saúde precários que buscam lidar com outras epidemias (sarampo, dengue, febre amarela), como é o caso de Estados africanos e latino-americanos.



E O BRASIL?

A situação internacional de competição entre as grandes potências já estava se manifestando no Brasil. Desde as eleições de 2018, o presidente Jair Bolsonaro tenta realizar um processo de alinhamento com a política externa norte-americana. O acordo em torno do uso da Base Aeroespacial de Alcântara, por exemplo, está totalmente inserido na competição que os Estados Unidos têm com a China. Nessa disputa, a tecnologia é um setor-chave no qual os EUA e seus aliados tentam resguardar a sua posição de criadores mundiais de padrões frente a uma China que tenta se inserir como uma desafiante nesse jogo.

O setor aeroespacial é visto pelos dois

contendores como parte vital dessa disputa, e a base brasileira está, simplesmente, localizada no melhor ponto do planeta para o lançamento de cargas espaciais. A assinatura da cooperação, nos marcos em que foi feita, é uma declaração do governo Bolsonaro de que está tomando partido dos interesses estadunidenses.

Não é só nesse exemplo que o governo brasileiro começa a realizar uma política externa subserviente. Em várias reuniões em órgãos internacionais, o Brasil sempre procura se alinhar com o governo Trump. O chanceler Ernesto Araújo dá constantes declarações fustigando a China, sendo que em maio ele emitiu um parecer aconselhando o presidente Bolsonaro a

adiar o leilão do 5G de modo a favorecer interesses estadunidenses em detrimento da chinesa Huawei. O mesmo ocorre com membros do governo brasileiro, que sempre tratam de criticar em termos duros o governo chinês.

Isso vem junto com uma política doméstica de negação da importância da doença, feita pelo próprio presidente da república. Durante o mês de fevereiro, Bolsonaro ecoava qualquer afirmativa do presidente Trump minimizando a gravidade do Coronavírus. Quando o dirigente norte-americano começou a mudar de posição, Bolsonaro permaneceu em negação.

Um dos resultados imediatos foi que o Brasil perdeu tempo precioso em comprar suprimentos médicos como máscaras e respiradores da China. Além disso, o governo brasileiro tratou de solapar as bases das relações especiais que haviam sido construídas com Beijing nos governos anteriores, e que mesmo o governo Temer tentou manter após o golpe de 2016. Sob o impacto da Covid 19, começam a ser mostrados os limites da Política Externa Brasileira nessa nova era de competição entre as grandes potências.

O Brasil perdeu tempo precioso em comprar suprimentos médicos como máscaras e respiradores da China. Além disso, o governo brasileiro tratou de solapar as bases das relações especiais que haviam sido construídas com Beijing nos governos anteriores, e que mesmo o governo Temer tentou manter após o golpe de 2016



Flavio Rocha de Oliveira é professor de Relações Internacionais da UFABC.

Milhares de pessoas acompanham velório do general Qassim Suleimani, em Bagdá. Suleimani foi morto durante o ataque dos Estados Unidos



FLORESTAN FERNANDES, 100 ANOS

A atualidade de um intelectual militante



No dia 22 de julho, comemora-se o centenário de nascimento do mais importante sociólogo brasileiro do século XX. Paulistano, filho de uma imigrante portuguesa e empregada doméstica, Florestan Fernandes não conheceu o pai. Morou em diversos cortiços na infância e na juventude e exerceu as profissões de barbeiro, engraxate e garçom. Por mais de uma vez foi forçado a abandonar os estudos, tendo de se fazer como autodidata. Ao ingressar na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, logo se destacou. Aos 25 anos tornou-se professor, iniciando uma carreira intelectual e política de meio século, sempre comprometida com os de baixo. Foi por duas vezes deputado federal (PT) e deixou uma obra que a cada dia se mostra mais atual

Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Florestan Fernandes (1920-1995) contrariou o destino que a origem modesta

lhe reservava para se tornar um dos grandes intérpretes da sociedade brasileira e latino-americana. A despeito das agruras decorrentes de seu posicionamento críti-

co – a prisão, a perda da cátedra, o exílio, o ostracismo acadêmico -, jamais renegou seu compromisso existencial com as causas da classe trabalhadora e sua luta pela

revolução socialista. Intelectual rigoroso, criativo e corajoso, sua reflexão sociológica, com o passar dos anos, afirma-se como um valioso patrimônio da luta contra a barbárie capitalista na periferia da economia mundial.

Dedicado à compreensão dos mecanismos de reprodução da injustiça social, em sua trajetória intelectual, o pensamento crítico fez o caminho completo, levando a sociologia crítica latino-americana ao clímax da radicalidade. Libertando-se de toda inibição teórica ou ideológica, Florestan tem contribuições importantes em várias frentes do conhecimento. As pesquisas etnológicas ousadas e inovadoras sobre o papel da guerra entre os tupinambás, as investigações pioneiras sobre o negro na sociedade brasileira, as teses sobre a importância fundamental da educação no desenvolvimento nacional e os sofisticados ensaios teóricos sobre os desafios da sociologia na periferia do sistema capitalista mundial constituem referências fundamentais àqueles preocupados em compreender a complexa realidade das sociedades latino-americanas - um mundo que se apresenta como sendo “moderno” e “democrático”, mas que carrega no ventre as terríveis contradições do escravismo e do colonialismo.

Na visão dele, a raiz da exclusão social reside em última instância na capacidade de as classes dominantes latino-americanas impedirem a organização das classes subalternas como sujeitos políticos autônomos

CAPITALISMO CONTRA DEMOCRACIA

A reflexão de Florestan sobre as bases sociais e políticas do capitalismo dependente desnuda as estruturas e dinâmismos responsáveis pelo circuito fechado de um padrão de desenvolvimento incapaz de combinar acumulação de capital, democracia e soberania nacional. A extrema desigualdade social que caracteriza a América Latina é associada à reprodução da segregação social e da dependência externa. O desenvolvimento capitalista dependente estabelece uma separação intransponível entre uma minoria de ultraprivilegiados - obcecados em perseguir os estilos de vida e consumo das economias centrais - que vivem da superexploração do trabalho e da pilhagem da natureza e uma grande massa de condenados do sistema - empregados, subempregados e desempregados - que sofrem todas as agruras do progresso capitalista, mas são marginalizados dos benefícios materiais. Na visão dele, a raiz da exclusão social reside em última instância na capacidade de as classes dominantes latino-americanas impedirem a organização das classes subalternas como sujeitos políticos autônomos.

A divisão da sociedade em dois mundos antagônicos, separados por um abismo



WILSON MELO / FOLHARES

econômico, social, político e cultural, imprime à luta de classes uma dinâmica típica de “guerra étnica”.

INTOLERÂNCIA SISTÊMICA

Fechando o espaço de entendimento entre as classes sociais, a burguesia é compelida a assumir uma atitude de extrema intolerância em relação à utilização do conflito como meio legítimo de conquista de direitos sociais. A unificação monolítica das classes dominantes é perpetuada por um padrão de resolução dos conflitos intraburgueses que se baseia na conciliação pela composição dos interesses divergentes. A intolerância contra qualquer manifestação de rebelião, materializa-se num padrão de luta de classes cuja essência consiste em evitar a qualquer custo a emergência dos despossuídos como sujeitos políticos autônomos, esterilizando suas iniciativas seja pela cooptação, seja pelo esmagamento de suas organizações sociais e políticas. Os que vivem do próprio trabalho devem ser mantidos em estado de anomia. A neutralização dos efeitos revolucionários do protesto social deixa a história a reboque de um único sujeito: a burguesia dependente.

O tempo tem reforçado a importância da reflexão de Florestan Fernandes sobre os dilemas da luta de classes no Brasil. A interpretação sobre o caráter extraordinariamente conservador da revolução burguesa no Brasil, sobre as consequências desastrosas da ditadura militar para o futuro do Brasil e sobre os limites da democracia ritual da Nova República é uma referência fundamental para a compreensão das contradições que determinam a gravíssima crise civilizatória que há décadas ameaça o futuro da sociedade brasileira.

O desfecho ultraconservador da revolução burguesa no Brasil teria sido o elo final que aprisiona a economia e a sociedade no circuito fechado do capitalismo dependente. Na hora decisiva de definição do padrão de solidariedade com as outras classes sociais, entre 1930 e 1964, a burguesia abandonou toda e qualquer veleidade democrática e nacionalista para se afirmar exclusivamente como uma burguesia dos negócios, sem nenhum nexos moral com as classes subalternas. A consolidação do padrão de dominação pela linha de menor resistência, compondo os interesses das burguesias “modernas”

O tempo tem reforçado a importância da reflexão de Florestan Fernandes sobre os dilemas da luta de classes no Brasil. O desfecho ultraconservador da revolução burguesa no Brasil teria sido o elo final que aprisiona a economia e a sociedade no circuito fechado do capitalismo dependente. Na hora decisiva de definição do padrão de solidariedade com as outras classes sociais, entre 1930 e 1964, a burguesia abandonou toda e qualquer veleidade democrática e nacionalista

com os das burguesias “atrasadas”, sem abrir brechas para contemplar os pleitos da classe trabalhadora, sepultou qualquer possibilidade de superação da segregação social e da dependência externa.

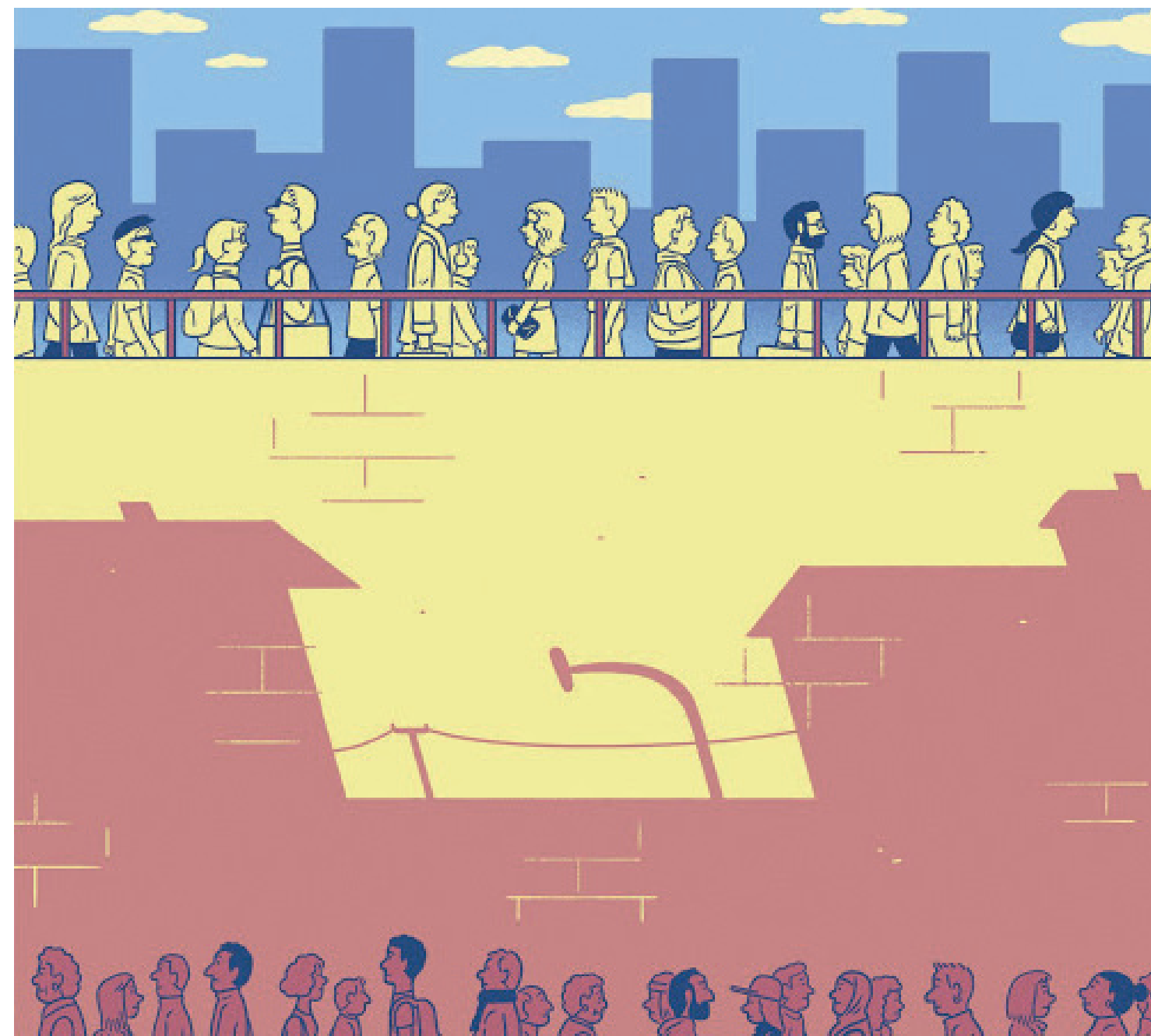
A cristalização do padrão de dominação ultrarrígido, que funciona como uma contrarrevolução permanente, liquidou definitivamente qualquer veleidade civilizatória que porventura a burguesia tivesse no sentido de estabelecer nexos morais com as classes subalternas. A perpetuação de mecanismos de satelização em relação ao centro capitalista e a reprodução de formas anacrônicas, modernas e ultramodernas de superexploração do trabalho sedimentaram uma racionalidade capitalista *sui generis*, de acordo com a qual o capitalismo é aceito como forma de acumulação de riqueza, mas rejeitado como forma de convivência de uma comunidade nacional.

CONTRARREVOLUÇÃO PERMANENTE

A contrarrevolução permanente consubstanciou-se na constituição de um Estado autocrático-burguês - uma democracia de cooptação que restringe o acesso ao poder estatal aos interesses da plutocracia - que nega toda cidadania ao trabalhador. Qualquer que seja a forma específica do regime político - uma ditadura militar aberta ou uma democracia institucional autoritária -, o poder tornou-se hermético às demandas das classes populares. Controlado monoliticamente pelas classes dominantes, o Estado ficou completamente destituído da capacidade de realizar reformas de caráter democratizante e nacionalista, transformando-se irremediavelmente em guardião de privilégios aberrantes e de mecanismos de autoprivilegiamento. O espaço de mudança “dentro da ordem” tornou-se mínimo e as pressões de mudança “contra a ordem” passaram a ser respondidas com reações violentas, características de uma classe dominante que sabe que construiu seu mundo em cima de um barril de pólvora.

Nessas condições, a razão de Estado ficou inevitavelmente comprometida com a reprodução da dupla articulação que sustenta o capitalismo dependente. As estruturas e os dinamismos do capitalismo dependente tornaram-se a forma específica de existência do mundo burguês.

Induzido de fora para dentro pelas irra-



PAULALIS / EL PAIS

dições do centro capitalista, o desenvolvimento passou a ser calibrado por uma lógica política que se pauta por dois objetivos básicos: reproduzir a assimetria na correlação de forças que impede a emergência dos pobres como sujeito político; e evitar que as disputas das diferentes frações de capital em torno do ritmo e da intensidade da modernização coloquem em risco a unidade das classes dominantes, ameaçando, assim, a supremacia absoluta sobre o poder político.

O caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista assumiu a forma de uma “modernização do arcaico” e de uma “arcaização do moderno”. Ao afastar a possibilidade de consolidação de um sistema econômico nacional e de superação do regime de segregação, abrindo caminhos para uma solução positiva para o problema histórico da integração nacional, o Estado nacional burguês consolidou-se como uma subnação.

O caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista assumiu a forma de uma “modernização do arcaico” e de uma “arcaização do moderno”

DITADURA E ESTADO DE DIREITO

A interpretação de Florestan Fernandes sobre a transição da ditadura militar para o Estado de direito é vital para o entendimento da crise terminal da Nova República.

A exaustão do regime militar é atribuída ao acúmulo de contradições provocadas pelo próprio padrão de desenvolvimento internacionalizado e excludente de que era fiador. Bastou a crise internacional ter transformado o famigerado “milagre brasileiro” numa crise de dívida externa que se arrastou por mais de duas décadas, para que o regime passasse a ser crescentemente contestado. As pressões pelo fim vieram de todos os lados: de baixo para cima, pela resistência dos trabalhadores, sobretudo a liderada pela oposição operária; de fora para dentro, pela necessidade de ajustar o padrão de dominação às exigências da nova rodada de globalização dos negócios; e até mesmo por amplos segmentos da plutocracia brasileira cada

vez mais insatisfeitos com a crescente autonomização dos generais na condução do Estado.

Na ausência de uma oposição combativa que encurralasse a ditadura de baixo para cima, a solução para a crise do regime foi encaminhada, na melhor tradição do mandonismo brasileiro, pela via institucional, por intermédio de um processo que Florestan designou de “liberalização outorgada”.

A transição lenta, segura e gradual para o Estado de direito, arquitetada por Golbery do Couto e Silva, arrastou-se por mais de uma década, culminando com a eleição da chapa Tancredo Neves e José Sarney por um Colégio Eleitoral desenhado pela própria ditadura e, logo em seguida, com a promulgação da Constituição de 1988, que legitimou e institucionalizou, na forma de uma “democracia ritual”, o padrão de dominação autocrático-burguês consolidado pela ditadura militar.

A transição para o Estado de direito não alterou as bases sociais e políticas que subordinavam integralmente o Estado aos interesses do grande capital nacional e internacional. O refluxo do regime militar não significou o fim da contrarrevolução, mas apenas uma mudança na forma de combinar violência e cooptação como método de bloquear a emergência das classes subalternas na história.

A violência institucionalizada permaneceu incólume como forma de regulação do conflito entre o capital e o trabalho. O braço militar cedeu o comando do Estado aos agentes políticos da burguesia, mas foi mantido como elemento estratégico de tutela em última instância da democracia de cooptação. A síntese de Florestan parece até premonitória: “Os militares marcharam do comando ostensivo para a retaguarda do poder, preservando a autonomia de decisão e sua capacidade de veto. O pior (...) consistia no fato de que a ordem ilegal montada na ditadura permaneceria intacta e pronta para ser usada, de acordo com as circunstâncias”.¹

AQUÉM DAS EXPECTATIVAS

Passadas mais de três décadas desde a promulgação, verifica-se que, para a maioria da população, principalmente para os segmentos mais pobres, a Nova

¹ Fernandes, F. *A Constituição Inacabada*. São Paulo, Estação Liberdade, 1989, p.157.

A transição lenta, segura e gradual para o Estado de direito, arquitetada por Golbery do Couto e Silva, arrastou-se por mais de uma década, culminando com a eleição da chapa Tancredo Neves e José Sarney por um Colégio Eleitoral desenhado pela própria ditadura



República ficou muito aquém das expectativas. A esperança de que a Constituição Cidadã fosse a base institucional para a promoção de mudanças estruturais que criassem o substrato econômico, social, político e cultural de uma sociedade nacional com um mínimo de equidade social, sem o que inexistia qualquer possibilidade de cidadania efetiva, foi frustrada.

É o que explica em última instância a crise política que se arrasta de maneira dramática desde as memoráveis Jornadas de junho de 2013. É o que explica, em última instância, a apatia política de amplos segmentos da população. É o que explica a atratividade do discurso que prega a negação da política em ampla parcela dos trabalhadores, sobretudo dos segmentos mais destituídos.

As cláusulas de defesa da economia nacional não impediram a desindustrialização galopante dos meios de produção, a privatização de setores estratégicos de infraestrutura e a revitalização do agronegócio - o latifúndio moderno - voltado para o mercado internacional. O compromisso explícito com a defesa do meio ambiente não foi obstáculo para que a devastação da natureza avançasse a galope em todas as dimensões. Os preceitos de combate à usura e de incentivo ao investimento produtivo não evitaram que o Brasil se tornasse um paraíso do rentismo, submetido aos interesses ultraparticularistas do capital financeiro nacional e internacional. O objetivo de fomentar uma economia autodeterminada contrastou com o avanço avassalador da especialização regressiva que levou a um sistemático rebaixamento da posição do país na divisão internacional do trabalho.

A conquista de direitos formais não mudou a dura realidade da maioria da população. A concretização das políticas públicas universais esbarrou na penúria de recursos para financiá-las. Os direitos trabalhistas nunca foram efetivamente cumpridos e, aos poucos, foram sendo sistematicamente vilipendiados. O sonho de um estado de bem-estar social, a despeito de pequenos avanços aqui e acolá, terminou na mercantilização de praticamente todas as dimensões da vida. A reforma agrária nunca passou de um simulacro para apaziguar os desvalidos da terra. A concentração fundiária atravessou incó-



lume a Nova República. A reforma urbana nunca saiu do papel. O Estatuto da Cidade não impediu que a especulação imobiliária corresse solta. O direito das nações indígenas à autodeterminação não se traduziu em demarcação de terra e respeito ao modo de vida. O objetivo de combate à pobreza foi substituído por políticas assistencialistas de administração da barbárie. A segregação social e o patriarcalismo permaneceram incólumes.

Em consequência, pouco, ou quase nada, avançou-se no combate ao racismo e ao machismo estruturais. A discriminação da população LGBT permaneceu. O compromisso com a valorização da cultura nacional contrasta com a ofensiva colonialista avassaladora, que levou ao paroxismo o mimetismo dos padrões de consumo e estilo de vida das economias centrais.

A segurança contra o arbítrio do Estado e do poder econômico não chegou às periferias nem aos grotões do Brasil. A guerra aos pobres não cessou. Sob a hipocrisia de combate às drogas, a polícia militar continuou com carta branca para aterrorizar a juventude pobre, sobretudo a negra, sob a benção de uma justiça classista que sancionou um processo ilegal de encarceramento em massa. Banidos dos aparelhos repressivos que cuidam da ordem social e política, a tortura e o assassinato continuaram como práticas rotineiras dos aparelhos repressivos do Estado contra a população desvalida.

As cláusulas de defesa da economia nacional não impediram a desindustrialização do parque produtivo, a desnacionalização galopante dos meios de produção, a privatização de setores estratégicos de infraestrutura e a revitalização do agronegócio - o latifúndio moderno - voltado para o mercado internacional

LIBERDADE CORROMPIDA

A liberdade partidária, que deveria dar vazão à diversidade do espectro de interesses que compõem a sociedade, foi completamente corrompida por um sistema político-eleitoral que transformou o partido num cartório de oligarquias corruptas e o político profissional em mero despachante de interesses particularistas de grupos econômicos. O direito à informação e à discussão do contraditório - base de um espaço público democrático - foi completamente usurpado pelo monopólio que coloca os grandes meios de comunicação nas mãos de poucas famílias que funcionam como ventríloquos do grande capital. O direito de greve, garantido na formalidade da lei, é negado pela perpetuação de uma estrutura sindical controlada pelo Estado, dirigida por uma burocracia dócil aos interesses patronais, bem como pelo cerco ostensivo da Justiça do Trabalho. Por fim, o direito à manifestação e organização política foi atropelado pela criminalização dos movimentos sociais e pela judicialização da política.

Postas em perspectiva, as advertências de Florestan sobre as consequências nefastas da transição negociada por cima da ditadura militar para o Estado de direito, revelaram-se pertinentes. Não houve acerto de contas com os crimes econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais perpetrados pela ditadura.

A promessa de fomentar a soberania,

a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e o pluralismo político, estabelecida logo no primeiro artigo da Constituição, não foi cumprida. O acordo político que sacramentou a transição para o Estado de direito era uma quadratura do círculo.

A busca de um Estado de bem-estar social, da soberania nacional e da democracia participativa chocava-se reiteradamente com a preservação dos mecanismos de autodefesa e autoprivilegiamento dos donos do poder, a blindagem jurídica dos interesses do capital internacional e a manutenção do papel das forças armadas como poder moderador, com a função de tutela em última instância da democracia de cooptação. A derrota de todas as iniciativas que pudessem colocar em risco as estruturas responsáveis pela segregação social e pela dependência externa é a prova dos nove de que a Constituição Cidadã não abria brechas para a ruptura do circuito fechado que condena os trabalhadores a uma vida miserável.

DESMANTELAR A DOMINAÇÃO

A reflexão de Florestan Fernandes é fundamental para a compreensão dos desafios que devem ser enfrentados para vencer a contrarrevolução permanente. Ele nunca se preocupou em deixar uma receita pronta, mas nos legou alguns princípios básicos sobre como desmantelar a máquina de dominação burguesa na América Latina.

A luta pela igualdade substantiva é o antídoto contra o regime de segregação social e o caminho que conduz, em seu desdobramento, ao socialismo. De suas análises sobre o padrão de luta de classes deriva a conclusão de que, para acumular força e solapar os alicerces da dominação burguesa, os trabalhadores - operários, semi-integrados e "condenados do sistema" - não podem transigir na defesa dos direitos fundamentais.

Contra a intolerância dos ricos, Florestan Fernandes defende a necessidade de organizar a "intransigência" dos pobres.

Convicto da resistência feroz das classes dominantes e do imperialismo a qualquer tipo de reforma social que possa colocar em risco seus privilégios, Florestan Fernandes não cansou de alertar para a ilusão que significa imaginar que os problemas latino-americanos poderiam encontrar

A reflexão de Florestan Fernandes é fundamental para a compreensão dos desafios que devem ser enfrentados para vencer a contrarrevolução permanente. Ele nunca se preocupou em deixar uma receita pronta, mas nos legou alguns princípios básicos sobre como desmantelar a máquina de dominação burguesa na América Latina

uma solução pacífica por dentro da institucionalidade perversa de uma democracia restrita. A advertência para os riscos da acomodação aos parâmetros da ordem no 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores, no início dos anos 1990, servem para todas as organizações que reivindicam o socialismo, mas se acomodam docilmente ao papel de esquerda do *status quo*. "(...) Os petistas não devem se deixar iludir. Eles precisam se fazer duas perguntas: 1º.) A social-democracia, adulterada para servir às nações capitalistas centrais, é viável na periferia e nela perderia o caráter de uma capitulação ao despotismo do capital? 2º.) O PT manterá a natureza de uma necessidade histórica dos trabalhadores e dos movimentos sociais radicais se preferir a 'ocupação do poder' à ótica revolucionária marxista?".

O fim trágico da experiência petista no governo e o desdobramento catastrófico da crise terminal da Nova República, que coloca no horizonte a possibilidade de um retorno a formas abertamente ditatoriais de poder, parecem confirmar a orientação de que os partidos socialistas devem se reorganizar sabendo que não podem confiar cegamente na democracia ritual e precisam estar sempre preparados para enfrentar uma burguesia que não hesita em passar da "guerra civil oculta" para a "guerra civil aberta".²

A obra de Florestan Fernandes é um precioso tesouro que deve ser estudado e debatido por todos que lutam contra a barbárie de nosso tempo.

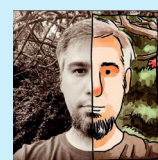
² Fernandes, Florestan. *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo. Cortez, 1991, p. 10.



Plínio de Arruda Sampaio Júnior, professor aposentado do Instituto de

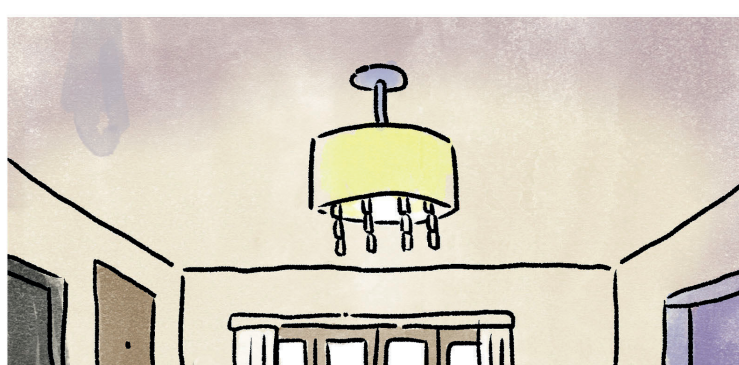
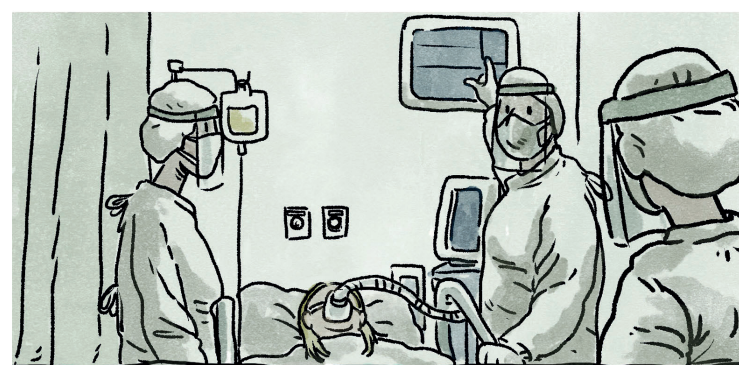
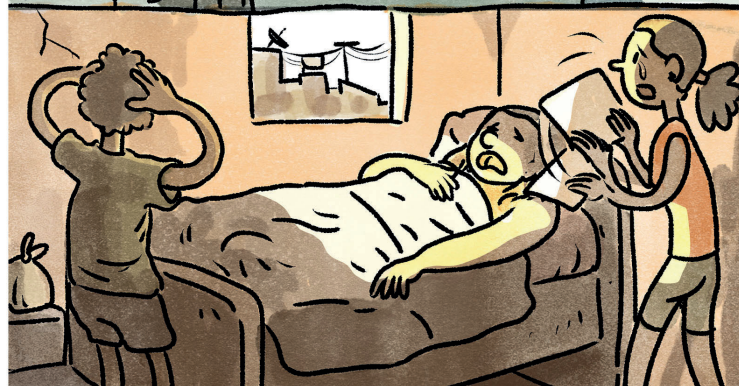
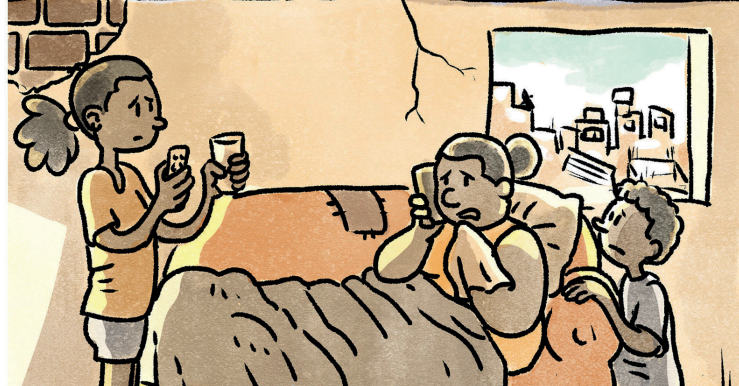
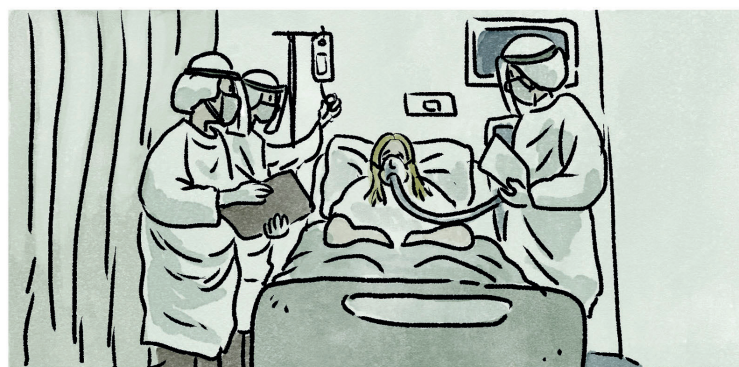
Economia da UNICAMP e editor da plataforma Contrapoder. Agradece aos comentários e a providencial revisão do texto pela companheira Maria Hirszman e pela camarada Marlene Petros Angelides

ADEMAR VIEIRA, SURPREENDENTE



Os quadrinhos de Ademar Vieira combinam traços e cores suaves com roteiros cortantes. O resultado é sempre inusitado. Ademar é jornalista formado pela Universidade Federal do Amazonas e, atualmente, trabalha como roteirista de conteúdo audiovisual. Sua carreira começou em 1998, na revista *Hypercomix*. Em 2018, lançou o álbum *Sete Cores da Amazônia*, em parceria com o ilustrador Tiê Santos e, no ano seguinte, publicou *A Maldição do Governador*. Atualmente, trabalha no título *Ajuricaba*, projeto ganhador do edital *Conexões* da Prefeitura de Manaus e previsto sair até o final do ano. Há sempre tiras novas no Instagram (@ademar_vieira) e no Facebook (@ademarvieiratiras)





Plínio, 90:

coragem, tenacidade e força

O 26 de julho de 2020 marca os 90 anos de nascimento de um bravo. Ele teve ação decisiva na fundação e na consolidação de dois dos mais importantes partidos de esquerda nacional, o PT e o PSOL. Trata-se de Plínio de Arruda Sampaio, que durante mais de seis décadas esteve no olho do furacão dos grandes enfrentamentos políticos brasileiros.

Plínio veio ao mundo no exato dia em que assassinaram o presidente da Paraíba – assim eram chamados os governadores –, no processo que deflagrou a Revolução de 1930. Ao longo do tempo, sua vida política o aproximou dos ideais de outro 26 de julho. Esta é também a data em que um grupo de jovens barbudos tentou tomar de assalto um quartel do exército chamado Moncada, em Santiago de Cuba, em 1953. O comandante era um grandalhão falante, cujo nome ecoa mundialmente até hoje, Fidel Castro Rúz.

Plínio tinha um perfil de senador romano de filmes da Metro. Testa alta, nariz proeminente e olhar seguro. O corpo magro, os gestos incisivos e a voz tranquila se agigantavam diante de um microfone. Mesmo quando fazia um discurso indignado, parecia o mais moderado dos homens.

Oriundo de uma família de produtores de café, nosso personagem delineou trajetória raríssima. Promotor público de posições moderadas, ao longo dos anos, seguiu passos que o levaram cada vez mais à esquerda. Sua militância começou na Ação Católica e continuou no Partido Democrata Cristão (PDC). Eleito deputado federal em 1962, Plínio logo se tornou relator do plano de reforma agrária do governo João Goulart (1962-1964).

Quando a direita – civis e militares – deflagrou o golpe de 1964, Plínio foi

colocado na primeira lista de cassados, juntamente com Luiz Carlos Prestes, João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Josué de Castro, Francisco Julião e dezenas de outros. Daí cumpriu 14 anos de exílio no Chile e nos Estados Unidos, onde trabalhou na FAO (órgão da ONU que trata das questões relativas à agricultura e à alimentação).

Plínio voltou ao Brasil em 1976 e tomou parte nas lutas sociais que marcaram o final da ditadura. Ajudou a fundar o PT e elegeu-se deputado constituinte, em 1986. Bateu-se por uma reforma agrária que erradicasse o latifúndio.

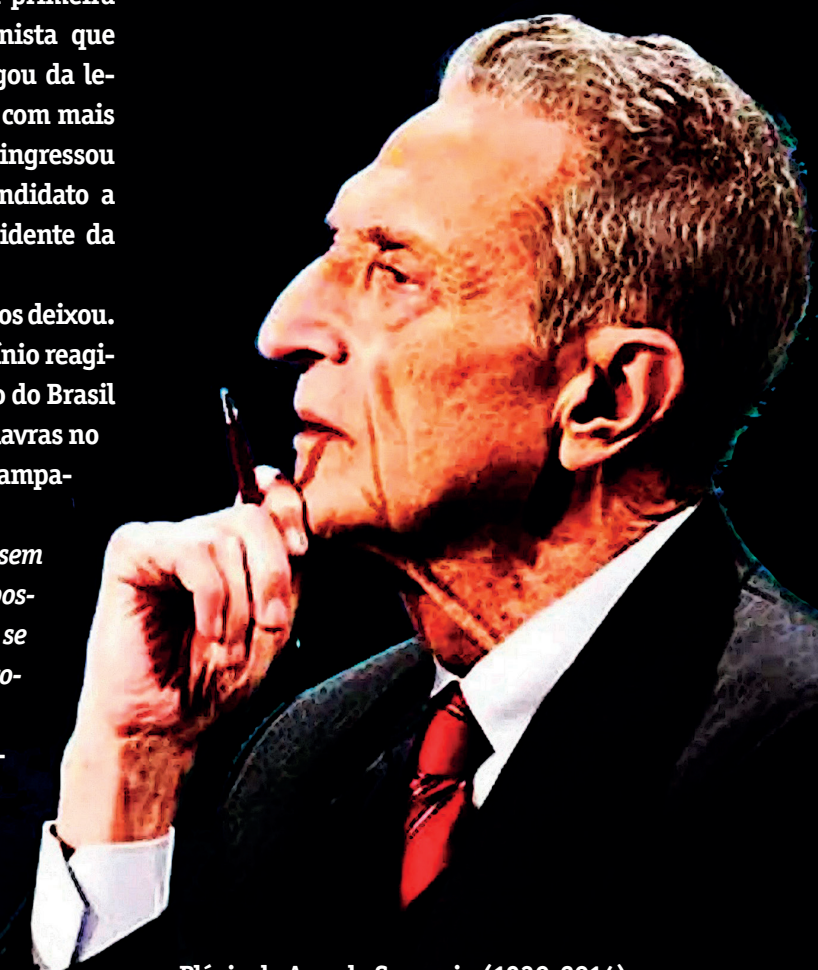
Dirigente petista, Plínio foi candidato a governador de São Paulo, em 1990. Paulatinamente, desencantado com os rumos partidários após a primeira eleição de Lula, esse comunista que acreditava em Deus se desligou da legenda em 2005, juntamente com mais de dois mil militantes. Logo ingressou no PSOL. Foi novamente candidato a governador (2006) e a presidente da República (2010).

Em 8 de julho de 2014, ele nos deixou. É impossível saber como Plínio reagiria diante da terrível situação do Brasil atual. Fiquemos com suas palavras no último debate televisivo da campanha presidencial:

“Pensem grande, não pensem pequeno, não acreditem no impossível. O impossível vira possível se vocês quiserem. (...) É preciso coragem, tenacidade e força”.

Coragem, tenacidade e força! Três palavras que formam uma frase intensa e atual, como quem as proferiu.

Não esqueceremos.
Valeu, camarada!



Plínio de Arruda Sampaio (1930-2014)

BOLSO
VIRUS

DERROTAR

BOLSONARO

PARA DERROTAR

O VÍRUS